U.PORTO

MESTRADO

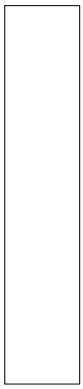
ARQUITETURA

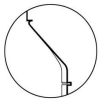
Intervenção arquitetónica em contexto arqueológico.
O Atelier 15 em Idanha-a-Velha.

Lara Rodrigues Hass

M

2017





Lara Rodrigues Hass

ORIENTADOR Professor Doutor Pedro Duarte Santos Alarcão e Silva

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

A presente dissertação foi escrita ao abrigo do novo acordo ortográfico.

Algumas imagens e desenhos recolhidos foram tratados, redimensionados e cortados pela autora desta dissertação, e têm a respetiva referência nas referências iconográficas.

As citações apresentadas no corpo de texto foram, quando necessário, traduzidas pela autora desta dissertação e transcritas em português, a fim de permitir uma leitura fluida.

Intervenção arquitetónica em contexto arqueológico

O Atelier 15 em Idanha-a-Velha

Aos meus pais

Agradecimentos

Em primeiro lugar, ao Professor Pedro Alarcão pela orientação, rigor e entusiasmo em cada etapa deste trabalho e pela enorme disponibilidade e simpatia.

Uma nota de agradecimento aos arquitetos Alexandre Alves Costa e Sergio Fernandez, pela conversa sempre estimulante e a confirmação da pertinência deste tema; e pela lição apreendida ao longo destes meses, através das suas obras. Ao arquiteto Miguel Ribeiro, colaborador do Atelier 15, igualmente, pela boa disposição, paciência e ajuda incansável na procura dos materiais necessários, gentilmente cedidos.

Um especial obrigada ao Xavier, por todo o apoio, carinho e inspiração.

À minha família, pelo amor incondicional e pelo pensamento sempre positivo, pela força e alegria que fazem parte dos meus dias, mesmo que distantes.

Por fim, e mais importante, aos meus pais. Obrigada por toda a compreensão, pela motivação através do exemplo de trabalho e determinação que me deram ao longo de toda a vida e, principalmente, nestes últimos 4 anos. Por acreditarem em mim e no meu futuro, mostrando que posso ultrapassar as mais difíceis barreiras. Devo-lhes tudo o que sou, o que conquisitei e a minha maior e mais sincera gratidão.

Resumo

Esta dissertação é o resultado de uma discussão iniciada na disciplina de Intervenção Arquitectónica em Contexto Arqueológico do curso de Mestrado Integrado em Arquitetura. Partindo do tema da *Intervenção sobre a ruína*, selecionamos cinco projetos em Idanha-a-Velha, da autoria dos arquitetos Alexandre Alves Costa e Sergio Fernandez, que juntos compõem o Atelier 15.

De forma a construirmos um raciocínio crítico sobre estas intervenções, tornou-se estritamente necessária a leitura e apreensão das teorias de conservação e restauro e a dualidade de discursos frente à ruina e ao monumento, desde John Ruskin e Viollet-le-Duc, aos autores mais atuais, e as perspetivas de Françoise Choay e Ignacio González-Varas, entre outros. Exploramos, igualmente, os conceitos terminológicos que fazem parte deste campo, muitas vezes ambíguo, e as Cartas e Recomendações Internacionais.

Procuramos expor a riqueza do que foi Idanha-a-Velha, e os fragmentos que ainda perduram de Roma, dos suevos e visigodos, dos árabes, e da Reconquista, com a finalidade de despertar o interesse e a curiosidade de quem queira esventrar no passado de Idanha, revelando a importância do reconhecimento deste passado para as intervenções contemporâneas sobre a ruína.

A abordagem passa por conciliar os conceitos e a evolução dos princípios de atuação sobre o património com as intervenções realizadas pelo atelier em Idanha-a-Velha, por se tratar de um lugar complexo, onde o confluir de tempos e civilizações atestam uma singularidade capaz de suscitar qualquer encantamento.

Abstract

This master thesis is the result of a discussion begun in the discipline of Architectural Intervention in Archaeological Context of the course of Integrated Master Degree in Architecture. Based on the theme of the Intervention on the ruin, we selected five projects in Idanha-a-Velha, by the architects Alexandre Alves Costa and Sergio Fernandez, that together form the Atelier 15.

In order to build a critical reasoning about these interventions, it has become absolutely necessary to read and seizure the conservation and restoration theories and the duality of speeches against the ruin and the monument, from John Ruskin and Viollet-le-Duc, to the most current authors, and the prospects of Françoise Choay and Ignacio González-Varas, among others. We also explore the terminology concepts, that are part of this field, often ambiguous, and the International Letters and Recommendations.

We seek to expose the richness of what was Idanha-a-Velha, and the fragments that still linger of Rome, the Swabians and Visigoths, the Arabs, and the Portuguese reconquest, in order to arouse the interest and curiosity of those who want paunch the past of Idanha, revealing the importance of recognition of this past to the contemporary interventions on the ruin.

The approach is to reconcile the concepts and the evolution of the acting principles on the heritage with the interventions made by the studio in Idanha-a-Velha, since it´s a complex place, where the confluence of times and civilizations attest a singularity able to raise any enchantment.

Introdução 19

Motivações e Objetivos 19

Objeto e Casos de Estudo 23

Metodologia 25

Estrutura 27

I. Sobre conservação e reconstrução 31

Intervir na ruína 31

Terminologias da intervenção 55

Cartas e Recomendações Internacionais 59

II. Da *ciuitas Igaeditanorum* à Reconquista 69

Enquadramento histórico e arqueológico 69

O "Programa de Recuperação das Aldeias Históricas" 117

III. O Atelier 15 em Idanha-a-Velha 121

Casos práticos de intervenção sobre a ruína 121

Porta Norte e arranjos exteriores da muralha romana 133

Posto de Turismo 143

Sé-Catedral e áreas limítrofes 149

Sumário

Lagar de Varas e Arquivo Epigráfico 161

Palheiros de São Dâmaso 171

Considerações Finais 181

Glossário 187

Referências 193

Bibliográficas 193

Iconográficas 199

[A arquitetura] precisa desse confronto; da preexistência, da ruína, da topografia cicatrizada, onde pode usar a linguagem moderna para ligar, limpar, fazer sobressair, encontrar um nexo[1].

1 Jorge Figueira, "Atelier 15", 2014, p. 11.

Introdução

Motivações e Objetivos

A análise que se segue apresenta-se indispensável, à medida que se mostra capaz de aprofundar o debate sobre os temas relativos aos critérios de intervenção em monumentos ou áreas consideradas detentoras do valor patrimonial, bem como mostrar a ambiguidade latente dos vocábulos e terminologias associadas.

A questão acerca da intervenção monumental, enquanto questão cultural, só terá lugar após a segunda metade do século XIX. Todas as hipóteses, a partir de então, foram formuladas segundo preceitos e teorias menos acertadas, na tentativa de estabelecer regras e métodos sobre a intervenção: desde a recriação do antigo, a filosofia da antiguidade irrevogável, à reconstrução do antigo conforme o saber científico e o diálogo entre novo/antigo.

Em Portugal, a necessidade de reencontrar uma identidade nacional, articulada ao estado de ruína de muitos edifícios com valor histórico e arquitetónico, como consequência do abandono ou das graves transformações, conduziu à eleição, classificação e restauração dos monumentos considerados relevantes, com o trabalho desenvolvido, a par da metodologia da "unidade de estilo" de Viollet-le-Duc, pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Entretanto, este cenário viria a mudar com as novas aportações conceituais introduzidas, no âmbito internacional, pela Carta de Veneza, enquanto afirmação de uma intervenção higiénica, claramente diferenciada do monumento original. Constituindo, de certa forma, um abandono da perceção deste como lugar evocativo, em prol de um olhar frio sobre a intervenção.

Longe, ainda, de uma formulação consistente relativa à intervenção patrimonial e fruto da compreensão a respeito da rígida normativa proferida pela Carta de Veneza, bem como da maturação legislativa e dos planos de salvaguarda, atualmente, caminha-se, progressivamente, ao consentimento de que cada tema tem seu próprio caráter, sua problemática específica, sua própria eloquência. Tal consideração implica à teoria da intervenção como resultado de cada circunstância em particular, à qual pertencem a expressão individual de cada autor e a obrigação ética de um preciso e exaustivo reconhecimento histórico e arqueológico do monumento a transformar.

Com esta dissertação procuramos revisar as teorias, princípios, atuações, terminologias e conceitos reservados ao campo da intervenção arquitetónica em contexto arqueológico. Direcionamos a investigação para os projetos do Atelier 15 em Idanha-a-Velha, por se tratar de um lugar onde a memória e a história andam de mãos dadas com a vontade de requalificar o quadro socioeconómico e de promover a atual Aldeia Histórica. Neste âmbito, as intervenções sobre a ruína tornam-se inevitáveis e substancialmente relevantes, fazendo da ruína não somente um fragmento ou mera passagem no tempo e no espaço, mas enquanto parte viva do contexto destas intervenções.

Atuar no património pode ser, no entanto, um gesto intrincado, resultado de séculos de discussões e contradições que assolam este tema e perduram até aos nossos dias.

Tomando consciência da entrada num mundo da arquitetura ainda controverso, a dissertação consiste em elaborar um raciocínio crítico sobre o que é intervir em contexto arqueológico e como o nomear e conceituar tais intervenções pode implicar na própria metodologia reservada à ruína e às suas circunstâncias.

Objeto e Casos de Estudo

É neste contexto que Idanha-a-Velha surge como lugar ideal, contentor de significativos estratos físicos e temporais que, quer seja pelo estranhamento ou pelo puro deleite, obriga-nos a um exercício racional de abstração, de tentativa de compreensão dos vestígios dispersos no pequeno recinto intramuralhas.

A memória, intrínseca ao lugar, vive nos pequenos sinais do que já foi uma grande *civitas*. Nas esquinas, nas casas tão modestas, na velha Sé. O passar do tempo e as marcas dos inúmeros povos e culturas que por cá passaram favorecem um ambiente enigmático, capaz de suscitar uma incessante busca pelo seu passado.

Desta forma, os casos de estudo consistem, pontualmente, nas intervenções executadas na Porta Norte e muralha romana; na Sé; no Posto de Turismo; no Lagar de Varas e Arquivo Epigráfico; e, finalmente, nos Palheiros de São Dâmaso.

Apesar do caráter distinto conferido a cada uma destas intervenções, seja pelo programa proposto e função, ou pelo desenho em si, a dupla de arquitetos faz sobressair, na obra final, sempre que possível, a metodologia, diretamente relacionada com a história e memória de Idanha: tanto na tradição construtiva, como na evocação do antigo, através de novos materiais.

Metodologia

A constante metamorfose e ocupação sucessiva de Idanha acaba por tornar pertinente o enquadramento deste tema, visto que a intervenção em cada caso, aqui, é tratada de forma específica, sendo a própria ruína a indicar a circunstância metodológica, a par da vontade de transmitir, coerentemente, a memória do lugar. Em primeiro lugar, estuda-se rigorosamente a história. De seguida, é criada uma narrativa que a conte associada a uma nova função, de acordo com a escala morfológica tradicional e o programa previamente proposto.

Portanto, o processo metodológico partiu de um estudo exaustivo sobre o tema da conservação e do restauro, compreendendo as diferentes visões e atuações perante o património monumental e arqueológico, recorrendo, para tal, à leitura dos livros dos diversos autores relacionados direta e indiretamente com estes princípios e das Cartas e Recomendações Internacionais; bem como uma investigação, igualmente exaustiva, sobre o passado de Idanha, revelando o que foi e o que há atualmente, como forma de entrar na atmosfera ímpar deste pequeno povoado e de perceber como este passado seria fundamental para as intervenções arquitetónicas sobre a ruína, realizadas pelo Atelier 15.

A passagem pelos conceitos e terminologias associadas ao campo da intervenção foi, da mesma forma, essencial para a construção de um raciocínio crítico, sobre o nomear das ações e as suas consequências.

As intervenções foram rigorosamente selecionadas, juntamente com o arquiteto Alves Costa e com o orientador desta dissertação, por apresentarem um contato direto com a ruína e, principalmente, pela diversidade de posições adotadas nestas pelo atelier, em termos de execução, demonstrando como o campo pode ser rico, complexo e, ainda assim, ambíguo. As plantas, cortes e informações sobre estas intervenções foram gentilmente cedidas pelo Atelier 15 e adquiridas por livros, periódicos e textos sobre as mesmas.

Estrutura

O título, a "Intervenção arquitetónica em contexto arqueológico" pretende apontar o tema desta dissertação: a abordagem da arquitetura frente à ruína, o fragmento do passado, enquanto auxiliar do projeto de intervenção, como forma de transportar o passado até aos nossos dias e de perpetuar a própria identidade de Idanha-a-Velha. E o subtítulo "O Atelier 15 em Idanha-a-Velha", como o caso prático e o lugar.

A tese divide-se em três capítulos, nomeadamente, referente a três assuntos principais, no qual o primeiro consiste numa abordagem geral sobre a noção do património monumental e arqueológico e como intervir neste; tratando, o segundo, da apresentação do contexto histórico de Idanha-a-Velha; e, por último, faz-se o elo entre estes dois primeiros conteúdos com a apresentação e a análise das intervenções selecionadas. Desta forma, procuramos manter uma linha de pensamento coesa, fluida e com sentido, compondo um raciocínio crítico acerca de cada caso tratado em Idanha-a-Velha.

Num primeiro momento, portanto, sente-se a necessidade de tratar as diferentes questões relativas aos valores patrimoniais – desde o valor histórico, de antiguidade, ao de novidade, bem como os distintos discursos e teorias interventivas de autores como John Ruskin, Viollet-le-Duc, as ideias de Alois Riegl, Françoise

Choay, entre outros; mostrando a evolução do pensamento e da postura, cada vez mais consciente, perante o monumento e a ruína.

Ainda neste primeiro capítulo, procuramos expor os principais conceitos e terminologias referentes ao campo das intervenções arqueológicas e patrimoniais, a fim de apresentar a ambiguidade ainda hoje tão presente neste glossário e esclarecer possíveis equívocos que estes conceitos possam suscitar; assim como a explanação das Cartas e Recomendações Internacionais que sejam relevantes à análise desta dissertação, formuladas à luz de um reconhecimento progressivamente alargado sobre as ações e salvaguarda patrimonial.

O capítulo seguinte é dedicado ao enquadramento histórico e arqueológico de Idanha-a-Velha, onde, cronologicamente, tentamos apresentar, através do estudo exaustivo da bibliografia local e dos estudos já realizados sobre a área, desde os achados arqueológicos do amplo território da *Ciuitas Igaeditanorum* e Antiguidade tardia, passando pelo domínio árabe e posterior Reconquista, aos documentos mais recentes, como forma de compreender o desenvolvimento histórico-urbano do caso de estudo e dos elementos arquitetónicos que marcam a importância da antiga vila até o momento do seu ponto de viragem: o "Programa das Aldeias Históricas".

No terceiro e último capítulo, "O Atelier 15 em Idanha-aVelha", é feito uma breve apresentação do projeto geral, para depois avançarmos à singularidade dos casos de estudo selecionados, passando para a análise destas intervenções e introduzindo ligeiramente a questão sobre a ruína. De certa forma, tenta-se ligar este capítulo aos anteriores, enquadrando os conceitos terminológicos e a metodologia utilizada pelo atelier em cada caso prático específico que, por sua vez, ditará as circunstâncias interventivas.

A riqueza do estudo provém da complexidade e multiplicidade de formas de encarar e abraçar os vestígios como parte da própria intervenção, enaltecendo, de certo modo, a memória do que já foi Idanha-a-Velha. Propõe-se, após a exposição de cada projeto de intervenção – tendo como base a reflexão das teorias e princípos manifestos inicialmente – a análise de como ficou, finalmente, a ruína.

Em suma, procuramos que os três capítulos se complementem, de maneira a proporcionar, de forma organizada, a compreensão e apreensão do tema.

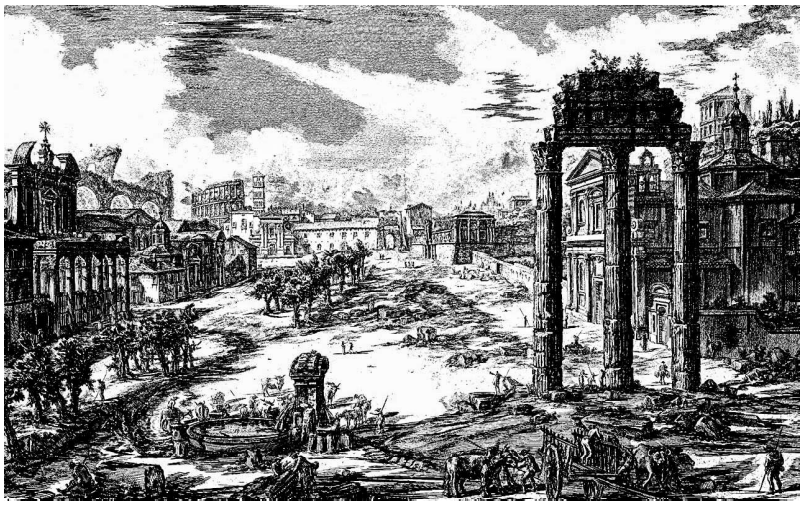


Fig. 1 As ruínas romanas de Piranesi

I. Sobre conservação e reconstrução

Intervir na ruína

A ruína, enquanto fragmento de um tempo passado, por si só, ensina-nos sobre a passagem deste e sobre o *fazer* arquitetura e cidade do Homem Antigo. Ajuda-nos não só a compreender a origem dos hábitos quotidianos, mas a evolução e disposição dos espaços e do *pensar* arquitetura, enquanto matéria e construção, a partir da sua simultânea qualidade de presença e ausência: "[...] as ruínas devolvem-nos o que lhe damos, o que lhes perguntamos desde o presente, transformado, acrescentado com a sua proposta radical, isto é, a sua mensagem de essencialidade"[2] (fig. 1).

A preservação deste passado foi, desde sempre, um assunto que mereceu a atenção do Homem. A perda das propriedades intrínsecas de *utilitas* e *firmitas* propõe, ainda hoje, ao arquiteto, um ato reconstrutivo, como o único capaz de restituir, através do desenho, a sua legibilidade no sentido inverso da conceção – da ruína ao edifício. A reflexão sobre como interpretá-la passa pela compreensão lógica compositiva do desenho, desde o seu traçado à sua proporção e distribuição, em relação à lógica de materialização, como sistema estrutural e técnica construtiva.

2 Alberto Ustárroz, "La Lección de las Ruinas: Presencia del Pensamiento Griego y Romano en la Arquitectura", 1977, p. 286 *apud* Pedro Alarcão, "Intervenção Arquitectónica em Contexto Arqueológico. A Lição das Ruínas". In *Intervenção arquitectónica em contexto arqueológico. Propostas de desafios para a cidade de Braga*, 2014, p. 13.

É neste contexto de apreciação e lição que surge o interesse, por parte dos humanistas e artistas dos séculos XIV e XV e, mais tarde, herdado pelos eruditos e antiquários dos séculos XVI, XVII e XVIII, em construir um saber histórico e o amor à arte, aliados à valorização dos monumentos – até então conhecidos como *antiguidades*[3].

Torna-se necessário, nesse momento, salientar a distinção entre monumento e monumento histórico[4]. A partir de uma visão estritamente temporal, incontestável a qualquer monumento, todos seriam históricos. De facto, assim os entendemos, pois, as interpretações várias da palavra podem omitir um significado primordial: aquilo que traz à memória ou o que faz recordar. Numa arqueologia da palavra e das coisas, torna-se possível identificar uma noção de monumento, a qual consiste, simplesmente, em perpetuar a memória. Desta forma, os monumentos passam a exercer uma função fundamental para as sociedades que os construíram. Não buscam uma expressão neutra, mas, justamente, procuram despertar ou emocionar, atuando sobre a memória em si para evocar um passado especificamente dado. Essencialmente, trata-se de um monumento concebido intencionalmente.

O limiar entre este e o monumento histórico é, no caso deste último, a não intencionalidade de criá-lo como tal. O monumento histórico tem a capacidade de, a qualquer momento, ser convertido em testemunho histórico, sem ter tido, originalmente, um destino memorial. No entanto, só será possível atribuir a

3 "No contexto da revolução do saber em que vive então a Itália, essa mesma imagem arruinada de uma Antiguidade recentemente redescoberta à luz sedutora dos textos quase que obriga o olhar a conceder aos monumentos romanos uma dimensão histórica. É neste contexto mental, nestes locais e sob a designação plural de «antiguidades» que se deve situar o nascimento do monumento histórico". Françoise Choay, "A Alegoria do Património", 1982, p. 45.

4 Distinção delineada, sem ambiguidades, por Riegl no início do século XX, "e cuja aparição, [...] ele situa em Itália, no século XVI". Idem, p. 170.

historicidade ao monumento a partir de um afastamento temporal do homem em relação àquele[5].

As descobertas desse passado longínquo, portanto, juntamente com a dedicação e o profundo fascínio pelas obras desse passado, serão os motivos da criação, em Inglaterra, das primeiras associações dedicadas à preservação. Contudo, a conservação não se concretiza de facto. Ela permanece abstrata, diante da materialidade das construções e objetos a conservar, pois a ação traduz-se estritamente na reprodução iconográfica e literária dos monumentos.

Seria somente face ao próprio monumento, entretanto, possível a capacidade de apreensão desse saber e a conceção de uma identidade[6]. E, por outro lado, a perceção de um monumento é fundamental para a sua própria compreensão[7]. A Revolução Industrial e, marcadamente, a Revolução Francesa, trarão consigo, além de pensamentos divergentes[8], quanto ao rumo da arte e, em particular, da arquitetura, a conscientização da conservação prática[9]. Para

5 Ainda segundo Choay, "no século XV, a emergência do monumento histórico, sob a designação de antiguidades, ilustra o desenvolvimento do projecto humanista. Face aos edifícios e aos objectos que a utilização quotidiana transformou em meio ambiente e familiar, sempre presente, as antiguidades representam o papel de um espelho reflector. Espelho que cria um efeito de distância, de afastamento, dispõe um intervalo onde se alojará o tempo referencial da história". Françoise Choay, "A Alegoria do Património", op. cit., p. 221.

6 "[...] podemos assegurar ter aprendido muito mais com estas observações diretas [dos edifícios da antiguidade] do que com o que foi dito pelos autores". Leon Battista Alberti, "De Re Aedificatoria", trad. Giovanni Orlandi, Livro III, capítulo XVI, 1966, p. 256.

7 "A arquitectura [...] exige visitas, percursos, desvios que implicam o investimento do corpo inteiro e que a percepção visual, apenas, não pode substituir". Françoise Choay, "A Alegoria do Património", op. cit., p. 201.

8 O culto do monumento passado coexiste com aquele, rapidamente nomeado, da "modernidade". Françoise Choay, "A Alegoria do Património", op. cit., p. 147.

9 Nos processos revolucionários, torna-se comum o desejo de assinalar claramente a rutura com a continuidade histórica anterior para afirmar uma nova situação. No entanto, as experiências críticas e eruditas mantidas pelos intelectuais, ao largo dos últimos decénios do século XVIII, encontraram com



Fig. 2 As doutrinas de Ruskin e Le-Duc

os defensores ingleses, os monumentos do passado são indispensáveis à vida contemporânea, não sendo eles nem arcaísmo ou ornamento aleatório, nem meramente portadores de saber e de prazer, mas parte do quotidiano[10].

O discurso sobre essa conservação tomará, inicialmente, dois destinos completamente distintos, no âmbito da questão do restauro do património: uma corrente anti-intervencionista – a qual, nostalgicamente, torna o passado irrevogável e, portanto, intocável; e uma corrente intervencionista – que, pelo contrário, favorece a utilização de novas tecnologias construtivas para complementar a legibilidade dos monumentos a salvaguardar. O tema da intervenção sobre a ruína apresenta-se, portanto, num primeiro momento, como um campo complexo e controvertido, sistematicamente assolado por divergências e posturas irreconciliáveis – de John Ruskin a Viollet-le-Duc (fig. 2), aos mais atuais – não apenas na sua teoria e prática, como também na esfera das terminologias a ele associadas[11]. Como veremos, será tal polémica a fonte do constante debate teórico, razão pela qual parece inviável assumir a conservação de bens culturais como uma disciplina homogénea, compacta

a Revolução Francesa uma ampla plataforma de projeção social e política, mas imprescindível para que se iniciasse o amplo movimento a favor da proteção dos monumentos.

10 Fazendo citar a Carta de Veneza, sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios, os monumentos históricos, incutidos de uma mensagem do passado, "perduram até aos nossos dias como testemunhas vivas das tradições de várias gerações. Os povos tornam-se cada vez mais conscientes da unidade dos valores humanos e consideram os monumentos antigos como património comum. A responsabilidade colectiva de os proteger para as gerações futuras é reconhecida. É nosso dever mantê-los com a riqueza da sua autenticidade". Princípios básicos já definidos, inicialmente, pela Carta de Atenas de 1931. Preâmbulo da Carta de Veneza, 1964.

11 "Tem sido sobretudo no campo da chamada acção de valorização que, ao procurar um discurso pedagógico acessível aos diversos tipos de destinatários, se têm verificado as principais polémicas sobre as intervenções, e onde as medidas extremadas que podemos testemunhar, entre a inércia que a prudência exagerada provoca e a reconstrução total, reflectem duas preocupações dominantes e dificilmente conciliáveis: a manutenção da "originalidade" material do monumento e a promoção de instrumentos de leitura, que facilitem a sua compreensão". Pedro Alarcão, "Construir na ruína. A propósito da cidade romanizada de Conimbriga", 2009, p. 31.

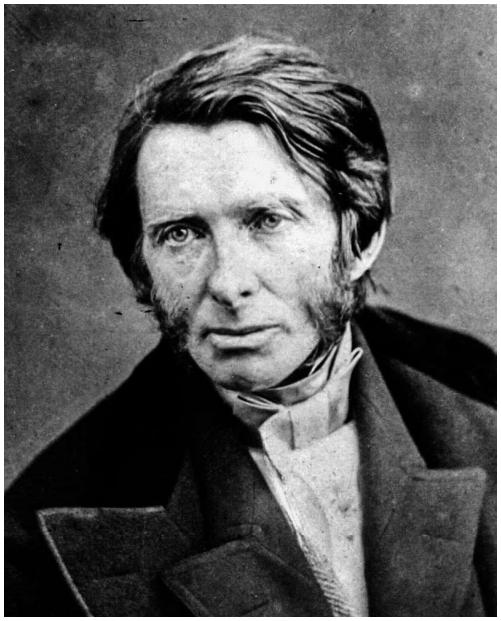


Fig. 3 John Ruskin (1819-1900)

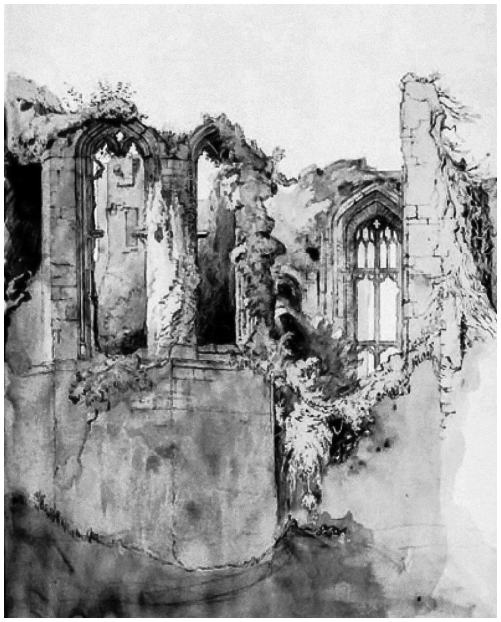


Fig. 4 Desenho de John Ruskin

e unidirecional, e seja necessário, contrariamente, indagar acerca das distintas orientações conceituais e metodológicas.

Mais que uma metodologia, a doutrina anti-intervencionista de John Ruskin, secundado por William Morris[12], deve entender-se como uma autêntica filosofia da conservação (fig. 3). A visão inglesa idealiza o pitoresco, o abandono e o culto da arte, o deleite nostálgico do qual a memória será o novo destino e o novo valor do monumento histórico: "Nós podemos viver sem ela [a arquitetura], adorar o nosso Deus sem ela, mas sem ela não podemos recordar"[13]. Este pensamento valoriza, sobretudo, o trabalho das gerações passadas, conferindo um caráter sagrado aos edifícios que nos legaram, impedindo, de tal forma, qualquer tipo de intervenção: "*Nós não temos o mínimo direito de o fazer.* Eles não nos pertencem. Eles pertencem, em parte, aos que edificaram, em parte ao conjunto de gerações humanas que nos seguirão"[14]. Se, por um lado, assegura a autenticidade do monumento histórico, como consequência, por outro, destina-o ao desgaste temporal, até à sua ruína e desagregação progressiva (fig. 4). O radicalismo do pensamento de Ruskin leva-o a preferir a ruína do monumento frente à reconstrução. A antiguidade da obra de arte, a *vetustez* acumulada nas pedras, passa a ser um valor substancial, símbolo de sua autenticidade histórica.

12 William Morris (1834-1896). Criador do movimento Arts and Crafts como crítica à mecanização de todos os domínios da produção e, em especial, no campo da criação artística, Morris reuniu os elementos precisos para elaborar um coerente programa de proteção dos edifícios históricos, que se concretizou, em 1877, na fundação londrina da Society for the Protection of Ancient Buildings. Ignacio González-Varas, "Conservación de Bienes Culturales. Teoria, Historia, Princípios y Normas", 2000, p. 214. Ver também Maria Piera Sette, "Il Restauro in Architettura: Quadro Storico", 2001, p. 77.

13 John Ruskin *apud* Françoise Choay, "A Alegoria do Património", op. cit., p. 147.

14 John Ruskin, "Las Siete Lámparas de la Arquitectura", trad. Carmen de Burgos, 1956, p. 258-259. (Itálicos de Ruskin).

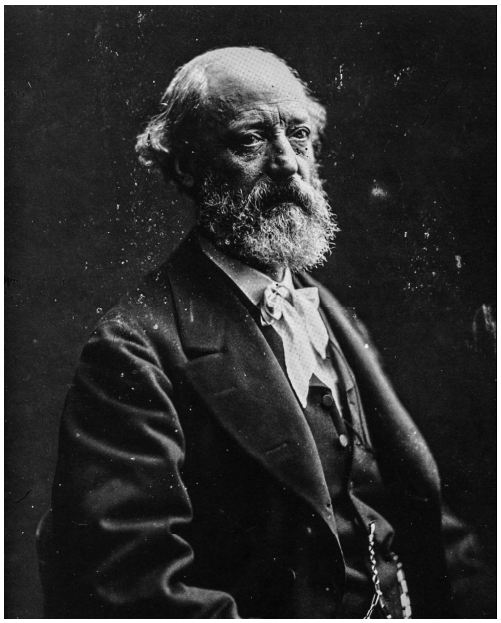


Fig. 5 Viollet-le-Duc (1814-1879)

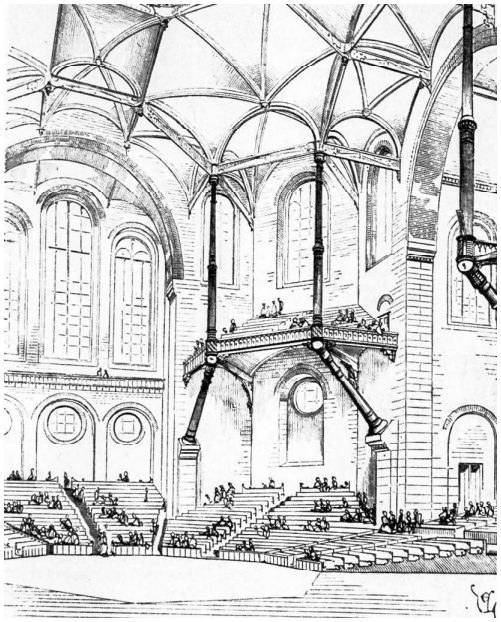


Fig. 6 Desenho de Viollet-le-Duc

Em oposição ao "anti-intervencionismo radical"[15] de Ruskin, encontramos a doutrina do restauro, em França, defendida convictamente por Viollet-le-Duc (fig. 5). Se o primeiro compreende o restauro enquanto destruição, e a fé incondicional na perenidade da arquitetura enquanto arte, para o segundo, o restauro afirma-se como disciplina científica, diante da possibilidade de recuperar não só o estado primitivo ou original da obra de arte, suprimindo para isso suas transformações posteriores, senão que se admite a eventual obtenção de um estado completo que talvez nunca tenha existido: "Em tais circunstâncias, o melhor é colocarmo-nos no lugar do arquiteto primitivo e imaginar o que ele faria, se, voltando a este mundo, lhe apresentassem os programas que a nós nos propuseram"[16]. Efetivamente, Viollet-le-Duc, em busca de uma "unidade de estilo", recorria a partes edificadas remanescentes ou a edifícios da mesma época, do mesmo caráter, imaginando elementos que julgava estarem previstos.

Este cunho supositivo da "restauração estilística" formulada por Le-Duc não seria, senão, duramente criticado, independentemente de toda a investigação teórica que existia por trás dos seus trabalhos. Apesar da sua atitude vanguardista, ao reconstituir um edifício e transformá-lo num utensílio didático capaz de restituir o seu valor histórico, inicia-se o debate sobre a sua falta de historicidade. Segundo Choay, "Viollet-le-Duc sente nostalgia pelo futuro e não pelo passado"[17]. De facto, a restauração entendida pelo arquiteto francês não se limita somente à aparência do monumento, senão que se estende à estrutura, aplicando técnicas construtivas modernas (fig. 6).

15 Expressão assim referida por Choay. Françoise Choay, "A Alegoria do Património", op. cit., p. 159.

16 Eugène Viollet-le-Duc, "Restauration". In *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*. Tome VIII, 1866, p. 31.

17 Françoise Choay, "A Alegoria do Património", op. cit., p.162.



Fig. 7 Camillo Boito (1836-1914)

Este juízo de valor coloca em questão, por si, a noção de monumento histórico, que se torna numa abstração, e a noção de restauro, que não leva mais em conta a autenticidade histórica – tão prezada por Ruskin – do objeto restaurado.

O antagonismo entre as duas doutrinas supracitadas não se resolve simplesmente num litígio sobre como intervir sobre os monumentos. Na realidade, representam dois mundos espirituais distintos, que abordam o tema da restauração desde pontos de partida radicalmente diferentes. Eugène Viollet-le-Duc era um historiador, arquiteto e construtor, motivado pelos avanços da História da Arte e portador de todo o otimismo da nova cultura industrial, encarando a restauração com uma visão concreta e operativa. A John Ruskin devemos considerá-lo antes um escritor e crítico de arte, que submerge sua consideração do "monumento" num nível poético, ético e ideal. Daí que sua doutrina tenha sido denominada por alguns autores como "restauração romântica", ainda que, mais que um método de restauração, Ruskin enuncia uma posição frente ao monumento que, em oposição à intervenção ativa da "restauração estilística", propõe uma postura contemplativa, nostálgica, limitada à tutela e à estrita conservação[18].

Entretanto, será somente com Camillo Boito, a confrontação das duas doutrinas antagónicas (fig. 7). Boito concedeu uma singular importância às reflexões sobre o tratamento dos monumentos e, com seus escritos, deixou assente as bases da doutrina italiana do "restauro científico". Situado na articulação de dois mundos estranhos – o da arte, passado e atual, e o da modernidade técnica[19] –, Boito será o

18 Podem-se mencionar outros defensores de ambas as correntes, como Wyatt, intervencionista inglês e contrário a Ruskin, e Vitet e Mérimée, associados a defesa dos monumentos históricos franceses. Para Mérimée, o valor de princípio está em reduzir ao mínimo possível a intervenção sobre o monumento, quando o estado deste o permite. Françoise Choay, "A Alegoria do Património", op. cit., p. 163.

19 Boito possuía competências enquanto arquiteto, historiador de arte, poeta e escritor. Maria Piera Sette, "Il Restauro in Architettura: Quadro Storico", op. cit., p. 96.

primeiro a recolher o melhor de cada corrente para formular uma síntese sutil, uma "terceira via"[20], a sua própria doutrina sobre esta oposição, superando-a. Por um lado, condena os excessos das reconstruções arbitrárias da "restauração estilística" e, por outro, se aparta das teses radicais "conservacionistas".

Fundada sobre a noção de autenticidade, Boito deve a Ruskin e Morris a sua conceção de conservação dos monumentos. Carregados de verdadeiros estratos, tanto estes acrescentos sucessivos de que o tempo foi responsável, como a pátina dos edifícios, deveriam ser preservados. Quanto ao respeito pela autenticidade, a conceção "paleontológica"[21] – por meio da qual Viollet-le-Duc reconstitui as partes desaparecidas dos edifícios – deveria ser recusada, assim como a sua tipologia estilística, uma vez que, salvo algumas declarações em contrário, acabaria por desprezar a singularidade de cada monumento.

A par de Viollet-le-Duc, no entanto, Boito sustenta não só a prioridade do presente sobre o passado, como afirma a legitimidade do restauro, sendo que este não passa de um recurso, à falta de uma melhor solução. Neste caso, tendo em vista todos os outros meios de salvaguarda – manutenção, consolidação e reparações não expostas à vista[22]. Desta forma, o restauro manifesta-se como o complemento

20 Expressão assim referida por González-Varas. Ignacio González-Varas, "Conservación de Bienes Culturales. Teoria, Historia, Princípios y Normas", op. cit., p. 218.

21 Françoise Choay, "A Alegoria do Património", op. cit., p. 168.

22 Ruskin, apesar de renegar qualquer forma de restauro do monumento, adota uma posição semelhante "na medida em que possa ser necessário consolidá-lo ou protegê-lo [...] Essas operações necessárias limitam-se a substituir pedras novas às usadas, no caso em que estas últimas sejam absolutamente necessárias para a estabilidade do edifício; a escorar com madeira ou metal as partes susceptíveis de darem de si; a fixar ou cimentar no seu lugar as esculturas prestes a soltarem-se; e, de modo geral, a arrancar as ervas daninhas que se inserem nos interstícios das pedras e a soltar as condutas de escoamento. Mas, nenhuma escultura moderna ou nenhuma cópia deve ser misturada com obras antigas, *nunca*, quaisquer que sejam as circunstâncias". John Ruskin *apud* Françoise Choay, "A Alegoria do Património", op. cit., p. 185. (Itálicos de Ruskin).

essencial de uma conservação, cujo próprio projeto, sem ele, não poderia subsistir.

Reconhecer a cooperação das duas noções que tanto Ruskin, quanto Morris julgavam incompatíveis, e que Viollet-le-Duc tinha por sinónimas, conduz a uma compreensão complexa do restauro. Saber, inicialmente, avaliar com rigor a necessidade da intervenção, determinar a sua natureza e a sua relevância, demonstra toda a dificuldade que a ação engloba. Dado, então, como admitido o seu princípio, o restauro deve assumir a sua legitimidade. Para isso, há que o fazer afirmar-se enquanto tal. Deve-se distinguir a zona restaurada, esta, portanto, ausente de autenticidade histórica, facilmente dos elementos originais do edifício ou ruína, através de uma representação engenhosa, recorrendo a múltiplas estratégias: diferentes materiais, de diferente cor; aplicação de inscrições e de sinais simbólicos – a especificar as condições e as datas das intervenções – sobre as partes restauradas; divulgação das informações necessárias e, particularmente, de fotografias das diversas fases de operação; e conservação das eventuais partes, a que o restauro se substituiu, na proximidade do monumento[23].

Segundo Choay, "por outro lado, Boito não reconhecia apenas que qualquer intervenção arquitectónica sobre um monumento é necessariamente datada e marcada pelo estilo, as técnicas e os conhecimentos técnicos da época em que ela é empreendida. Ele deplora, para além disso, a identidade do tratamento aplicado à diversidade dos monumentos e propõe três tipos de intervenção de acordo com o estilo e a idade dos edifícios em questão. Para os monumentos da

23 Segundo Gonzáles-Varas, o rigor da teoria boitiana enunciava, sobretudo, a "conservação" antes de qualquer "restauração", "[…] a legitimação da ação restauradora como intervenção restrita, contida dentro de seus limites mínimos, e a obrigação da discriminação moderna dos elementos que sejam necessários adicionar, diferenciação necessária para preservar a autenticidade histórica do monumento como documento". Ignacio González-Varas, "Conservación de Bienes Culturales. Teoria, Historia, Princípios y Normas", op cit., p. 231.



Fig. 8 Aloïs Riegl (1858-1905)

Antiguidade sugere um restauro *arqueológico*, que se preocupe, antes de mais, com a exactidão científica e, em caso de reconstituição, considere apenas a massa e o volume, deixando de alguma forma em branco o tratamento das superfícies e da sua ornamentação. Para os monumentos góticos propõe um restauro *pitoresco*, que concentre o seu principal esforço no esqueleto (ossatura) do edifício e abandone as carnes (estatuária e decoração) à sua ruína. Finalmente, para os monumentos clássicos e barrocos é proposto um restauro *arquitectónico*, que leve em conta os edifícios na sua totalidade"[24]. A intensa atividade pública, levada a cabo por Boito, com a reflexão sobre o património histórico enquanto um campo de debate, encontraria, posteriormente, seus postulados codificados por Gustavo Giovannonni[25] na Carta de Atenas de 1931, difundindo a doutrina italiana do "restauro científico" a uma escala internacional.

Aloïs Riegl será, igualmente, uma peça fundamental, no que diz respeito à maturação mais reflexiva das atitudes e dos comportamentos ligados à noção de monumento histórico (fig. 8). Responsável pela análise crítica desta mesma noção, Riegl define, antes de qualquer outro, o monumento histórico a partir dos valores de que este foi investido ao longo da história, contrapondo-os em duas categorias: "de rememoração", ligados ao passado – ao valor de antiguidade, à história e história da arte, e à memória –, e "de contemporaneidade", ligados ao presente e ao valor de arte[26].

24 Françoise Choay, "A Alegoria do Património", op. cit, p. 169. (Itálicos da autora).

25 Gustavo Giovannonni (1873-1947), em forte continuidade com a reflexão de Boito e o pensamento historicista, é responsável pelo compêndio doutrinal da já mencionada "restauração científica"; participa na redação da Carta de Atenas de 1931 e da Carta Italiana do Restauro de 1932; e estende a tutela desde o monumento ao seu entorno circundante, através da sua atividade como "restaurador-urbanista".

26 Os valores rememorativos, como indicam, surgem do reconhecimento de sua pertença ao passado histórico e distinguem-se em três outros valores: a) valor de antiguidade – ligado à memória por um

Torna-se possível, então, uma conceção não dogmática e relativista do monumento histórico, capaz de atuar em cada caso particularmente, em função do estado do monumento e do contexto social e cultural no qual se insere. Não deixa de ser, pois, uma reflexão eloquente e própria de paradoxos, uma vez que revela conflitos entre os valores, segundo as exigências simultâneas e contraditórias em cada momento e segundo cada intenção: "O *valor de antiguidade* exclui o *valor de novidade* e ameaça o *valor de uso* e o *valor histórico*; o *valor de uso* contradiz frequentemente o *valor artístico* relativo e o *valor histórico*, e assim sucessivamente. Estes conflitos, tão comuns e debatidos na prática restauradora, são finalmente expostos por Riegl sem considerá-los insolúveis, senão melhor *negociáveis*"[27].

Efetivamente, ao conceder a supremacia a um ou outro valor, reclamam-se atitudes distintas face a restauração ou conservação dos monumentos.

---

sentimento vagamente estético, consiste no reconhecimento e apreço dos sinais impressos pelo tempo sobre o monumento; b) valor histórico – distintamente do valor de antiguidade, que é imediatamente percetível por todas as consciências e não requer nenhuma experiência científica (produto da simples perceção sensorial), o valor histórico remete necessariamente a um saber para apreciar o monumento. O valor histórico, por seu caráter documental (monumento como documento), será tanto maior quanto menor for a alteração sofrida pelo monumento no seu estado original; c) valor rememorativo intencional – possui a finalidade de não permitir que o monumento se torne em passado e que se mantenha, portanto, vivo e presente na consciência das gerações posteriores. Relativamente aos valores de contemporaneidade, característicos dos monumentos com independência do seu passado e a exigir, por consequência, a aparência de não ter sido afetado pelas destrutivas influências da natureza, estabelece-se em dois valores: a) valor instrumental – consiste na capacidade de satisfazer as necessidades materiais ou de utilização prática no presente. Impõe, desta forma, a restauração para tornar o monumento novamente funcional; b) valor artístico – valor subjetivo, estabelecido no momento presente e determinado segundo a capacidade do monumento de satisfazer as exigências da vontade moderna de arte (*kunstwollen*). Pode ser um "valor de novidade", que reside no caráter novo e intacto de uma obra recém-criada – ao novo atribui-se a superioridade ao antigo – ou um "valor artístico relativo", que concerne à parte da criação artística antiga ainda acessível à sensibilidade moderna. Aloïs Riegl, "El Culto Moderno a Los Monumentos", 1987.

27 Ignacio González-Varas, "Conservación de Bienes Culturales. Teoria, Historia, Princípios y Normas", op cit., p. 41. (Itálicos de minha autoria).



Fig. 9 Ospedale Maggiore após o bombardeio em Milão, agosto de 1943



Fig. 10 Galleria Vittorino Emanuele, Milão, 1943

A fertilidade do pensamento desenvolvido em torno da restauração artística e monumental, principalmente em Itália, experimentou uma importante refundação disciplinar. Submetidos a revisão, reformulam-se e questionam-se os princípios do "restauro científico", devido às novas circunstâncias históricas. As traumáticas destruições, provocadas em consequência da Segunda Guerra Mundial, revelaram como os princípios científicos da restauração se tornavam inadequados, de modo generalizado, para afrontar a problemática e quantitativa reconstrução do pós-guerra[28] (fig. 9 e 10). É neste contexto da moderna reflexão italiana sobre o restauro, então, definida uma nova metodologia: o "restauro crítico". Sem renunciar aos postulados modernos da "restauração científica", afirma-se, porém, que a restauração constitui um processo crítico e um ato criativo.

Os princípios teóricos do "restauro crítico", enunciados em *Teoria do Restauro*, de 1963, por Cesare Brandi, comportam critérios rigorosos e constituem, ainda hoje, pontos de referência indispensáveis. Como crítica ao método científico-filológico, a restauração, em suma, condiciona-se ao respeito da qualidade estética do monumento e, por definição, deve ser realizada de tal modo que garanta a "artisticidade" do resultado. A obra de arte, composta por duas instâncias[29], é vista como um processo. Portanto, o seu reconhecimento, enquanto natureza singular e individual, condiciona o modo de intervenção, assumindo, a consistência física, uma grande importância por ser esta a transmitir a obra de arte às gerações futuras

28 A gravidade dos danos superava as estreitas possibilidades operativas que concedia o método filológico e formulava a encruzilhada de conservar os monumentos como ruínas ou, então, recuperar seu valor como obra de arte. A reconstrução de monumentos seriamente destruídos permitia manter a presença destes como obras de arte, em detrimento do seu estrito caráter documental.

29 Brandi identifica o duplo valor da instância histórica – todo o processo que engloba a criação da obra de arte (lugar, tempo e autor) e enquanto presença atual na consciência humana, como momento crítico fundamental de seu reconhecimento e identificação – e a instância estética – ligada à perceção artística.



Fig. 11 Cesare Brandi (1906-1986)



Fig. 12 Antón Capitel (1947-)

através da conservação.

O ensaio de Cesare Brandi (fig. 11), codificado na Carta Italiana do Restauro de 1972, aborda critérios sobre a restauração limitada aos componentes materiais constitutivos da obra de arte, definidos por dois componentes – o *aspeto* e a *estrutura*: a *matéria* é insubstituível à medida que colabora diretamente à figuração da *imagem*, como *aspeto*, porém, enquanto *estrutura,* admite-se a modificação ou o sacrifício, desde que não interfira de modo algum com a qualificação do *aspeto*; o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que seja possível, sem o perigo de cometer um falso artístico ou histórico, e sem eliminar qualquer traço da passagem da obra no transcurso temporal; e a atenção ao problema da reversibilidade, que a considera inócua enquanto provisória.

Uma leitura crítica das doutrinas históricas da restauração, realizada por Antón Capitel (fig. 12), assinalando seus limites e ambiguidades, será o ponto de partida para que se desenvolva o conceito da "analogia formal"[30] como critério de intervenção, alcançando uma maior difusão com o seu livro *Metamorfosis de Monumentos y Teorías de la Restauración*. A obra de Capitel, importante reflexão disciplinar, analisa casos concretos de transformação de edifícios preexistentes e afirma que, desde uma visão disciplinar, há dois modos de abordar a intervenção em edifícios históricos: a *metamorfosis*, que executa uma transformação da realidade arquitetónica originária; e a *restauração*, que intervém desde a reflexão sobre os

30 Enunciação que será, também, partilhada por Ignasi Solà-Morales. As soluções frente à restauração, formuladas com a constatação e exposição do complexo e ambíguo quadro crítico disciplinar, confluem no conceito da "intervenção analógica": a partir da compreensão da definição de "analogia formal", esta entendida como meio capaz de conciliar a harmonia com o antigo – a obra preexistente – e o rigor das distinções arqueológicas. O conceito, como critério de "intervenção", aplica-se nos casos em que a restauração se admite como transformação visual do monumento, que aproxima os conceitos de "restauração" e "intervenção nova" ou "metamorfose". Ignacio González-Varas, "Conservación de Bienes Culturales. Teoria, Historia, Princípios y Normas", op cit., p. 320-321.



Fig. 13 Ignasi Solà-Morales (1942-2001)

valores primitivos do monumento. A *metamorfosis* é, efetivamente, um ato criativo, relativo à disciplina da composição arquitetónica, que toma como base a configuração original do monumento, respeita suas qualidades e resolve problemas compositivos. Segundo Capitel, "modificar um monumento, provocando sua metamorfose, será entender por completo sua configuração, apreciar seus valores e diagnosticar suas carências, no âmbito de uma interpretação arquitetónica satisfatória"[31].

A posição de Ignasi Solà-Morales constata, também, a impossibilidade de uma definição permanente e absoluta da restauração e, portanto, de uma doutrina permanente (fig. 13). Pelo contrário, seria somente possível discernir as distintas características assumidas ao longo do tempo, através da compreensão das conceções em cada caso particular. Dentro de uma elaborada análise filosófica da cultura contemporânea, Solá-Morales demonstra os propósitos da intervenção, enquanto operação estética e arbitrária, pela qual se tenta não só reconhecer as estruturas significativas do material histórico existente, senão sua utilização como linha analógica do novo desenho[32].

Longe de estar assente, a complexidade do tema da intervenção sobre a ruína levanta, ainda hoje, questões tanto no campo teórico e conceitual, quanto na prática projetual e programática, resultantes dos diversos discursos – maioritariamente contraditórios – lançados ao longo do tempo, como vimos.

Intervir na ruína, portanto, pela sua carga patrimonial, requer a capacidade de conciliar o conhecimento histórico, e mostrá-lo, numa narrativa que possa ser lida pelas pessoas, a cumprir com o programa e a função. Requer, sobretudo, olhar

31 Antón Capitel, "Metamorfosis de Monumentos y Teorías de la Restauración", 1988, p. 11.

32 Este novo desenho deveria ter a capacidade de interpretar o "eco" do antigo e a simpatia do monumento, com a finalidade de obter a harmonia analógica, sem correr, para isto, à intervenção mimética.

para o passado e, por este, enaltecer a sua memória com o contato do novo, se este o permitir.

Assim sendo, para que uma intervenção, perante o monumento, seja digna de apreciação e veracidade, torna-se essencial considerar cada situação como específica e, a par de Riegl, de acordo com o seu estado e contexto sociocultural. Justifica-se, principalmente, pelo seu papel didático e por permitir a compreensão de outros tempos e outros lugares.

Terminologias da intervenção

A importância do conhecimento adequado e estudo rigoroso do objeto a intervir, assim como o devido emprego das terminologias a ele associadas, torna-se clara, na medida em que o tratamento e o nomear preciso qualifica e dá corpo às ações, conceitos e critérios empregados em cada caso. Nesse âmbito, o uso desta ou daquela ação, ou termo, não é, ou não deveria ser, aleatório.

Tendo em vista o campo terminológico, a palavra "*restauro*" engloba várias práticas e definições, cujo significado foi mutável conforme a época e que hoje possui uma definição precisa na Carta de Cracóvia que afirma ser "[...] uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial cujo objetivo é a conservação da sua autenticidade e a sua apropriação pela comunidade"[33]. Contudo, só se praticam tais procedimentos quando o bem em questão perdeu parte do seu significado ou função, quer através de uma alteração, quer de uma deterioração.

Para o esclarecimento, além das teorias e práticas, torna-se, portanto, necessária a exposição da definição das terminologias que aqui interessam e que mesmo atualmente causam alguma discussão: *Conservação, Anastilose,*

33 Carta De Cracóvia, "Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído", 2000, p. 6.

Reconstrução, Reconstituição e, por fim, *Reabilitação.*

Com o objetivo de retardar o processo de degradação de um edifício e, como consequência, prolongar o tempo da existência deste, sem, contudo, comprometer a sua originalidade histórica, a conservação visa, antes de mais, a sua proteção. Pode ser dividida em *conservação indireta,* a qual concerne às medidas exteriores ao monumento, incidindo sobre o ambiente, desde a criação de inventários e catálogos ao controlo de fatores de deterioração química, física ou biológica; ou *conservação direta,* atuando sobre o monumento como forma de assegurar a longevidade e legibilidade deste. Incluem-se, assim, as ações mínimas defendidas por Ruskin e Boito – desde a implantação de suportes para o aprimoramento estático de um edifício –, assim como a construção de coberturas de proteção de agentes atmosféricos, estratégia largamente difundida hoje em dia.

Segundo António Nunes Pereira, o conceito de *reconstrução* consiste em "construir novamente, ou seja, construir um edifício ou partes de um edifício em substituição de um outro desaparecido ou de partes desaparecidas. Reconstrução é um termo geral e bastante vago, englobando outros termos mais precisos, como cópia, reconstituição e anastilose. [...] A *reconstituição* consiste numa *réplica formal conjectural* o mais exacta possível de um edifício ou de um elemento edificado ou decorativo original desaparecido. Fala-se em réplica conjectural porque, não existindo o original, nunca há a garantia de que a reconstituição seja de facto a réplica exacta desse original desaparecido (de contrário tratar-se-ia de uma cópia)"[34].

É preciso salientar que, mesmo hoje, não se consegue, efetivamente, afirmar uma separação nítida entre os conceitos de *reconstituição* e *restauro*. Uma

34 António Pereira, "Para uma terminologia da disciplina de protecção do património construído". In *Jornal dos Arquitectos*, 213, 2003, p. 30-31.

vez que o restauro implica "restituir o estado inicial (mesmo que parcialmente) ou um estado posterior à edificação do edifício, deteriorado pela acção do tempo e/ou alterado em épocas seguintes"[35], podemos constatar a relação dos dois conceitos, de tal modo embrionária, em que o primeiro continua a descrever o ato de "restaurar". Isto significa que a "reconstituição" poderia ser entendida como uma variante mais drástica do "restauro", na medida em que pressupõe a reedificação material de algo perdido.

Por outro lado, a *anastilose* – incuída nas ações de reconstituição – consiste no único tipo de reconstrução em que o resultado tem algum valor patrimonial, à luz das Cartas e Recomendações Internacionais. Ainda de acordo com Nunes Pereira, "trata-se da reconstrução, eventualmente parcial, de um edifício usando elementos originais que se encontravam desagregados da estrutura edificada. [...] A anastilose é, segundo a Carta de Veneza de 1964, o único método de reconstrução admitido para locais arqueológicos"[36].

Uma ação de *reabilitação,* por fim, consiste em devolver a um edifício a sua capacidade de ser utilizável, de o tornar habilitado a funcionar novamente, implicando muitas vezes, para tal, a alterações do conteúdo.

Considerando estas definições e, após a síntese das teorias expostas, é preciso perguntarmo-nos sobre a real condição da conservação e do restauro e o que, tanto estas designações, quanto as ações, implicam ao monumento e à sociedade. Até que ponto não seria possível especular sobre o processo, corrompido, pelo qual

35 "A acção de restauro vai para além de uma acção de conservação, tendo dois objectivos: "restabelecer a unidade de edificação do ponto de vista da sua concepção e legibilidade originais" e acentuar os valores artísticos e históricos de um edifício". António Pereira, "Para uma terminologia da disciplina de protecção do património construído", op. cit, p. 29.

36 Idem, p. 31.

conduzimos tais ações em prol do turismo de massas, ou ainda, segundo Choay, como imagem narcísica da síndrome patrimonial[37]? Sobretudo, como analisar o estado do monumento/ruína original após a sua intervenção?

37 Françoise Choay, "A Alegoria do Património", op. cit, p. 260.

Cartas e Recomendações Internacionais

Elaboradas para estabelecerem regras de atuação do restauro e da conservação, as Cartas e Recomendações Internacionais apresentam-se como documentos fundamentais para compreender a evolução dos critérios de intervenção e afrontar os problemas globais que ameaçam a tutela e a proteção dos monumentos. Efetivamente, as Cartas representam um marco geral orientativo, que, apesar de fixarem limites e princípios precisos, são suficientemente flexíveis, permitindo a consideração de que cada intervenção constitui um caso único em si mesmo e que, como tal, deverá buscar as suas próprias leis, de acordo com as exigências que levanta o próprio objeto submetido à intervenção e de acordo com a própria sensibilidade crítica e histórica de quem o restaura.

A Carta de Atenas de 1931, mencionada anteriormente, consiste no primeiro documento internacional que apresenta princípios e normas gerais para estes fins. Os fundamentos expostos neste documento podem ser considerados como a expressão internacional da doutrina da "restauração científica", sustentada durante os primeiros decénios do século XX por Gustavo Giovannonni, como prolongação e atualização das doutrinas de Camillo Boito. Afirma-se com clareza a tendência geral de abandonar as restituições integrais da "restauração em estilo", em prol de uma consolidação regular e permanente, como medida eficaz para assegurar



Fig. 14 Propileus de Atenas, ilustração de livro de Gustavo Giovannoni, 1932

a conservação dos monumentos; bem como a sua utilização para assegurar a continuidade vital. No caso da intervenção sobre a ruína, impõe-se uma conservação rigorosa, admitindo-se a anastilose e a inserção de novos materiais, desde que reconhecíveis, princípios estes da "intervenção mínima" e da "discriminação moderna das adições" difundidos por Boito[38] (fig. 14). A Carta afirma claramente o emprego de materiais e técnicas modernas, assim como a ocultação dos elementos estruturais, princípios estes, entretanto, questionados devido aos efeitos corrosivos que tal ação pode provocar nos monumentos.

A atividade internacional iniciada com a Carta de Atenas resulta interrompida com o decorrer da Segunda Guerra Mundial. Aos anos posteriores do conflito bélico, caracterizados pela "reconstrução", afrontam-se árduos problemas que dão lugar a uma revisão dos princípios da "restauração científica" e assentam as bases do "restauro crítico"[39] em Itália, como mencionamos anteriormente. A par deste contexto, sente-se a necessidade de elaborar um novo documento, de caráter internacional, sobre a questão da conservação e do restauro, que corresponda à situação vigente e que atualize os conteúdos expostos na Carta de 1931.

A Carta de Veneza, formulada em 1964, surge como continuidade dos postulados da Carta de Atenas, mas, ao mesmo tempo, como necessidade de desenvolver, aprofundar e ampliar seus conteúdos, uma vez que a sensibilidade e o espirito crítico voltaram-se ante problemas cada vez mais complexos e variados.

38 Os princípios boitianos foram, novamente, postulados na Carta Italiana do Restauro de 1932.

39 Com os textos de Roberto Pane e Renato Bonelli, desde a imediata pós-guerra. Entretanto, é já em 1944, que Pane "afirma a inescusável necessidade de manter um juízo crítico responsável como suporte da restauração", no texto *Il restauro dei monumenti*. Ignacio González-Varas, "Conservación de Bienes Culturales. Teoria, Historia, Princípios y Normas", op cit., p. 266.

Desde o ponto de vista doutrinal, a Carta de Veneza mantém-se na linha da "restauração científica", cujos princípios permitem transmitir a autenticidade do legado monumental e proibir a reconstituição mimética, mas atualiza, entretanto, alguns preceitos com as contribuições metodológicas maturadas nestes anos pelo "restauro critico"[40]. Além de dilatar o conceito de "monumento", anteriormente limitado aos monumentos artísticos e históricos, a nova orientação centra-se na salvaguarda tanto da obra de arte como do documento histórico, fruto da dupla natureza (artística e histórica) do monumento, de acordo com o "restauro crítico".

Os princípios de Brandi e da intervenção crítica serão melhor desenvolvidos, enquanto linguagem normativa, na Carta Italiana do Restauro, de 1972, ainda que não tenha sido difundida internacionalmente. Admite a eliminação de elementos posteriores – desde que estes falsifiquem a obra –, aconselha a conservação das pátinas, e introduz, no 4º artigo, uma breve, mas muito esclarecedora, distinção entre os conceitos de "salvaguarda" e "restauração", de cunho evidentemente brandiano: entende-se, pelo primeiro, qualquer medida conservadora que não implique a intervenção direta sobre a obra, tradução da "conservação indireta"; e, pelo segundo, qualquer intervenção direcionada a manter vigente, a tornar legível e transmitir, integramente, as obras de arte ao futuro. Apesar do claro desenvolvimento conferido aos princípios da conservação e do restauro, a Carta permaneceu, como supracitado, estritamente, no âmbito italiano.

Atuando no sentido da Carta de Veneza de 1964, e consciente "de viver um tempo no qual as identidades, num contexto cada vez mais amplo, se tomam mais

40 Segundo ainda González-Varas, a Carta de Veneza foi, efetivamente, elaborada, em grande parte, a partir dos pensamentos formulados por Pane. Ignacio González-Varas, "Conservación de Bienes Culturales. Teoria, Historia, Princípios y Normas", op cit., p. 469.

distintas e singulares"[41], a Carta de Cracóvia, publicada em 2000, fundamenta-se no aconselhamento de medidas de proteção, considerando o turismo cultural, mesmo que este compreenda circunstâncias positivas para a economia local, como fator de risco frente à conservação do património. A Carta introduz outra importante aportação – e que, a nós, torna-se relevante expor – focada no cuidado e zelo das cidades e *aldeias históricas*, consideradas parte essencial do património mundial. Como consta no 8º artigo, "cada um destes conjuntos patrimoniais deve ser considerado como um todo, com as suas estruturas, os seus espaços e as características sócio-económicas, em processo de contínua evolução e mudança. Qualquer intervenção deve envolver todos os sectores da população e requer um processo de planeamento integrado, cobrindo uma ampla gama de actividades. [...] A intervenção na cidade histórica deve ter presente a morfologia, as funções e as estruturas urbanas, na sua interligação com o território e a paisagem envolventes"[42].

Por fim, para complementar o estudo decorrido, estende-se a análise à reflexão sobre a reformulação do critério de "autenticidade", tema central da Carta de Nara, promulgada em 1994. A atenção aos términos "autenticidade" e "diversidade", acoplados na afirmação da impossibilidade de estabelecer juízos de valor sobre a primeira dentro de critérios fixos, consiste na confirmação de que a "autenticidade" varia segundo cada contexto cultural e que, portanto, cabe a cada cultura promover a conservação da autenticidade de seu património conforme seus próprios conceitos, critérios e mentalidades. Neste contexto, a Carta de Nara, além de alertar as variações incorporadas ao conceito de "autenticidade", renuncia

41 Carta de Cracóvia, "Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído", 2000, p. 1.

42 Idem, p. 3.

a formulação de parâmetros determinados universalmente sobre como intervir no património cultural para preservá-la.

Devemos salientar, no entanto, que o progressivo desenvolvimento destes princípios percorreu um espaço temporal linear defasado, em decorrência do surgir de cada teoria, com intervalos que duraram décadas; e que, atualmente, tais princípios encontram-se, muitas vezes, obsoletos. Obsoletos pois, não há nenhuma carta que espelhe a chamada "intervenção analógica". De facto, é preciso sublinhar que, ainda hoje, grande parte dos técnicos e gestores do património regem-se pela Carta de Veneza, formulada há mais de meio século.



Fig. 15 Fragmento de uma mão em mármore, encontrada em Idanha-a-Velha

Olhar com os olhos de ver e de saber para os achados arqueológicos de Idanha-a-Velha, é planarmos em voo de águia sobre o passado remoto e com frémitos de exaltação histórica, ficarmos com vontade de a esventrar, como se fosse Pompeia[43] (fig. 15).

43 Vítor Pereira Neves, "As Aldeias Históricas de Monsanto, Idanha-a-Velha e Castelo Novo", 1996, p.150.

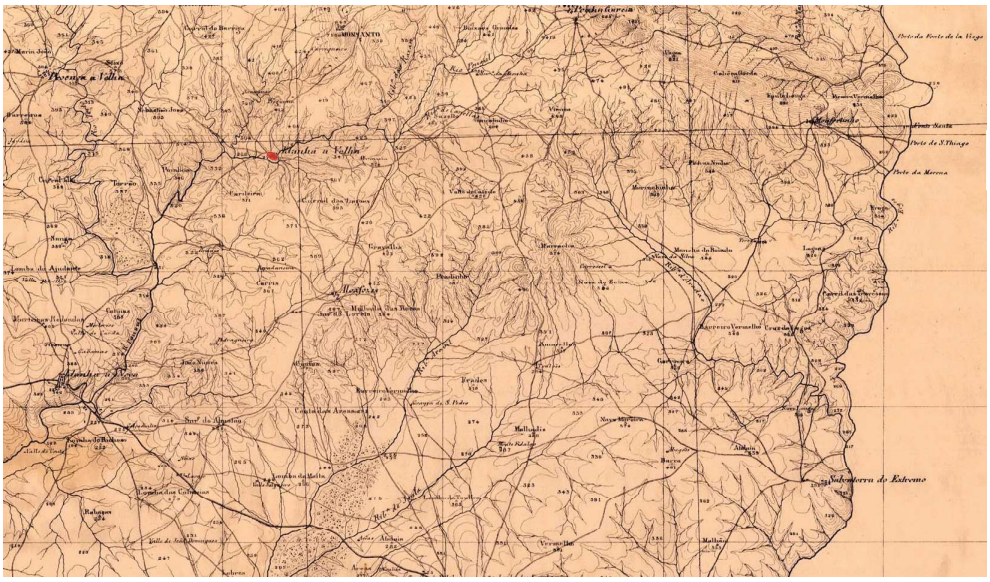


Fig. 16 Mapa topográfico de Castelo Branco, 1874 (Idanha-a-Velha a vermelho)

II. Da *civitas Igaeditanorum* à Reconquista
Enquadramento histórico e arqueológico

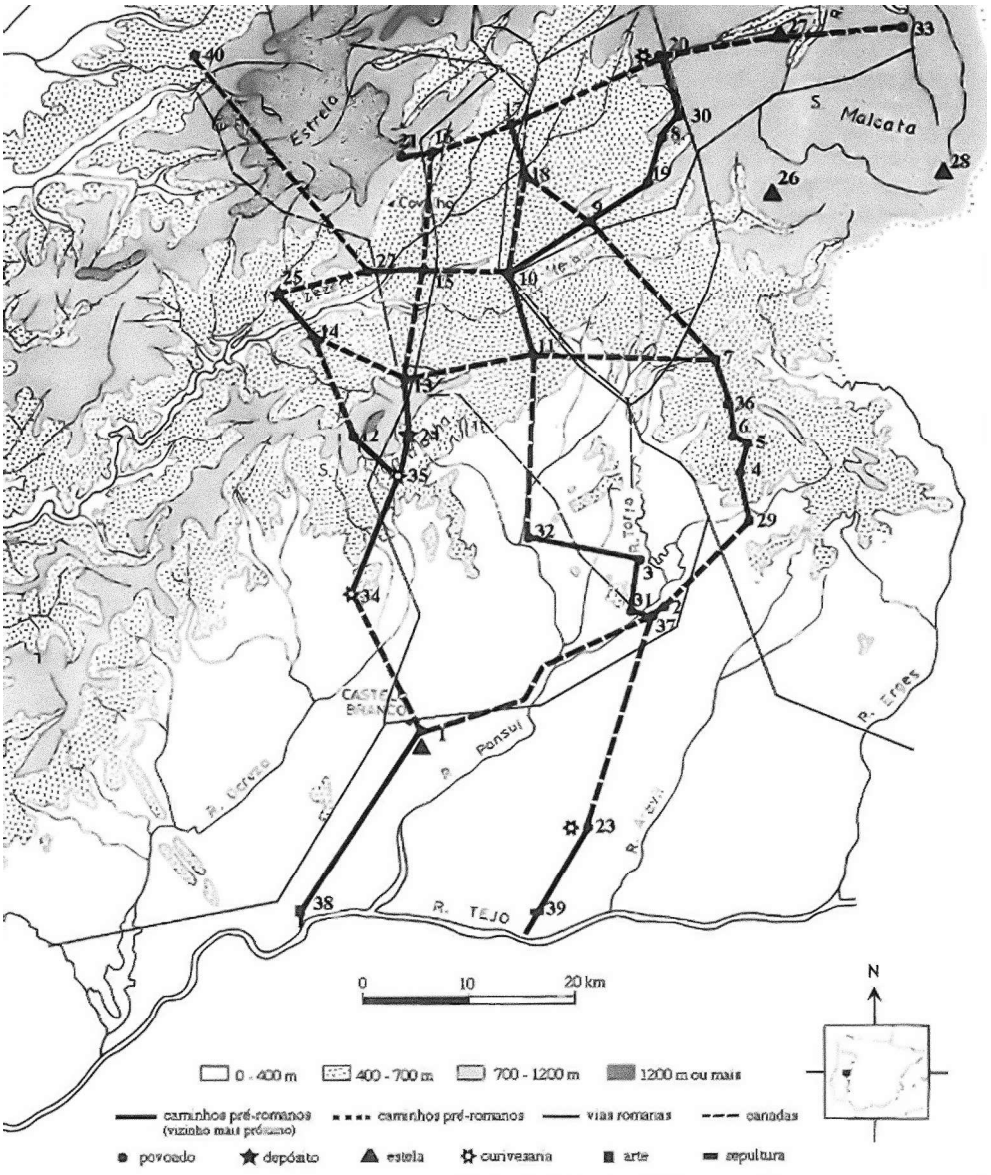
Situada no distrito de Castelo Branco, Idanha-a-Velha surge num contexto urbano e de população fortificada, à margem direita do Rio Ponsul, acidente hidrográfico mais importante que atravessa a região, numa das curvas deste afluente do Tejo[44] (fig. 16). A pequena freguesia encontra-se delimitada geograficamente pela Serra de Penha Garcia, a Nascente, e a Norte pela Serra da Malcata. Por sua vez, a Noroeste, localizam-se as Serras da Gardunha e da Estrela. Do ponto de vista geológico, a região é essencialmente constituída por afloramentos de granito e xisto, sendo bastante rica a presença de estanho e ouro[45].

Idanha-a-Velha dispõe de um valioso património cultural e histórico, resultado da permanência civilizacional que perdurou durante séculos, desde o período da *ciuitas* romana e da Antiguidade tardia[46].

44 "O Rio Ponsul asim chamado de hum proconsul Romano, que nelle se afogou nasse na Serra de Penna Graçia passa pello termo de Monsanto entra no desta Cidade onde nam recebe outro Rio" (Tomo XVIII, fl. 58). Ver Pedro de Azevedo, "Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1758»". In "O Archeologo Português", Série 1, Vol. IV, 1898, p. 322. Publicação acedida através do site http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1volume_4/315_extractos.pdf, no dia 22 de maio de 2016.

45 Seomara Ferreira e Maria da Costa, "Etnografia de Idanha-a-Velha", 1970, p. 3.

46 "No pavimento das ruas, nos panos das paredes, nos cunhais das casas, nas cortinas dos muros, graves inscrições romanas, quasi todas funerárias, falam do grande passado desta aldeia e enervam o espírito do visitante de melancolia, assombrando-lhe o espírito de cogitações severas. A época romana



1. S. Martinho
2. Monte do Trigo
3. Cachouça
4. Monsanto
5. Moreirinha
6. Alegrios
7. Monte do Frade
8. Castelejo
9. Cabeço do Escarigo
10. Tapada das Argolas
11. Covilhã Velha
12. Castelo Velho
13. S. Roque / Trigais
14. Cabeço da Argemela
15. Cabeça Gorda
16. S. Cristóvão
17. Quinta da Chandeirinha
18. Castro de Caria
19. Castro do Vale da Srª da Póvoa
20. Cabeço dos Mouros (Serra da Vinha)
21. Aldeia do Carvalho
22. Dominguiso
23. Monforte
24. Ervedal
25. Paul
26. Meimão
27. Baraçal
28. Fóios
29. Canchais da Gravaia
30. S. Cornélio
31. Idanha-a-Nova
32. Cabeço de S. Gens
33. Vilar Maior
34. Sobreiral
35. Soalheira
36. Pedrichas
37. Cabeça Alta
38. Cachão do Algarve
39. Monte de S. Domingos
40. S. Romão

Fig. 17 Caminhos de migrações pré-romanos e romanos da Beira Interior

Sabe-se, no entanto, muito pouco da época da sua fundação, constatando-se, até então, uma série de estudos contraditórios, publicados no decorrer dos anos. Não é possível afirmar se Idanha terá conhecido uma ocupação pré-romana, referente à Idade do Ferro, ou se a origem da cidade poderia estar relacionada com uma prévia ocupação indígena consolidada, ou ainda, se corresponde a uma fundação romana de raiz (*ex nihilo*). Neste âmbito, desconhece-se, também, se na sua origem estaria um estabelecimento de natureza militar (recuando aos inícios do século I a.C., quando esta região se encontrava no raio de ação do exército romano), ou se, porventura, terá sido antes uma instalação civil, decorrente da necessidade de criar, principalmente pela sua localização privilegiada, um centro administrativo responsável pelo controlo territorial – tendo sido fundada, possivelmente, em torno de 35 a. C., por C. *Norbanus Flaccus*[47], na sequência da fundação da *Colonia Norba Caesarina* (Cáceres), como propôs Vasco Mantas[48].

Seja qual for a causa e a época da sua fundação, entre os motivos que poderiam influenciar o seu estabelecimento, estão os caminhos de migração entre a serra da Estrela e as terras baixas a Nascente da Beira, como também a excelente comunicação via fluvial e terrestre, entre Mérida e Braga, e a particular riqueza dos seus recursos mineiros auríferos (fig. 17). De facto, conhecem-se importantes

---

e a medieval enclavinham os seus vestígios dentro dêste pequeno povoado, deixando adivinhar quanto pode ter sido grande a capital dos *Igeditani* na época imperial, a sede do bispado da *Egitânia* no reino dos suevos e dos visigodos, o coito acastelado dos esforçados templários na dinastia afonsina". Félix Alves Pereira, "Vestígios do passado em Idanha-a-Velha IV. Ruínas de ruínas ou estudos igeditanos", 1916. In "O Archeologo Português", Série 1, Vol. XXX, 1938 – ed. 1956, p. 188-189. Publicação acedida através do site http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_30/vestigios_passado.pdf, no dia 22 de maio de 2016. (Itálicos do autor).

47 Gaio Norbano Flaco. Dado mencionado por Pedro Salvado em *Elementos para a Cronologia e para a Bibliografia de Idanha-a-Velha*.

48 Pedro Carvalho, "O forvm dos Igaeditani e os Primeiros Tempos da Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal)", 2009, p. 125-126.

explorações de ouro próximas à antiga *civitas*, como, por exemplo, Presa/Covão do Urso, Monfortinho e Rosmaninhal[49].

São conhecidos poucos vestígios pré-históricos na área, hoje pertencente a Idanha. Segundo o arqueólogo Joaquim Baptista, na Carta Arqueológica da Freguesia de Idanha-a-Velha, "foram apontados por alguns autores instrumentos do Paleolítico inferior, nos terraços quaternários do rio Ponsul, só que a pouca frequência dos mesmos coíbe de falar em ocupação humana, instalação de acampamentos ou de estações arqueológicas. [...] O megalitismo está presente com apenas três monumentos. No entanto, apenas um deles, ao ser escavado, revelou espólio da época, por sinal bastante pobre. [...] Da proto-história não se conhece nenhuma estação arqueológica nesta freguesia"[50].

De facto, constatou-se a inexistência de uma ocupação anterior à II Idade do Ferro, através de uma campanha de escavações realizada, entre 2007 e 2008, pelo arqueólogo Pedro Carvalho, no ponto mais alto de Idanha, correspondente à localização possível do centro cívico. Com efeito, nas sondagens realizadas, os níveis mais antigos descobertos datam de um período romano, provavelmente tardo-republicano, constituindo testemunhos relevantes dos primeiros tempos da sua fundação[51] que, ao que se julga, terá resultado de uma nova política baseada no apaziguamento e ordenamento do território. Como relata Artur Côrte-Real, "os primeiros habitantes da cidade terão sido oriundos de um núcleo populacional pré-romano fortificado, localizado nas imediações e designado por Cabeço dos

49 Pedro Carvalho, "A Caminho do Douro na época romana. Da capital da Ciuitas Igaeditanorum aos Territoria dos Lancienses, Araui, Meidubrigenses e Cobelci", 2012, p. 127.

50 Joaquim Baptista, "Carta Arqueológica da Freguesia de Idanha-a-Velha", 1998, p. 10.

51 Pedro Carvalho, "O forvm dos Igaeditani e os Primeiros Tempos da Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal)", op. cit., p. 120.



Fig. 18 Troço de alicerce do pórtico que rodeava o templo a Poente



Fig. 19 Inscrição que testemunha o ato oficial da doação do *orarium*

Mouros"[52].

Os vestígios descobertos supracitados dizem respeito a um edifício de funcionalidade desconhecida, cujas paredes são de taipa e adobe, e que em época augustana, seria expropriado e demolido para dar lugar ao *forum* da *civitas Igaeditanorum* (fig. 18). Ao período que imediatamente seguiu à sua possível fundação, assinala-se uma nova etapa, denunciada com a oferta de um relógio de sol (*orarium*) da *colonia Emeritensis* aos *Igaeditani* – atestada por uma conhecida inscrição datada de 16 a. C. (fig. 19) – representados pelos quatro *magistri*[53] locais, demonstrando o estreitamento de laços entre a *civitas* e *Emerita Augusta* (Mérida).

Este ato solene acaba por evidenciar a progressiva notoriedade da *ciuitas Igaeditanorum*, enquanto ocupação romana do interior Norte da *prouincia Lusitania.* Tal importância pode-se testemunhar pelas ruínas desta época e por um notável acervo epigráfico – considerado um dos maiores e mais representativos do país, constituindo depoimentos essenciais da sua projeção e do desenvolvimento económico e urbano no decorrer da época alto-imperial, em consequência das explorações mineiras e auríferas. Prova disto é a participação da cidade – reconhecida, neste momento, como município[54] – no financiamento da construção

52 Artur Côrte-Real, "Idanha-a-Velha. Memórias em imagens", 2000, p. 12.

53 Os quais curiosamente apresentam nomes de origem celta. Como descreve Pedro Salvado, "são cerca de noventa os antropónimos de raiz celta detectados no valioso conjunto epigráfico de Idanha-a-Velha, facto que evidencia a importância desse substracto, pelo menos a nível da onomástica celta aquando da ocupação romana". Pedro Salvado, "As muralhas e a Torre de Idanha-a-Velha", 1983, p. 6.

54 Estatuto sustentado por carta constitucional própria. Pedro Carvalho, "A Caminho do Douro na época romana. Da capital da Ciuitas Igaeditanorum aos Territoria dos Lancienses, Araui, Meidubrigenses e Cobelci", op. cit., p. 127. Ainda segundo Carvalho, "a atribuição do título de *municipium Latinum* durante a dinastia dos Flávios, marcará uma nova etapa de desenvolvimento da *civitas* – processo este que poderá ter atingido o seu auge no reinado de Trajano, alimentado em parte pelos dividendos resultantes das suas explorações do ouro em larga escala e marcado pela inauguração em 105 da imponente ponte de Alcântara (CIL II 760) num dos seus limites territoriais voltado a *Emerita*". Pedro Carvalho, "O forvm dos Igaeditani e os Primeiros Tempos da Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha,



Fig. 20 Porta Norte e muralha romana, 1994



Fig. 21 *Podium* sob a torre, 1962

da ponte de Alcântara sobre o Tejo, construída em 105, unindo *Norba Caesarina* e *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha).

Do conjunto monumental romano, persistem a muralha baixo-imperial (fig. 20) e os vestígios do *forum*, do qual subsistem, completamente intacto, o *podium* do seu templo principal[55] (fig. 21) – consagrado a Júpiter segundo alguns autores, ou a Vénus, segundo outros – e parte da plataforma[56] que configurava os seus limites e o sobrelevava em relação ao traçado urbano. Sugere-se que o templo estaria localizado no terço Poente da praça, sendo parcialmente visíveis, ainda, nas traseiras deste, as fundações de um pórtico. As escavações realizadas por Pedro Carvalho permitiram datar, portanto, o espaço forense, incluindo o templo, da época augustana – tendo sido iniciada a sua construção, muito provavelmente, por volta dos anos 4 e 6 d. C., coincidindo com o processo de delimitação do *territorium* da *ciuitas Igaeditanorum*, a par dos *termini augustales* de Peroviseu, povoação perto do Fundão, e o chamado Padrão do Salvador[57], separando o território da *ciuitas* do de *Lancia* e *Lancia Oppidum* respetivamente[58].

Portugal)", op. cit., p. 128. (Itálicos do autor).

55 Do templo, reconhecem-se, no topo Nascente, pequenas escadas laterais de acesso e restos tênues do maciço da plataforma frontal, onde estaria, eventualmente, uma grande escadaria. José Cristóvão, "A Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma Visita", 2002, p. 13.

56 Estava, o fórum, assente sobre uma plataforma retangular apoiada por resistentes paredes de alvenaria de granito com contrafortes, cujo lado ocidental é preservado hoje no "Quintal da Torre". Ainda são visíveis parcelas do muro de suporte, nomeadamente o ângulo Noroeste, reforçado com silhares almofadados. Igualmente importante referir a opinião contrária de Fernando de Almeida, que o localiza no atual largo da Igreja. Fernando de Almeida, "Egitânia, História e Arqueologia", 1956, p. 92.

57 Pedro Carvalho, "O forvm dos Igaeditani e os Primeiros Tempos da Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal)", op. cit., p. 127.

58 Fernando de Almeida, "As Ruínas Romanas e Visigóticas de Idanha-a-Velha", 1976, p. 45.

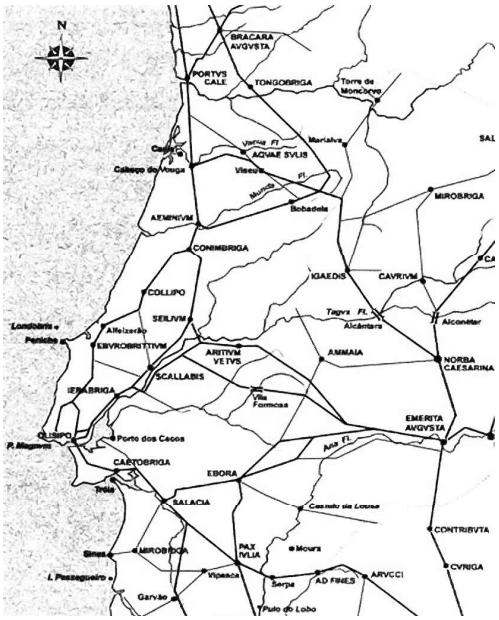


Fig. 22 Vias e portos da Lusitânia


Fig. 23 Uma das inúmeras reconstruções da ponte, 1970

A *ciuitas Igaeditanorum* ficou compreendida a um extenso território, relativamente maior que as demais *civitates* a Norte[59], englobando parte da bacia hidrográfica do rio Tejo, e beneficiando de uma excelente condição geográfica, a par da via de comunicação entre *Emerita Augusta* e *Bracara Augusta* (Braga)[60] (fig. 22). Eventualmente, conhece-se uma outra ligação, para Sul, rumo a *Ebora* (Évora) com uma derivação para *Ammaia*, configurando assim uma via transversal aos itinerários principais entre *Olisipo* (Lisboa) e *Emerita* no sentido Nordeste-Sudoeste[61]. À via que ligava *Emerita* a *Bracara*, por Cáceres e Viseu, parece coincidir a localização da Ponte Velha[62], datada dos fins do século I d. C. ou inícios do seguinte (fig. 23 e des. 1-a). De cantaria granítica, a ponte assenta sobre quatro arcos que, originalmente, deveriam ser de volta perfeita. Aparentemente, foram transformados em arcos quebrados após uma reconstrução, bem como foi alterado o pavimento original do tabuleiro[63].

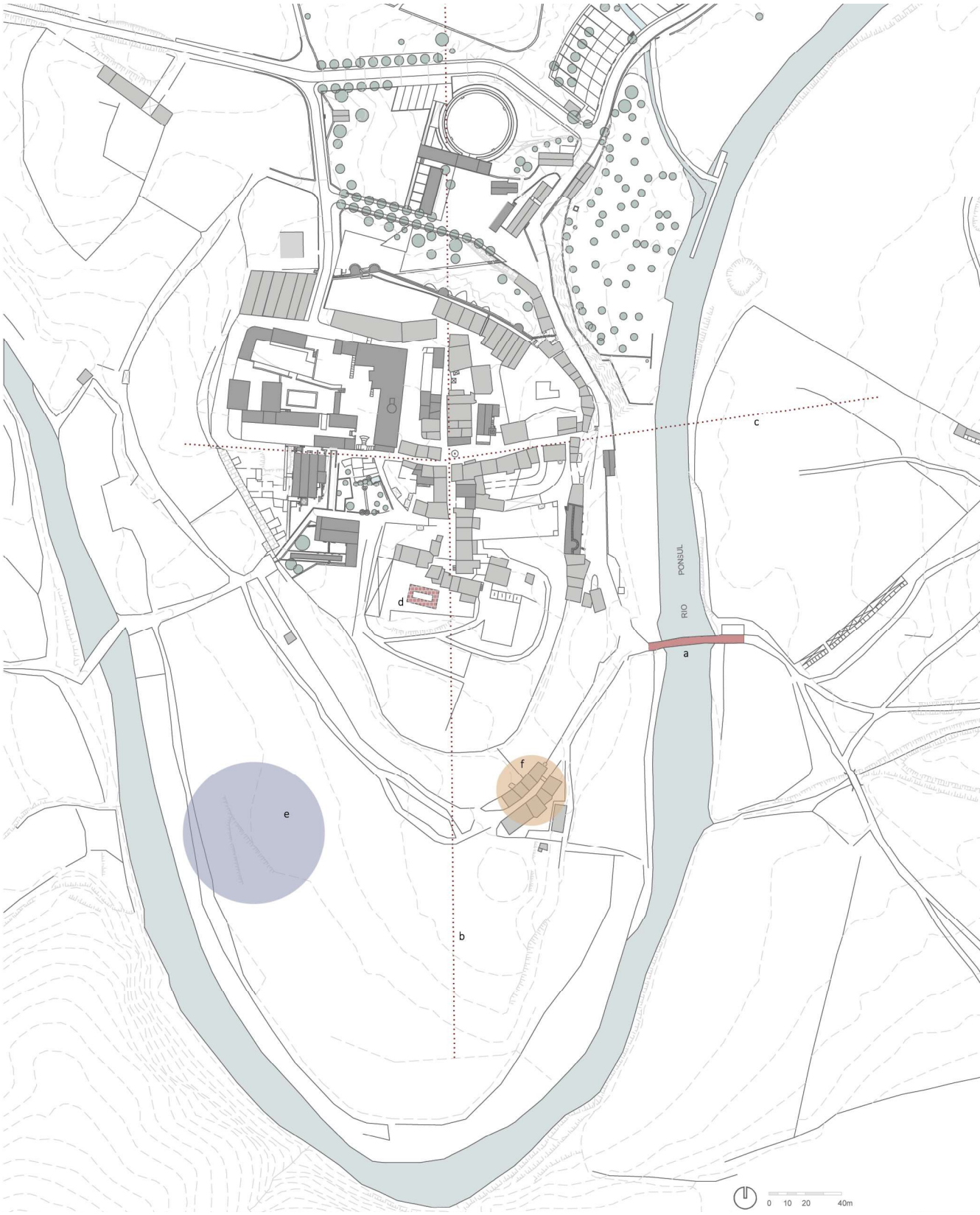
59 Pedro Carvalho, "A Caminho do Douro na época romana. Da capital da Ciuitas Igaeditanorum aos Territoria dos Lancienses, Araui, Meidubrigenses e Cobelci", op. cit., p. 127.

60 "Foy povoaçam de mais de legoa de comprido desde a Pedra Furada athé Sam Lourenço de Monsantil, e meya de largo do Val da Portella athe junto a San Thiago de Medelim com jardins e cazas de parazer (sic) a maneyra de Roma por cer colonia e depois munecipio dos Romanos que a ampliaram e nobreçeram e pesuhiram athé a entrada dos Godos en cujo domínio mais creçeo a povoaçam que passava de vinte mil vezinhos" (Tomo XVIII, fl. 45). O Emperador Augusto lhe deu vinte legoas de termo do Rio Tejo athé o Rio Coa e se fuy (sic) demenoindo por se repartir pelas villas que se forão criando" (Tomo XVIII, fl. 46 v). Ver Pedro de Azevedo, "Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1758»", op. cit., p. 321. Publicação acedida através do site http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_4/315_extractos.pdf, no dia 22 de maio de 2016.

61 Informação retirada do site http://www.viasromanas.pt/, consultado no dia 18 de fevereiro de 2016.

62 "Junto aos muros da Cidade tem ponte de cantaria que fizeram os Romanoz para comonicaçam das duas partes da Cidade Oriental e Osidental. [...] Em suas margens se tem achado ouro, e em certos tenpos uem homẽis da Serra de Estrela e o acham. Em huma fonte questá perto desta Cidade a parte do Sul que mostra ser obra dos Romanos por seus subterranios aqueductos se tem achado muyto, e della levaram bastante hunz pedreyros que a redeficaram há menos de quarenta annos" (Tomo XVIII, fl.59). Ver Pedro de Azevedo, "Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1758»", op. cit., p. 322. Publicação acedida através do site http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_4/315_extractos.pdf, no dia 22 de maio de 2016.

63 José Cristóvão, "A Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma Visita", op. cit., p. 26.



Des. 1 Planta de Idanha-a-Velha. Ponte, *cardus* e *decumanus maximus*, templo romano, complexo termal e necrópole, respetivamente, segundo Isabel Ramos e Jorge de Pablos

Apesar da inexistência de dados que possam comprovar a construção efetiva de uma muralha alto-imperial, julga-se, no entanto, que o perímetro da *ciuitas*, nesta época, compreenderia cerca de 10 hectares, e estaria estruturado de acordo com duas vias fundamentais. Segundo os arqueológos Isabel Ramos e Jorge de Pablos, "uma delas, com orientação Norte-Sul que se projetaria durante uns 550 metros de longitude nas atuais ruas do Castelo e de Guimarães (des. 1-b), e outra segunda, com direção Este-Oeste com uns 300 metros, transformada na Rua da Sé e da Igreja[64] (des. 1-c)"[65]. O limite Norte parece coincidir com o posterior baixo-imperial, dada a presença de uma área de sepultamento poucos metros adiante.

Do urbanismo romano pouco se conhece. Entretanto, das infraestruturas e dos espaços públicos integrantes da *ciuitas*, foram documentados, além do templo (des. 1-d) e algumas estruturas do *forum* supracitado – cuja área total rondaria os 76 metros por 34[66] –, um provável balneário termal[67] situado a Sul do potencial centro cívico (des. 1-e); uma estrada a Poente – possivelmente o que resta do *decumanus maximus* – e duas necrópoles, possivelmente dos séculos I e II, uma localizada na extensão da via *Emerita – Bracara*, e outra a Nascente, na Rua do Cabeço, da qual hoje nada resta (des. 1-f).

64 Tratando-se, portanto, do que se pensa ser, respetivamente, o *cardus* e o *decumanus maximus* da *ciuitas*. Pois, apesar do conjunto de estruturas, relativamente recente, atualmente presente nessas ruas, não significa, no entanto, que estas duas grandes diretrizes não sejam a perduração de linhas cronologicamente anteriores, visto a tradição característica de Idanha-a-Velha de reutilizar fragmentos e espaços.

65 Isabel Ramos e Jorge de Pablos, "Idanha-a-Velha. Portugal, Paço dos Bispos de Idanha-a-Velha (Campanha de Escavação 2014)", 2015, p. 20-21.

66 Pedro Carvalho, "O forvm dos Igaeditani e os Primeiros Tempos da Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal)", op. cit., p. 116.

67 Datado do século I d. C., provavelmente incendiado nos princípios do mesmo século, e destruído na segunda metade do século III, correspondente ao período das invasões dos Francos. Fernando de Almeida, "As Ruínas Romanas e Visigóticas de Idanha-a-Velha", op. cit., p. 46.



Fig. 24 Muros de contenção e nivelamento do terreno forense



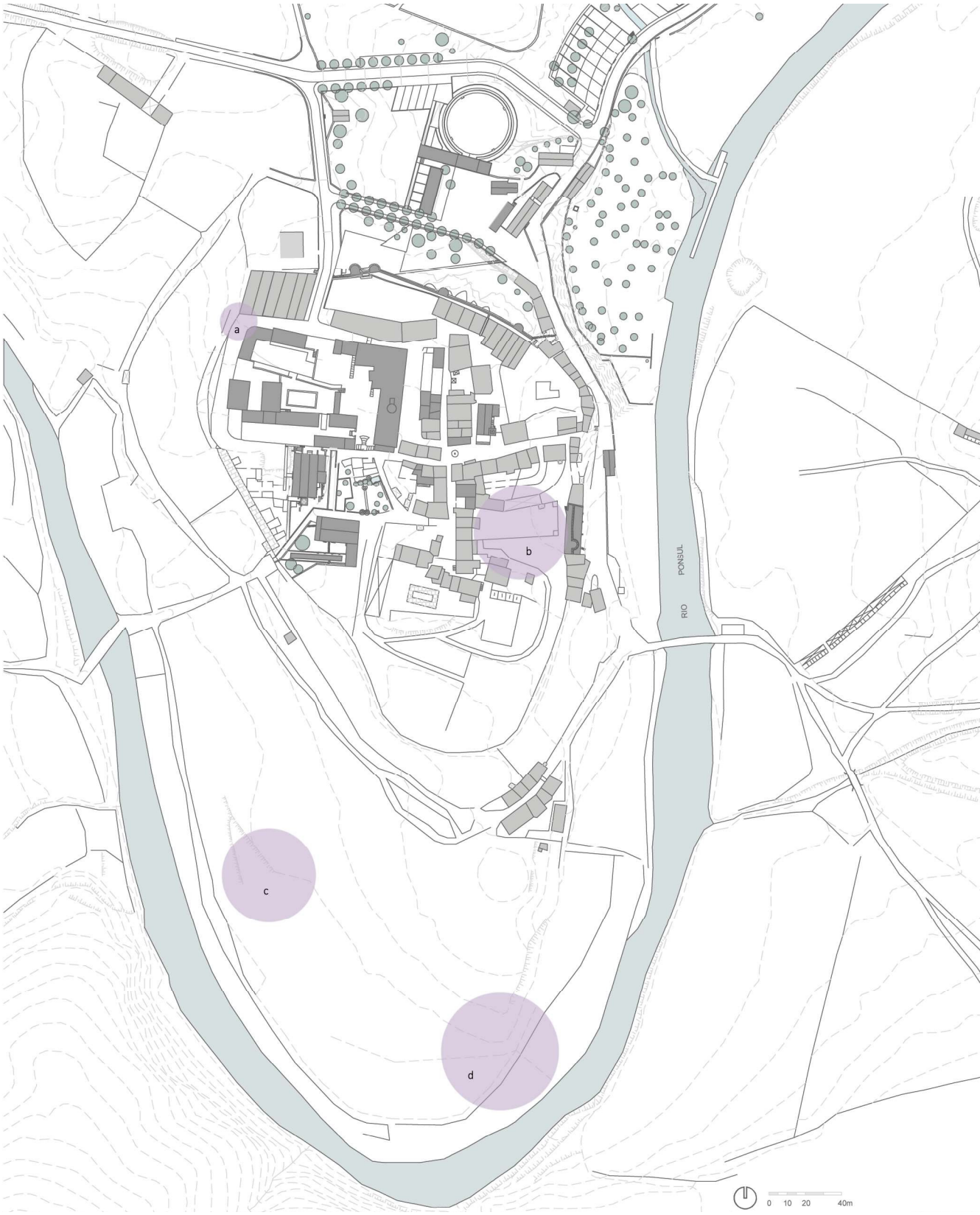
Fig. 25 Cunhal de silharia do antigo *forum*

Estima-se, ainda, uma repercussão no cenário urbano, e no próprio fórum augustano, causada pelos reflexos do desenvolvimento, e da correlativa promoção municipal. A hipótese acerca do *forum* fundamentada por Pedro Carvalho, que permanece como tal à luz das sequências estratigráficas registadas até então, resume-se à incorporação pontual de novos elementos construtivos, descartando a total ou substantiva reconversão do complexo forense original. Ainda segundo Carvalho, "com efeito, hoje poderemos afirmar que a substituição literal de um forum por outro (como aconteceu, por exemplo, em *Conimbriga*) não ocorreu – da época de Augusto datam o templo que conhecemos e o grande muro de contenção de aterro que na parte Poente podemos observar a delimitar o recinto (fig. 24 e 25). Mas, porventura, nas últimas décadas do século I d.C., poder-se-ão ter (re)construído os espaços porticados (incluindo a basílica) que circundavam a praça pública (e o próprio templo), ou mesmo os dois templetes[68] sugeridos por Vasco Mantas (e até as escadarias laterais de acesso à plataforma na fachada do templo)"[69].

O complexo termal, já referido, situado à margem direita do rio Ponsul, na Tapada das Poldras, apresenta vestígios de uma dimensão notável, enquanto infraestrutura de caráter público. Através da interpretação das ruínas, realizada pelo arqueólogo Fernando de Almeida, constatou-se que o edifício teria uma superfície de cerca de 34 metros de comprimento por 14 de largura, e ali "localizaram-se restos de arcos de tijolo, uma caldeira ou *alveus* revestido de *opus signinum* sobre

68 Dois pequenos templos construídos por *C. Cantius Modestinus* (denunciados por inscrições a Vénus e a Marte) que estariam situados à entrada do fórum, no lado Nascente. "Um destes templetes, segundo Vasco Mantas, poderia mesmo revelar-se nas «ruínas de uma estrutura construída perpendicularmente ao muro principal do fórum, com uma soleira a cerca de 5 metros desse muro», observáveis no canto sudeste do fórum, e cujas dimensões poderiam ser semelhantes às do templo da Ponte de Alcântara". Pedro Carvalho, "O forvm dos Igaeditani e os Primeiros Tempos da Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal)", op. cit., p. 116.

69 Idem, p. 128-129. (Itálicos do autor).



Des. 2 Planta de Idanha-a-Velha. Poços, segundo Isabel Ramos e Jorge de Pablos

as *suspensurae* e alguns tubos de chumbo, que pertencem ao forno ou *praefurnium* de umas termas. Este conjunto foi datado com uma cronologia do século I d.C. até por volta do século III, pela recuperação de *terra sigillata*, moedas e outros materiais romanos, como vidro, tear de pesagem, tijolos, *tegulae* e outros elementos arquitectónicos de mármore"[70].

Identificou-se, também, o que se acredita ser um aqueduto, o qual chegava à Idanha do lado Norte (Mina Velha)[71]. Trata-se de um canal subterrâneo, escavado na rocha e coberto por pedras. Uma das suas ramificações, que, como afirmam ainda Ramos e Pablos, "atinge até 2,20 metros de altura e 1,87 metros de comprimento, está localizada ao lado de uma estrada que iria correr no lado Sul das *ciuitas Igaeditanorum*. Outro lugar possível utilizado para o abastecimento da água pode ser a barragem de Torreão, a 1.5 km de Idanha-a-Velha onde se documenta um grande muro de 70 metros de longitude por 11 metros de altura. Outros sistemas para o abastecimento de água documentados na época alto-imperial são os poços[72],

70 Isabel Ramos e Jorge de Pablos, "Idanha-a-Velha. Portugal, Paço dos Bispos de Idanha-a-Velha (Campanha de Escavação 2014)", op. cit., p. 23. Salienta-se, ainda, a existência de restos de um tanque com fundo em argamassa e rodapé em meia-cana. Joaquim Baptista, "Carta Arqueológica da Freguesia de Idanha-a-Velha", op. cit., p. 53. (Itálicos dos autores).

71 "Ao norte tem a fonte chamada da Serra obra dos Romanos de cupioza Agoa e ademiraveis aqueductos que os rusticos tem demullido em grande parte" (Tomo XVIII, fl. 56). Ver Pedro de Azevedo, "Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1758»", op. cit., p. 321-322. Publicação acedida através do site http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_4/315_extractos.pdf, no dia 22 de maio de 2016.

72 Mencionados por Fernando de Almeida, mas de datação incerta, em "Egitania: História e Arqueologia", op. cit., p. 107, e "As Ruínas Romanas e Visigóticas de Idanha-a-Velha", op. cit., p. 48. No primeiro texto, refere-se à uma estrutura quadrada encontrada "precisamente onde agora faz esquina um prédio então construído e que fica no largo fronteiro à sua residência" (do Sr. António Marrocos). No segundo, consta a descoberta de um poço, também de secção quadrada, com 1 metro de lado, "junto à muralha, por onde deve ter existido a porta romana de Poente", correspondendo, possivelmente, ao poço da Tapada do Ti Zé Espanhol, com uma profundidade de 10 metros e três níveis estratigráficos bem distintos. Joaquim Baptista, "Carta Arqueológica da Freguesia de Idanha-a-Velha", op. cit., p. 56-57. Ver também Fernando de Almeida e Octávio da Veiga Ferreira, "Um poço lusitano-romano encontrado em Idanha-a-Velha". In "O Archeologo Português", Série 3, Vol. 1, 1967, p. 57-63. Publicação acedida



Des. 3 Planta de Idanha-a-Velha. Estruturas habitacionais e *decumanus,* segundo Isabel Ramos e Jorge de Pablos

dos que se conhecem com segurança dois, um na Tapada do Ti Zé Espanhol (des. 2-a) e no Chão do Padre (des. 2-b), e outros prováveis na Tapada das Poldras (des. 2-c) (no conjunto termal) e na das Quintas (des. 2-d) (bairro do Cabeço)"[73].

No que diz respeito à arquitetura doméstica alto-imperial da antiga *civitas*, foram descobertas significativas estruturas no Quintal do Lagar, dentre as quais correspondem os alçados estucados e os pavimentos de mosaicos do *atrium* de uma *domus* do século I d.C., de planta retangular, sendo visíveis duas divisões, uma soleira e o *impluvium* com o arranque de uma coluna (des. 3-a). Igualmente, na Quelha da Lameira (des. 3-b), denotam-se algumas estruturas possivelmente relacionadas a ocupações domésticas de finais do século I e inícios do século II, próximas a uma possível entrada para *ciuitas* e da origem do *decumanus maximus*[74] (des. 3-c).

Além das ruínas expostas, há igualmente que apontar a existência de uma pequena *villa*, escavada e documentada por Fernando de Almeida, localizada na margem esquerda do Ponsul, e atualmente aterrada para melhor se salvaguardar, no chamado Olival das Almas. Nesta estrutura regista-se a presença de um tanque circular num possível pátio[75].

através do site http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_3/volume_1/poco_lusitano_romano.pdf, no dia 22 de maio de 2016.

73 Isabel Ramos e Jorge de Pablos, "Idanha-a-Velha. Portugal, Paço dos Bispos de Idanha-a-Velha (Campanha de Escavação 2014)", op. cit., p. 21. (Itálicos dos autores).

74 Joaquim Baptista, "Carta Arqueológica da Freguesia de Idanha-a-Velha", op. cit., p. 50.

75 Fernando de Almeida, "Ruínas de Idanha-a-Velha: Civitas Igaeditanorum Egitânia: Guia para o Visitante", 1977, p. 16.



Des. 4 Planta de Idanha-a-Velha. Porta Norte, Porta Sul e poterna

O facto de algumas construções romanas se encontrarem fora do recinto das muralhas, reforça a hipótese de uma regressão significativa do perímetro urbano – atualmente com cerca de 700 metros[76] – entre finais do século III e inícios do século IV d.C., como preparação para as invasões bárbaras. É certo, pois, que os padrões urbanos ter-se-ão modificado, reestruturando-se certas áreas e mudando as respetivas funcionalidades.

A muralha tardia, ainda parcialmente conservada, e alvo de incontáveis reconstruções ao longo dos séculos, possui duas portas, cinco torres semicilíndricas e uma torre retangular[77]. Destas duas portas conhecidas, a porta Norte (des. 4-a), ou de Monsanto, apresenta-se rodeada por duas torres de planta semicircular, tendo sido descoberta na década de 70, completamente entulhada, porém quase intacta; e a porta Sul (des. 4-b), reconstruída[78] por Fernando de Almeida. Haveria, ainda, uma outra porta – a Porta do Sol – a Nascente, segundo acreditam alguns autores, não existindo qualquer vestígio desta, entretanto. É preciso salientar, todavia, que a datação frequentemente atribuída às muralhas, é ainda bastante controversa[79]. A formulação de respostas objetivas acerca da época e dos impulsos

76 Rodeando uma área de aproximadamente 5 hectares. Cláudio Torres, "A Sé-Catedral da Idanha", 1992, p. 176.

77 Fernando de Almeida, "As Ruínas Romanas e Visigóticas de Idanha-a-Velha", op. cit., p. 46.

78 Segundo consta, "havia somente, no local, uma série de pedras dispostas à maneira de soleira, parte de uma das ombreiras e uma indicação do lugar da outra: mas, ao lado, a poucos metros, empotrada em um muro de vedação estava, intacta, uma aduela do arco. Ao fim de longas buscas, durante duas campanhas de escavações encontrámos mais aduelas com as mesmas medidas daquela. [...] Colhidos os elementos necessários, facilmente montámos a porta, aproveitando, também, e somente, silhares romanos abandonados um pouco por toda a parte". Fernando de Almeida, "As Ruínas Romanas e Visigóticas de Idanha-a-Velha", op. cit., p. 47. As recentes escavações realizadas neste local, no entanto, apontam para a inexistência da porta no período romano, sendo possivelmente de uma época posterior, existindo somente uma poterna (des. 4-c), do século III ou IV d. C., para a passagem de peões, localizada nas proximidades da porta referida. José Cristóvão, "A Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma Visita", op. cit., p. 25.

79 Compreendida como estrutura dos finais do século III d.C. e inícios do IV. Entretanto, é interessante



Fig. 26 Reutilização de elementos construtivos romanos na muralha

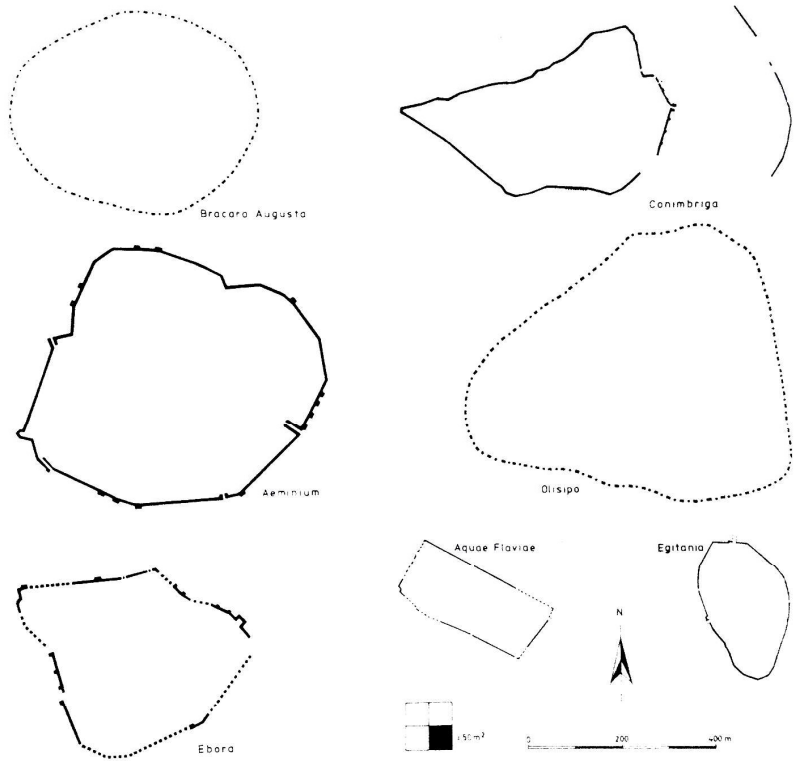


Fig. 27 Muralhas das cidades do Portugal romano segundo Jorge de Alarcão

para a sua edificação, só será praticável mediante escavações, acompanhadas pelo levantamento topográfico completo e exaustivo[80].

É evidente o reaproveitamento de elementos construtivos do período romano, no miolo da muralha, como também na Sé-Catedral e em construções de caráter residencial[81] (fig. 26). O levantamento de muralhas baixo-imperiais, ação de caráter militar relacionada com motivações territoriais, de defesa e controlo, configura-se complexo e divergente, no que diz respeito à sua variedade tipológica, às suas circunstâncias e à sua vasta cronologia[82] (fig. 27). Entretanto, a análise dos paramentos utilizados nas muralhas de Idanha-a-Velha mostra uma realidade que

---

referir as memórias paroquiais de 1758, na qual consta que "seus primeyros muros [de Idanha] lhe fes ElRey Ervigio [rei visigodo da Hispânia entre 680 e 687, sucessor do rei Vamba], de que so existem dous pedaços na margem do Rio Ponsul heram largos feytos de pissarra e furtissima argamaça. Os que tem ao prezente são feytos pelos tenplarios com muyta largura, altura e fortalleza, todos de cantaria dos pallacios que demoliram, cheyas de anthequisimas insquerições que dariam muyta lus a hystoria do Reyno: seu anbito será capas de trezentos moradores por que os tenplarios como gente estranha desfizeram huma cidade para fazer huma fortaleza" (Tomo XVIII, fl. 55). Ver Pedro de Azevedo, "Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1758»", op. cit., p. 321. Publicação acedida através do site http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_4/315_extractos.pdf, no dia 22 de maio de 2016.

80 Joaquim Baptista, "Carta Arqueológica da Freguesia de Idanha-a-Velha", op. cit., p. 31.

81 Colunas, desde às bases aos capitéis, e outros elementos arquitetónicos comprovam a dimensão dos edifícios atualmente desaparecidos, consolidando a noção de um núcleo urbano monumental. Segundo Félix Alves Pereira, "do interior das muralhas extraem-se [...] bases toscanas, e, o que é mais de notar, é que as colunas da basílica são iguais. [...] No ângulo de NO. [da muralha] houve uma reconstrução; no desmoronamento ficou à vista a parte mais antiga [...], nota-se que pertenciam ao mesmo edifício muitos dos fragmentos ali acumulados, porque condiziam absolutamente nas faces separadas. ¡É que os monumentos romanos iam a eito! Como seria interessante tornar a reünir estas partes...". Félix Alves Pereira, "Vestígios do passado em Idanha-a-Velha IV. Ruínas de ruínas ou estudos igeditanos", op. cit., p. 191 e 197. Publicação acedida através do site http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_30/vestigios_passado.pdf, no dia 22 de maio de 2016.

82 "[...] alguma cousa que se relaciona com os incidentes da vida militar de Idanha revela o exame da estrutura interna desta cinta de granito; as cantarias parecem mais abundantes junto à base dos muros; mas os elementos de anteriores construções transportados custosamente para ali amontoavam-se um pouco a êsmo no meio da argamassa como se a urgência de tempo impedisse regularidade no assentamento". Idem, p. 196.

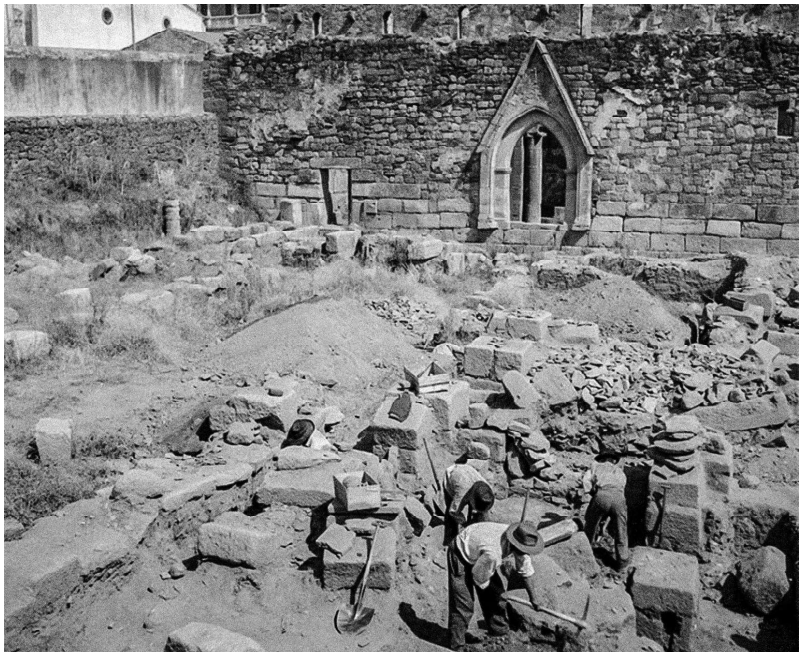


Fig. 28 Escavação do conjunto episcopal, 1961

se repete em outras, como é o caso de *Conimbriga*, *Lucus Augusti* (Lugo), *Caurium* (Cória), *Olisipo*[83]. A delimitação destes espaços correspondia não só à necessidade defensiva, mas também, à definição de centros autoritários que surgiram no século IV, como capitais de amplos territórios, como seria o caso da futura *Egitania*.

A primeira notícia concreta à diocese de *Egitania*, incluída, então, no reino dos Suevos, aparece nas atas do Concílio de Lugo, realizado no ano de 569, que subscreve o bispo egitaniense *Adorius* ou *Adoricus*. Alguns autores associam, ainda que sem dados concretos, a fundação da sede episcopal, no I Concílio de Braga, em 561, com o rei suevo Teodomiro[84], a sua conversão à religião católica e com a necessidade de constituir novos bispados de administração territorial entre Viseu e Cória[85].

De origem sueva, e por se encontrar no território da antiga província romana, a diocese egitaniense passa a lusitana[86], quando se dá, em 585, a integração do reino suevo no visigótico. Nesta altura, a evidência material revela a prosperidade económica, social e política, com a cunhagem de moeda própria[87], e com o conjunto episcopal[88], localizado ao longo do trecho Sul da muralha baixo-imperial (fig. 28).

---

83 Pedro Salvado, "As muralhas e a Torre de Idanha-a-Velha", op. cit., p. 10.

84 Fernando de Almeida, "Um «Palatium Episcopi» do sec. VI em Idanha-a-Velha (Portugal)", 1966, p. 408.

85 Fernando de Almeida, "Egitânia, História e Arqueologia", op. cit., p. 39.

86 O território da diocese correspondia, aproximadamente, segundo a *Divisio Wambae*, ao do atual distrito de Castelo Branco. Fernando de Almeida, "Um «Palatium Episcopi» do sec. VI em Idanha-a-Velha (Portugal)", op. cit., p. 408.

87 Depois de *Emerita Augusta*, *Egitania* foi o principal centro de cunhagem de moeda na *Lusitânia*. Isabel Ramos e Jorge de Pablos, "Idanha-a-Velha. Portugal, Paço dos Bispos de Idanha-a-Velha (Campanha de Escavação 2014)", op. cit., p. 28.

88 Nas escavações levadas a cabo por Fernando de Almeida, a Poente da Sé, apareceram diversos muros, segundo Isabel Ramos e Jorge de Pablos, "claramente de épocas distintas, que nunca foram diferenciadas com rigor pelo seu escavador", interpretados como o palácio episcopal. Idem, p. 36-37.



Fig. 29 Escala monumental das colunas romanas reutilizadas, 1961

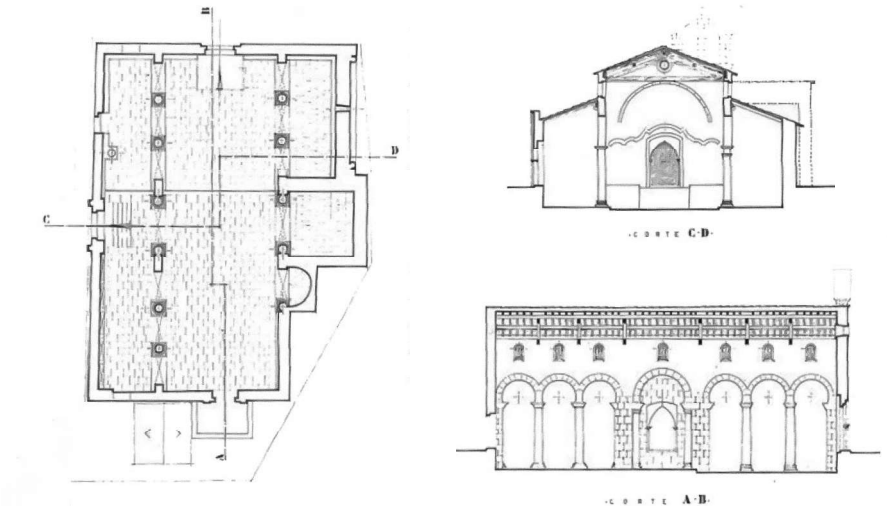


Fig. 30 Planta e cortes da Sé-Catedral, 1962

Entretanto, a impossibilidade de decifrar uma cronologia exata para a designada Sé ou Catedral de Idanha-a-Velha, datada, geralmente, entre os séculos VI e VII, levanta uma ampla discussão entre os investigadores. Como defende José Cristóvão, já no século IV ou inícios do V, terá sido construído, ou adaptado, um edifício destinado ao culto neste local[89], devido a uma longa tradição de sacralidade; facto denunciado pelo batistério de piscina regular e vestígios, no topo Norte da Sé, do suposto templo paleocristão.

Contemporaneamente à promoção da cidade à qualidade episcopal, em meados do século VI, terá sido construído o novo edifício de culto cristão, nas proximidades do anteriormente referido[90]. É datado desta época, o segundo batistério descoberto, encostado à parede exterior Sul da nave central da Sé, este com uma piscina do tipo cruciforme. O monumento como hoje se encontra, portanto, não permite apenas uma única leitura, sendo resultado dos momentos civilizacionais de Idanha e do reaproveitamento de materiais de diferentes épocas, como é o caso das colunas romanas no seu interior (fig. 29 e 30).

89 Fernando de Almeida manifestou que, no solar da Sé-Catedral de Idanha-a-Velha, estaria o templo dedicado a Marte, que constituiria parte do grupo episcopal posteriormente, sendo neste local encontrados registos monumentais e elementos arquitetónicos para fundamentar tal hipótese. Fernando de Almeida, "As Ruínas Romanas e Visigóticas de Idanha-a-Velha", op. cit., p. 52. Segundo Isabel Ramos e Jorge de Pablos, "são reveladores outros dados, para manter, que parte dos muros do perímetro da Sé-Catedral estão a perpetuar o traçado de um edifício de cronologia romana. O muro ocidental da igreja apoia-se ou baseia-se numa fila de silos almofadados cuja longitude é praticamente a mesma que a parede anterior (23 m longitude aproximadamente)". Isabel Ramos e Jorge de Pablos, "Idanha-a-Velha. Portugal, Paço dos Bispos de Idanha-a-Velha (Campanha de Escavação 2014)", op. cit., p. 22.

90 "Os visigodos assenhorearam-se desta cidade talvez ainda adornada com os seus monumentos, para elevar a sua basílica; decerto tiveram farto material nos monumentos do paganismo moribundo". Félix Alves Pereira, "Vestígios do passado em Idanha-a-Velha IV. Ruínas de ruínas ou estudos igeditanos", op. cit., p. 192. Publicação acedida através do site http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_30/vestigios_passado.pdf, no dia 22 de maio de 2016.



Fig. 31 Capela que interrompe a nave lateral a Nascente, 1961



Fig. 32 Lado oposto da capela supracitada- especial menção às estruturas adossadas às colunas, 1961

Com a chegada dos muçulmanos em 713, Idanha-a-Velha conhece um novo momento de prosperidade económica, administrativa e militar, facto muitas vezes negado nos estudos de Fernando de Almeida[91]. Segundo José Cristóvão, o templo terá sido erguido pela comunidade moçárabe egitaniense nos finais do século IX[92]. A estrutura arquitetónica possui um amplo salão retangular, sendo dividida em três naves. Apresenta corte basilical, com a nave central mais alta que as colaterais e as colunatas que separam a área interior são constituídas por arcos ligeiramente em ferradura – sete do lado Poente, cinco do lado Nascente – apoiados em colunas visivelmente reaproveitadas de antigos edifícios públicos romanos[93], conferindo-lhe uma escala monumental. A nave lateral, a Nascente, é interrompida ao meio por uma capela de planta quadrangular, quase a sugerir uma anterior ou posterior planta centralizada da Catedral, evidenciando uma forma híbrida entre basílica paleocristã e mesquita[94] (fig. 31 e 32).

91 De facto, contrariamente à ideia de ter sido arrasada aquando da entrada dos árabes, parece ter sido uma época de pleno desenvolvimento, a par do historiador mouro Al Razi, na primeira metade do século X.: "[...] Egitânia encontra-se a oriente de Coimbra e a ocidente de Córdova. É uma cidade muito antiga, situada sobre o rio Tejo, forte e bem dotada, com um território bem provido de cereais, de vinhas, de caça e de peixes e um solo fértil". Crónica do Mouro Razis, in António Borges Coelho, "Portugal na Espanha Árabe", 1972, p. 43-44; citado por Joaquim Baptista, "Carta Arqueológica da Freguesia de Idanha-a-Velha", op. cit., p. 11.

92 "Durante o domínio muçulmano será construída a igreja que é a matriz arquitectónica do edifício que chegou até nós". José Cristóvão, "A Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma Visita", op. cit., p. 15.

93 Como descreve Fernando de Almeida, "são lisas, formadas não por um bloco, mas por tambores. Por vezes a adaptação do fuste ao capitel mostra uma falta de concordância, o que, juntamente com o diferente diâmetro de algumas colunas, indica tratar-se de material aproveitado de outras construções". Fernando de Almeida, "Egitânia, História e Arqueologia", op. cit., p. 100.

94 Manuel Real, "Inovação e Resistência: Dados Recentes Sobre a Antiguidade Cristã no Ocidente Peninsular", 1995, p. 66.



Fig. 33 Interior da Sé, 1959



Fig. 34 Campanário, 1959

Efetivamente, é afirmado sem hesitações, nas Memórias Paroquiais de 1758, que "o templo foi mesquita dos mouros" e que este mesmo templo "foi modificado e sagrado por ordem de el rei D. Manuel quando restabeleceu a cidade"[95]. Outro aspeto que denuncia esta hipótese é a orientação da catedral seguir rigorosamente o padrão das mesquitas do Al-Andaluz.

É durante a Reconquista Cristã que Idanha conhece, novamente, a insegurança. Seria, durante esta época, a saída dos bispos egitanienses para a Guarda ou Penamacor[96], no momento em que as fronteiras do reino de Portugal começavam a consolidar-se.

Após a conquista efetiva da cidade aos muçulmanos, por D. Sancho II, em meados do século XIII, e concedido o primeiro foral[97], a Sé encontrava-se em ruínas, tendo sido parcialmente recuperada[98] pelos Templários para a construção da sua igreja, dedicada à Santa Maria[99], em consequência da doação da povoação, em 1244[100]. A esta recuperação, muito possivelmente, deve-se a forma que o edifício

95 Ver Cláudio Torres, "A Sé-Catedral da Idanha", op. cit., p. 177.

96 José Landeiro, "Diocese da Guarda, Com Sede em Idanha-a-Vélha, Penamacôr e Guarda, O Arciprestado de Penamacôr", 1940, p. 91-92.

97 Datado de 1229, por D. Sancho II, como forma de repovoar Idanha-a-Velha. Menciona-se, entretanto, que Fernando de Almeida considera-o como o segundo. Fernando de Almeida, "Ruínas de Idanha-a-Velha: Civitas Igaeditanorum Egitânia: Guia para o Visitante", op. cit., p. 8.

98 Esta reforma consolida o limite Norte do espaço, prescindindo de um antigo nártex existente e dos seus corpos adossados, substituídos, eventualmente, por um alpendre, e construído um campanário (fig. 34). Fernando de Almeida, "Egitânia, História e Arqueologia", op. cit., p. 98.

99 Fernando de Almeida, "Egitânia, História e Arqueologia", op. cit., p. 99-102, 107.

100 Na sequência de uma política de repovoamento, esta não terá sido a primeira doação feita aos templários, sendo conhecida a doação feita por D. Afonso Henriques, já em 1165, ao Mestre do Templo D. Gualdim Pais; D. Sancho I, em 1197, doa novamente aos templários, assim como ocorre, sucessivamente, em 1206, e, já com D. Afonso II, em 1218. Segundo Pedro Salvado, "as sucessivas doações justificam-se pelo facto das anteriores terem sido mais ou menos desprezadas". É preciso salientar, também, que os limites dos termos da "Ydania" e do "Monte Sancto", na primeira doação feita, estendem-se pelo rio Erges a Nascente, o Tejo a Sul, o Zêzere a Poente e a Serra da Estrela a Norte;



Des. 5 Planta e portas da Sé-Catedral

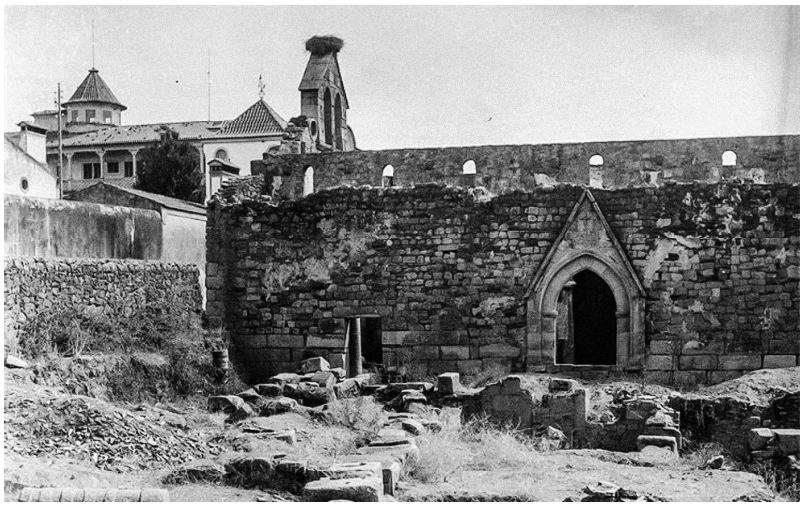


Fig. 35 Portas a Poente- visigótica (des. 4-c) e do século XIII, com gablete manuelino (des. 4-e), 1961

exibe hoje[101].

Por ordem de D. Manuel, Governador da Ordem de Cristo, a partir de 1497, inicia-se uma nova campanha de obras no espaço de culto, documentada em 1505 e, novamente, em 1537[102].

A Sé-Catedral possui, atualmente, seis portas, tendo existido sete[103] no total, de diferentes épocas e diferentes níveis. Na fachada Sul, abre-se uma porta em cada uma das naves colaterais (correspondendo, a da nave colateral a Nascente, à soleira da sétima porta) (des. 5-a e b). As escavações arqueológicas realizadas mostraram, no entanto, tratar de acessos a um edifício mais antigo, possivelmente uma parcela do templo visigótico[104]. Deste tempo parecem ser, também, as duas portas, muito simples, localizadas nos lados Poente e Norte (des. 5-c e d). No século XIII, estas duas fachadas receberiam dois portais principais (des. 5-e e f), sendo, posteriormente, o primeiro, inscrito num gablete, na época manuelina (des. 5-e e fig. 35). Desta forma, seria considerada como porta principal do templo, resolvendo uma suposta contradição com a anterior, localizada no topo Norte (des. 5-f), e passaria a corresponder com o eixo litúrgico, fazendo da capela a Nascente, a capela-mor da Igreja. A porta mais recente, aberta no topo Sul da nave central (des. 5-g), é elevada à entrada principal nos fins do século XVI, e assim permanecerá até meados do século

tendo sido encurtados (Covilhã, Monsanto e o Erges até ao Tejo) em 1208. Pedro Salvado, "Elementos para a Cronologia e para a Bibliografia de Idanha-a-Velha", 1988, p. 14.

101 Fazendo-se notar as diversas leituras possíveis e os estratos físicos adquiridos ao longo do tempo. José Cristóvão, "A Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma Visita", op. cit., p. 19.

102 O conteúdo dos documentos originais pode ser lido no texto de Manuel Castelo Branco, "A Sé Egitaniense na era quinhentista (Subsídios para a sua história)", 1976, p. 49-51.

103 Há uma soleira que estava na parte não reconstruída do edifício, durante o período manuelino. Fernando de Almeida, "Ruínas de Idanha-a-Velha: Civitas Igaeditanorum Egitânia: Guia para o Visitante", op. cit., p. 11.

104 José Cristóvão, "A Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma Visita", op. cit., p. 19.

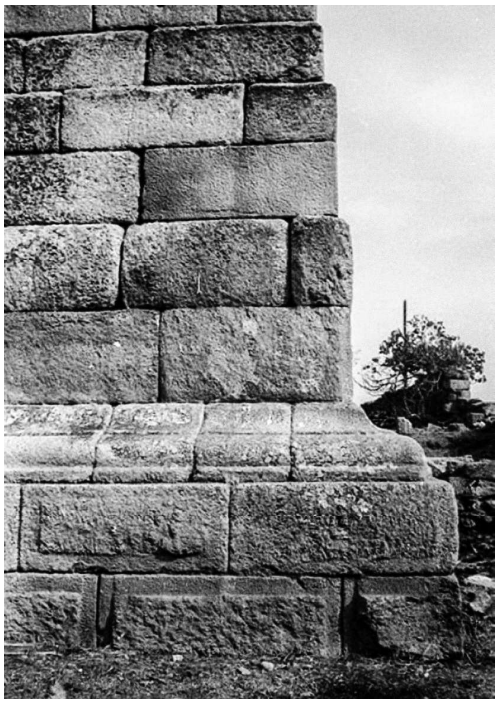


Fig. 36 Silharia do *podium*, 1975



Fig. 37 Diferentes tipos de aparelho utilizados na Torre de Menagem, 1975

XX. Esta apresenta a particularidade de ser erguida com pedras reaproveitadas, de silharia almofadada, entre elas, uma com letreiro dedicado à deusa Juno. Em suma, das sete portas reconhecidas, quatro seriam visigóticas e encontrar-se-iam numa mesma cota; e as outras três – duas do século XIII e uma manuelina –, a uma diferença de aproximadamente 1,5 metros acima das demais.

Documentada, igualmente, em 1505, "na dicta cidade contra ho sul tem huña torre de canto lavrado e forte cõ repartimento dentro da qual ora staa descuberta e desmadeirada e sem portas"[105]. Erguida, muito provavelmente no século XIII, a Torre de Menagem, ou dos templários, é naturalmente de planta retangular, delimitada como fora o *podium* do templo forense, já referido, sob ela localizado (fig. 36); e as diferentes fases de construção pela qual passou são indicadas pelos tipos de aparelho utilizados (fig. 37). Na base, a silharia intacta do *podium* romano, acima, uma parte medieval com dois pisos, de aparelho retangular e quadrangular reaproveitado[106] de outras construções, e uma fase de possível reconstrução com aparelho miúdo[107]. Há uma porta no segundo piso, nomeadamente a primeira entrada[108], pela qual se tinha

105 Ver Fernando de Almeida, "Egitânia, História e Arqueologia", op. cit., p. 350. Fazendo citar, também, as memórias paroquiais de 1758, na qual consta que o povoado "[…] tem hum suficiente castello com huma grandiosa Torre jnteyra por sua forte arquitatura; mas os recintos dela se vam demolindo" (Tomo XVIII, fl. 55). Ver Pedro de Azevedo, "Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1758»", op. cit., p. 321. Publicação acedida através do site http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_4/315_extractos.pdf, no dia 22 de maio de 2016.

106 Considerado, igualmente, por Fernando de Almeida, como pedras romanas. Fernando de Almeida, "Ruínas de Idanha-a-Velha: Civitas Igaeditanorum Egitânia: Guia para o Visitante", op. cit., p. 18 e 27. Ainda sobre o assunto, Félix Alves Pereira refere que "os templários encontraram inesgotável pedreira nas ruínas de muitos edifícios e acaso principalmente na Via Appia da Idanha, orlada como a de Roma de sepulcros numerosos". Félix Alves Pereira, "Vestígios do passado em Idanha-a-Velha IV. Ruínas de ruínas ou estudos igeditanos", op. cit., p. 192. Publicação acedida através do site http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_30/vestigios_passado.pdf, no dia 22 de maio de 2016. Itálicos de minha autoria.

107 Pedro Salvado, "As muralhas e a Torre de Idanha-a-Velha", op. cit., p. 11-12.

108 Esta porta apresenta, no tímpano, uma inscrição datada de 1245.

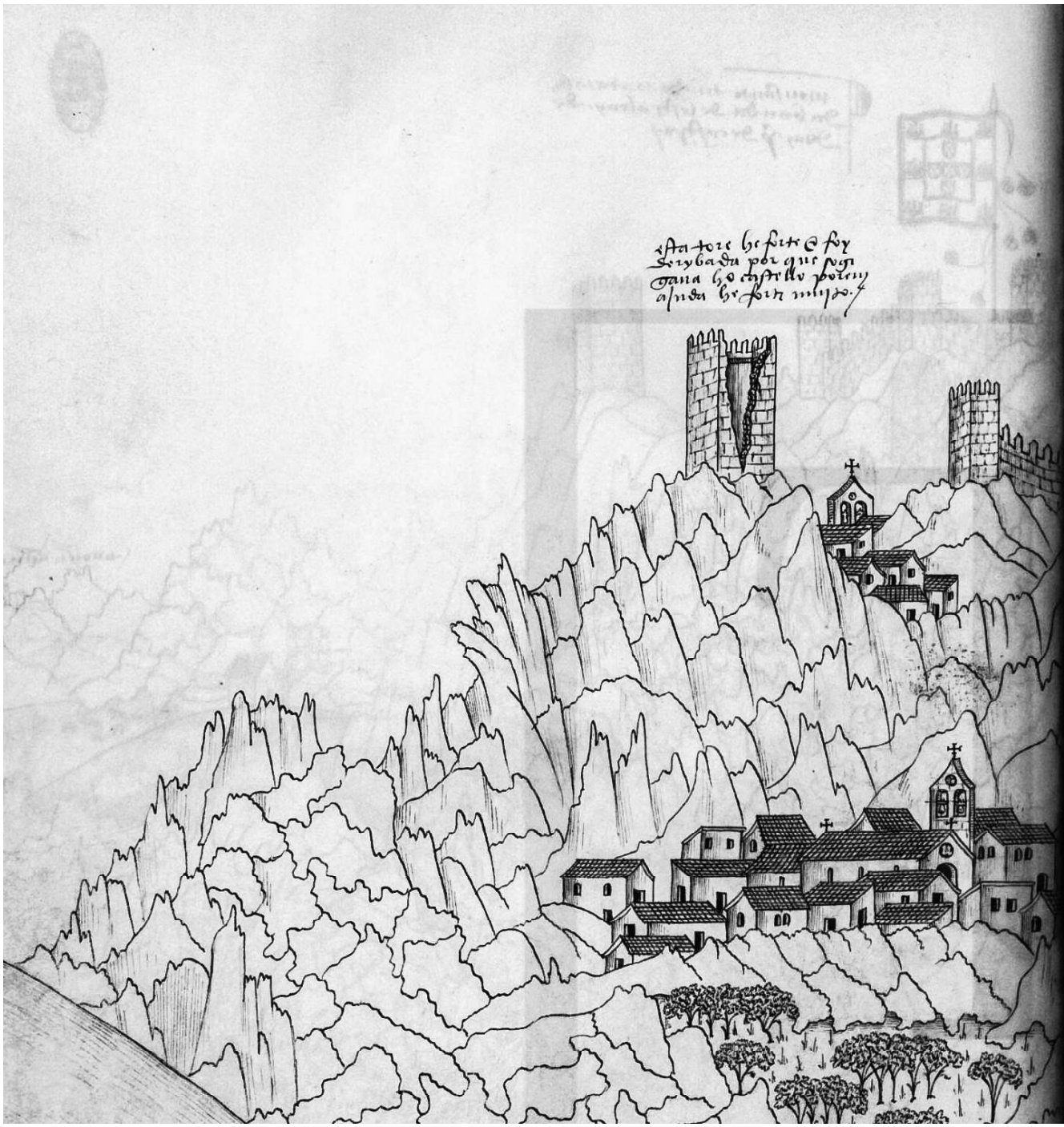
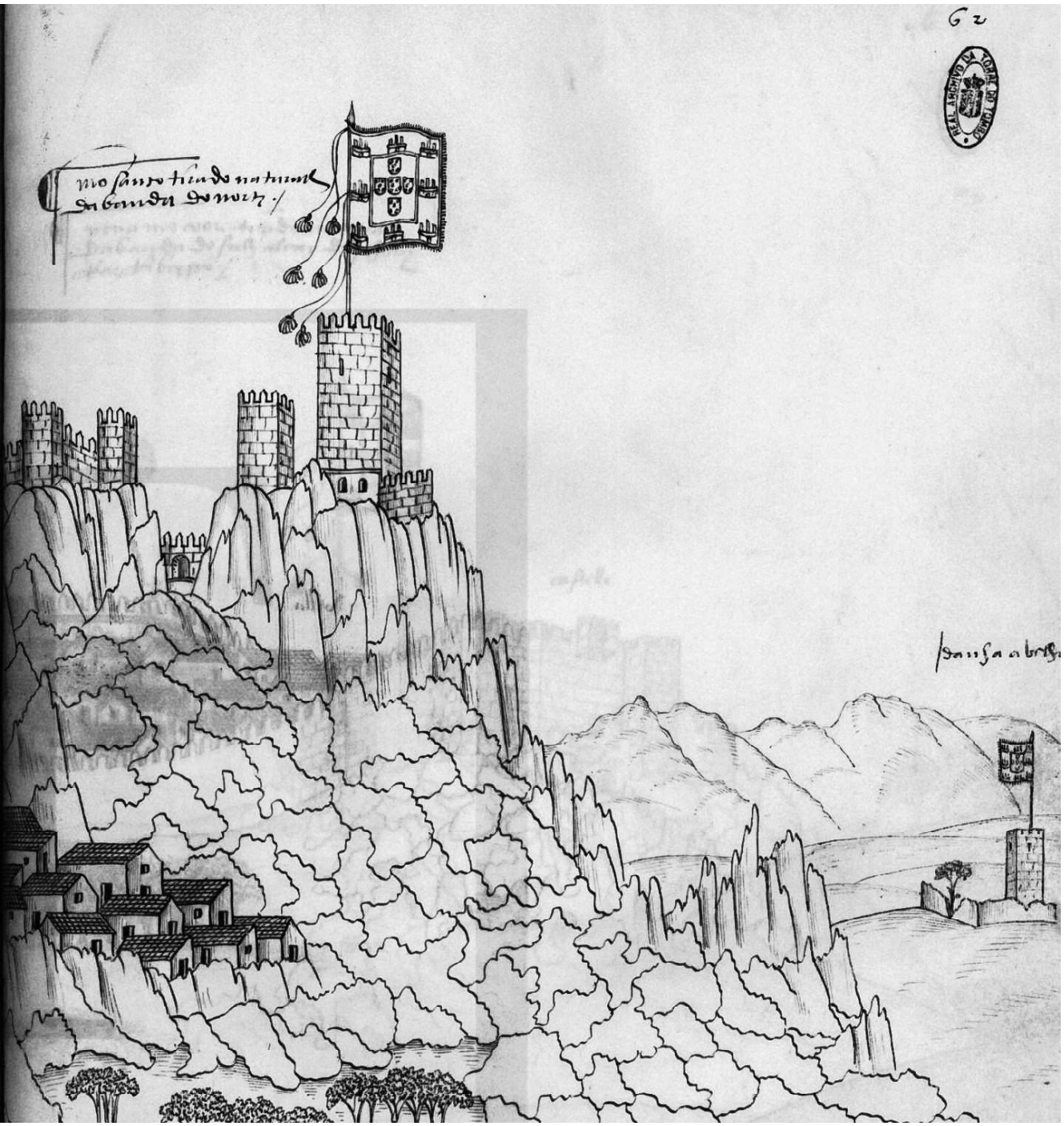


Fig. 38 O Livro das Fortalezas de Duarte d´Armas, prancha 62- à direita, Idanha-a-Velha e a Torre, 1509



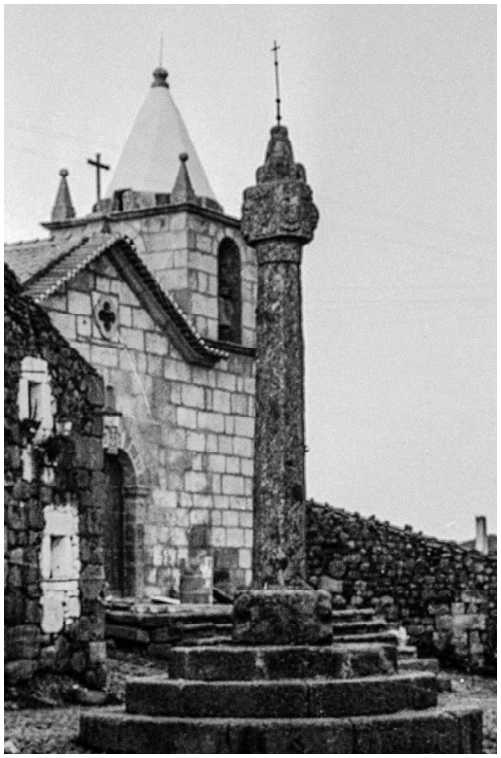


Fig. 39 Pelourinho, em primeiro plano e, em segundo, a Igreja Matriz

acesso por uma escada móvel[109], tendo sido rasgada, mais tarde, uma ao nível do primeiro piso, rompendo a ordem primitiva dos silhares[110].

As tentativas de repovoar e reabilitar o espaço urbano de Idanha-a-Velha e, principalmente, de devolver à cidade a sua importância e dignidade, nos sucessivos reinados portugueses, terminaram com o novo foral, concedido por D. Manuel I, em 1510. Datam desta época a permanência de algumas memórias manuelinas, desde os frescos e as esferas armilares no portal Poente da Sé ao pelourinho[111] (fig. 39), algumas janelas espalhadas pelas casas do recinto intramuralhas e uma pequena habitação localizada na rua da Sé.

Nos finais do século XVI ou inícios do XVII, ergue-se a antiga capela da Misericórdia, hoje, Igreja Matriz[112], de planta retangular e uma só nave. O portal de entrada é encimado por um arco de volta inteira e decorado com baixos-relevos, posicionado no centro da fachada principal, onde se adossa, posteriormente, uma torre sineira.

109 Nada resta dela além do lugar do seu assento no solo.

110 Pedro Salvado, "As muralhas e a Torre de Idanha-a-Velha", op. cit., p. 12. Constata-se, ainda, que estaria protegida por uma varanda, sendo visíveis as mísulas de suporte no terceiro piso. José Cristóvão, "A Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma Visita", op. cit., p. 13.

111 Pousado numa plataforma circular de três degraus, "tem o fuste oitavado, de faces concavas, encaixado numa grossa base quadrada, chanfrada, com uma roseta a cada um dos cantos. O capitel paralelepipédico, de base redonda, exibe nas faces escudos muito apagados e nos cantos a esfera armilar, as armas reais, a cruz de Cristo e outro motivo não identificado. O remate, em forma de pináculo, é encimado por uma grimpa de ferro que termina em cruz". José Cristóvão, "A Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma Visita", op. cit., p. 11.

112 Tendo sido matriz a igreja de Santa Maria, antiga Sé, até 1831, quando instalada na igreja da Misericórdia. Fernando de Almeida, "Egitânia, História e Arqueologia", op. cit., p. 83 e 102.



Fig. 40. Capela de São Dâmaso e ponte, 1957

Do século XVII, pensa-se ser, também, a capela do Espírito Santo, localizada no largo que leva o mesmo nome. A capela, de simples desenho, apresenta planta de nave única e capela-mor, desfasada ligeiramente do eixo litúrgico e separada por um arco triunfal ogival. Nota-se, no seu interior, o reaproveitamento de elementos arquitetónicos romanos no púlpito e pia de água benta[113].

Contemporânea, possivelmente, à capela do Espírito Santo, a de São Sebastião apresenta, igualmente, planta retangular de uma só nave e porta ao centro da fachada. No início do século XX, esta capela encontrava-se em ruínas, tendo sido restaurada para instalar o Museu Lapidar Igeditano, reunindo lápides romanas e outros materiais arqueológicos. Atualmente, exterior às muralhas, encontra-se vazia.

Assim como a capela de São Sebastião, a capela de São Dâmaso serviu como museu de arqueologia (fig. 40). Construída no século XVIII[114], no local onde dita a tradição ter nascido o seu padroeiro[115], possui uma única nave, separada da capela-mor por um arco triunfal. Também, aqui, vê-se o reaproveitamento de elementos romanos no que resta do púlpito.

O estado angustiante de Idanha-a-Velha, nesta época, é conhecido com a despromoção administrativa da categoria de cidade, em 1758, passando, sucessivamente, de vila a aldeia e de aldeia a lugar de freguesia. A partir de então, são construídos poucos edifícios, na sua maioria de caráter rural e residencial.

113 José Cristóvão, "A Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma Visita", op. cit., p. 7.

114 De acordo com uma inscrição do ano de 1748 no lintel da porta principal.

115 É da crença popular local, o nascimento do papa S. Dâmaso, no século IV, na *ciuitas Igaeditanorum*.



Fig. 41 Palheiros de São Dâmaso



Fig. 42 Lagar de Varas

Será dos finais do século XIX, a estrutura conhecida como palheiros de São Dâmaso – localizada nas imediações da capela de mesmo nome – onde hoje se encontram as instalações de apoio às atividades arqueológicas e habitações temporárias e de trabalho (fig. 41).

Desta mesma época, será, como sugere a data de 1895 gravada na candeia, o Lagar de Varas, hoje restaurado e musealizado (fig. 42). Entretanto, de conteúdo e conceção formal tipicamente romanos, o lagar de azeite possui ainda uma outra data gravada, desta vez num bloco de uma das paredes, de 1755, indicando a possível existência de outro anterior. De planta retangular, é dividido em três espaços com funções distintas. O primeiro destinava-se à moagem da azeitona, o seguinte, à prensa da massa e à decantação do azeite, e o último, ao depósito do bagaço. A propriedade esteve, como grande parte da vila, nas mãos da família Marrocos, proprietários da estrutura de armazéns situada na entrada Norte e do grande solar[116], ambos do século XX, visíveis ainda entre os edifícios de diferentes épocas.

Esta ininterrupta transformação e ocupação sucessiva de diferentes povos e culturas resultou no interesse cultural e científico de Idanha-a-Velha, consequente da permanência de um valioso património histórico-cultural e arqueológico. Nos finais do século XIX e inícios do seguinte, Félix Alves Pereira e José Leite de Vasconcelos publicam seus estudos monográficos sobre a ocupação romana e a sua produção epigráfica, tendo sido noticiada da sua importância, já em 1721, por Manuel Pereira da Sylva Leal[117]. O entusiasmo científico seria adquirido, posteriormente,

116 Tendo sido o seu projeto desenvolvido em torno de uma antiga casa, pertencente à mesma família, e da qual, hoje, nada resta. José Cristóvão, "A Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma Visita", op. cit., p. 10.

117 Extraída da *Gazeta de Lisboa Ocidental*, lê-se que "o Doutor Manuel Pereira da Sylva Leal [...], que havendo lido mais de cem Autores, Hespanhoes y Estrangeiros y 22 inscrições romanas que fallão na Idanha, que antigamente, foy sede daquella Diocesi, tinha entendido que fora Colónia y Municipio



Fig. 43 Campanha de escavações de Fernando de Almeida, 1961

por Francisco Tavares de Proença Júnior, ao qual se deve a recolha e salvaguarda de alguns dos materiais arqueológicos e epigráficos[118]. É de salientar, também, o envolvimento e fascínio de António Manzarra Marrocos, filho do Morgado, que precocemente correlaciona, em "Idanha-a-Velha: Estudo Antropogeográfico", de 1936, Idanha e Pompeia, a par da sua importância arqueológica ainda por explorar.

Após a interrupção das investigações, será somente na segunda metade do passado século XX, que Fernando de Almeida retomará o interesse por Idanha, transformando-a numa estação arqueológica ao longo de vinte anos (fig. 43). A partir de 1955, com a colaboração de Octávio da Veiga Ferreira, inicia-se uma campanha de escavações arqueológicas no entorno da Sé[119], até meados dos anos 70. Deve-se a Almeida todo o conjunto monumental presente atualmente da antiga *ciuitas*, resultado de vinte campanhas, e os numerosos trabalhos publicados sobre o espólio egitaniense, grande parte ainda inédito[120].

fundado pelos Romanos". Pedro Salvado, "Idanha-a-Velha: das «ruínas de ruínas» a que futuro?", 1986-87, p. 7.

118 Idem, p. 8.

119 Ao iniciar os primeiros trabalhos arqueológicos, encontrava-se em ruínas, semienterrada, tendo servido como cemitério durante um século. Fernando de Almeida, "As Ruínas Romanas e Visigóticas de Idanha-a-Velha", op. cit., p. 50-51.

120 Pedro Salvado, "Idanha-a-Velha: das «ruínas de ruínas» a que futuro?", 1986-87, p. 9.



Fig. 44 Idanha-a-Velha, 1961

Considerada como Aldeia Histórica de Portugal, a partir de 1991[121], e hoje, Monumento Nacional[122], Idanha-a-Velha surge renovada. Intencionalmente, e no decorrer dos séculos, pretendeu-se reorganizar o espaço urbano, revitalizando-o no domínio social, económico, político e cultural, fazendo parte os projetos de intervenção do Atelier 15, com os arquitetos Alexandre Alves Costa e Sergio Fernandez.

121 Informação retirada do site http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/pt/idanha-a-velha, consultado no dia 18 de fevereiro de 2016.

122 Ibidem.

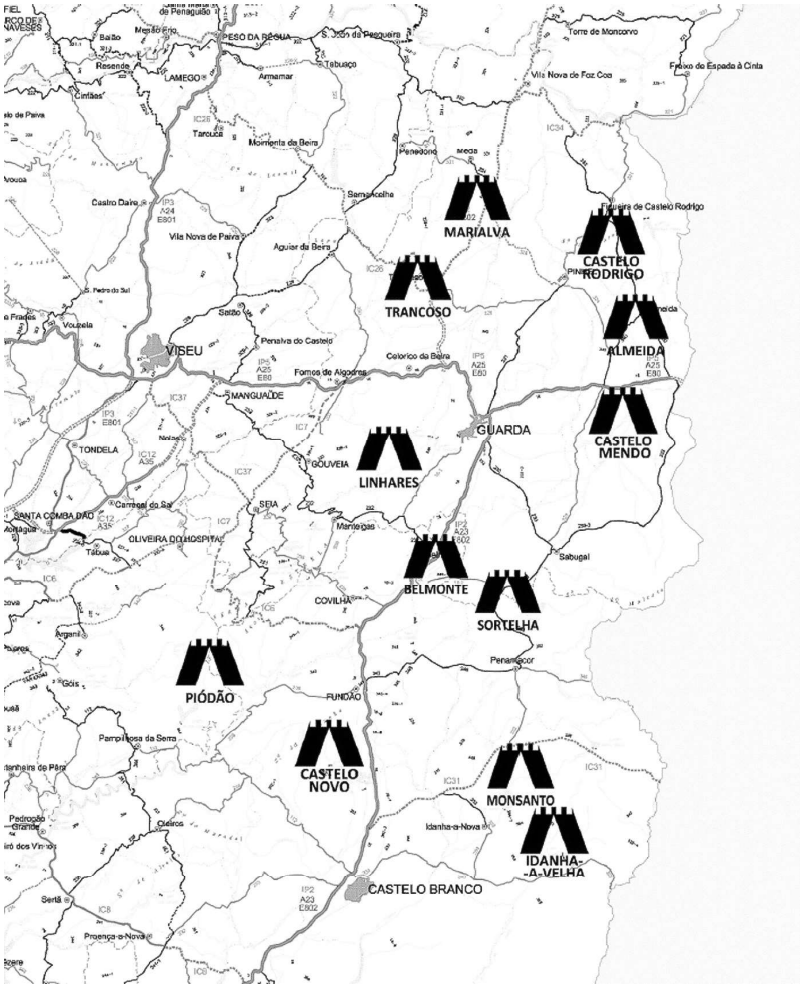


Fig. 45 Aldeias Históricas

O "Programa de Recuperação das Aldeias Históricas"

"É uma das intervenções mais emblemáticas no património rural do interior do país. Partindo da identificação de um conjunto dos melhores exemplos simbólicos daquilo que são as nossas mais profundas e remotas raízes aldeãs – enquanto património construído, enquanto ambientes de vida, enquanto capital de culturas partilhável pelas memórias individuais e colectivas de todos nós –, este Programa veio mostrar que há lugar no nosso país para uma política activa de qualificação do "urbanismo rural", recuperando as aldeias enquanto conjuntos simbólicos e materiais, através da valorização dos seus edifícios, dos seus monumentos, das suas praças e largos"[123] (fig. 45).

O Programa das Aldeias Históricas foi o ponto de partida não só para uma série de intervenções materiais, como forma de preservar o património, mas, também, para a dinamização sócio-económica e para a promoção turística nacional e internacional de cada povoado.

123 Portugal. Comissão de Coordenação da Região Centro- Programa das Aldeias Históricas de Portugal: Beira Interior/Comissão de Coordenação da Região Centro. Comissão de Coordenação da Região Centro, 1999; 2ª Edição.



Fig. 46 A (con)vivência das novas intervenções na velha Idanha.

Implantadas ao longo da linha de fronteira, entre Douro e Tejo, as doze aldeias selecionadas[124] desenham um circuito cultural singular, narrando histórias e mostrando cicatrizes do que já foram grandes polos urbanos. Como forma de reavivar a memória do lugar e evitar a desertificação, relacionada diretamente com a delimitação atual do país[125], o Programa consiste, sobretudo, em contribuir para a valorização das características patrimoniais e elementos de interesse histórico-cultural específicos de cada aldeia, no sentido de melhorar os padrões de vida e modernizar seus equipamentos e serviços de apoio sócio-económico, permitindo uma maior capacidade de fixar a população e incentivar atividades complementares tradicionais.

As medidas de valorização passam, essencialmente, pela qualificação dos espaços públicos, como pavimentação e arranjo das praças, largos e ruas, e colocação de mobiliário urbano adequado; recuperação de muralhas (conservação e limpeza), de fachadas, telhados, e de monumentos de interesse; criação de museus, postos de turismo e alojamentos; melhoria de acessos; e, por fim, novos programas e infraestruturas.

Por tal razão, a arquitetura, tão rica em estratos, presente em cada uma destas aldeias, ganha um novo sentido e uma nova dimensão temporal com as novas intervenções e programas propostos, pois cria-se, assim, um diálogo vivo entre os valores da arquitetura popular e a arquitetura contemporânea, contribuindo para a requalificação do lugar, como veremos em Idanha-a-Velha (fig. 46).

124 Nomeadamente, Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha e Trancoso.

125 No caso de Idanha-a-Velha, com a interrupção da antiga estrada romana que ligava Mérida a Braga, já referida.



Fig. 47 Idanha-a-Velha em primeiro plano, Monsanto, em segundo

III. O Atelier 15 em Idanha-a-Velha
Casos práticos de intervenção sobre a ruína

A aldeia histórica de Idanha-a-Velha caracteriza-se, essencialmente, pelo confluir de povos, culturas e tradições num tempo relativamente alargado. A arquitetura popular funde-se com os monumentos e as ruínas dos antepassados, tornando-se num todo que dialoga entre si e compreende seu lugar no *tempo de agora*. Esses fragmentos do passado, transladados entre um monumento a outro, à muralha, às casas de pequenas dimensões, encontram-se dispersos, mas intrínsecos a Idanha, contando uma narrativa própria do lugar: A história do seu traçado e das suas gentes.

A fim de preservar e revitalizar o conjunto urbano da antiga *civitas* e diocese egitaniense, desenvolveu-se, com o incentivo por parte da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e do IPPAR, em 1995, o "Projecto de Recuperação Patrimonial e Valorização de Idanha-a-Velha", da autoria do Atelier 15. O intuito passava não só por reconhecer o seu valor enquanto conjunto monumental, mas como forma a salvaguardar a sua escala e morfologia tradicional, preservando e enaltecendo a sua identidade cultural e histórica.

A metodologia de intervenção, enquanto programa geral, articulou uma atitude de consolidação do conjunto histórico de Idanha-a-Velha, desenhando novos espaços de contemplação e a intervenção de partes históricas com o objetivo de



Fig. 48 Maqueta geral de Idanha-a-Velha

valorizar e dinamizar a povoação, enquanto complexo monumental arqueológico visitável. A estratégia, portanto, consistiu em estruturar e adaptar conceitos e programas às vivências dos habitantes e visitantes; sem perder, no entanto, suas principais características formais e construtivas.

Fundamentado na consideração da interdependência das dicotomias novo/velho e geral/particular[126], o projeto caracteriza-se pela formalização de uma coerência geral do conteúdo projetual, de forma "a não transformar a intervenção numa manta de retalhos ou num mostruário de exibicionismos pessoais"[127], atendendo, porém, ao mesmo tempo, à essência de cada caso a intervir.

A pluralidade de ações adotadas, frente ao património de Idanha-a-Velha, apresentou-se difundida num programa rico, resultando, finalmente, numa intervenção com significado múltiplo, antropológico e histórico, "dando sinal do fluir do tempo, sem recusar a transformação e a contemporaneidade legíveis nos novos usos, nos novos materiais, nas novas conceções de património"[128]. As intervenções realizadas conferem, de certa forma, um novo sentido e uma nova vida à ruína e aos

126 "A resolução do primeiro binómio – novo/velho – passa, em primeiro lugar, por desbloquear o desenvolvimento do aglomerado, pondo fim à paralisia a que tem estado sujeito. Daí dar-se a maior importância à dignificação da construção nova que deve ser, exemplar e assumidamente, contemporânea. Passa, ainda, pela consideração da indispensabilidade de uma séria e detalhada investigação histórica e arqueológica, não só pelo interesse científico e cultural em si próprio, mas, também, porque deverá constituir matéria de projecto de arquitectura. A clarificação e qualificação dos valores patrimoniais nunca foi entendida como entrave ao desenvolvimento do projecto de arquitectura, mas como seu enriquecimento programático e formal. Na resolução do segundo binómio – geral/particular – foi intenção e é uma questão de senso, não paralisar, na elaboração de planos gerais, a possibilidade de imediatas acções pontuais que garantam uma investigação arqueológica, só possível, ainda, em pequena escala, e que vão dando visibilidade à intervenção e, nesse sentido, a sedimentem. Evidentemente, nunca deixando de ter, pelo menos no plano teórico, claras linhas estratégicas que potenciem a integração do que for sendo definido nas referidas acções". Alexandre Alves Costa, "La Arquitectura como Arte de Transformar. Reflexiones sobre Idanha-a-Velha". In Renovación, Restauración Arquitectónica y Urbana en Portugal, 2003, p. 116-117.

127 Alexandre Alves Costa, "Atelier 15", op. cit., p. 81.

128 Idem, p. 74.



Des. 6 Planta de Idanha-a-Velha

monumentos, contentores de verdadeiros estratos físicos e temporais. Trata-se de um projeto manifestamente coeso que, todavia, se dispersa conscientemente num conjunto de intervenções pontuais e singulares, construídas em fases distintas.

Totalizando em mais de vinte projetos e intervenções, realizados ou não, o papel do atelier foi essencial para o rumo de Idanha (des. 6). O "Projecto de Recuperação Patrimonial e Valorização de Idanha-a-Velha" reflete, para o presente estudo, um exemplo prático de opções projetuais capazes de introduzir soluções mútuas entre a *conservação* e a *reconstrução* do lugar. Por um lado, orienta uma nova imagem de Idanha-a-Velha, utilizando como base os *princípios de conservação*, de maneira a consolidar e a valorizar a história e a cultura intrínsecas na noção do conjunto; e, por outro, compõe o projeto com intervenções dispersas, incidindo resoluções compositivas de *reconstrução,* de maneira a introduzir novas funções e dinamizar o quotidiano dos habitantes, atraindo o turismo cultural.

A análise torna-se tanto mais obscura, pela consideração da variedade de interpretações que, não somente os casos de estudo possam suscitar, como também os próprios termos. Considerando, contudo, as definições terminológicas enquadradas no primeiro capítulo desta dissertação – e, como veremos –, as intervenções estudadas identificam-se em três grupos: *Restauração, Reconstituição* e *Reabilitação*, coincidindo nas ações de *Reconstrução.*

Entre as principais intervenções, estão a reconstituição da Porta Norte; o restauro do Lagar de Varas e das capelas do Espírito Santo e São Dâmaso, conferindo o mesmo aspeto de outrora; e da Igreja Matriz, antiga Misericórdia, apresentando, neste caso, uma conjugação da contemporaneidade com a reposição das soluções originais do edifício, sempre que possível, incidindo numa leitura formal quase

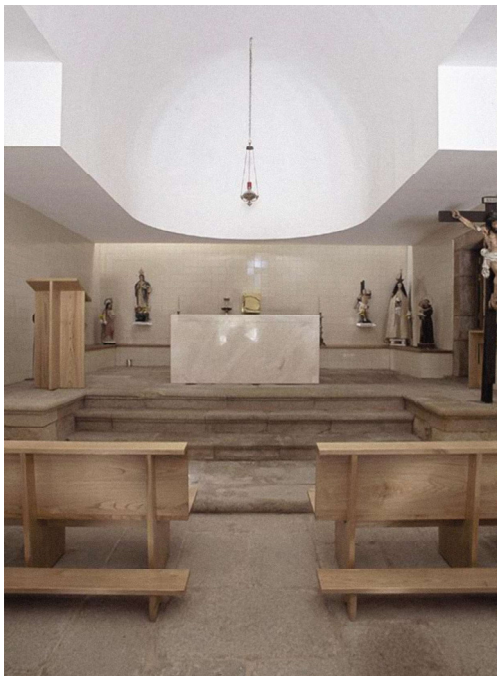
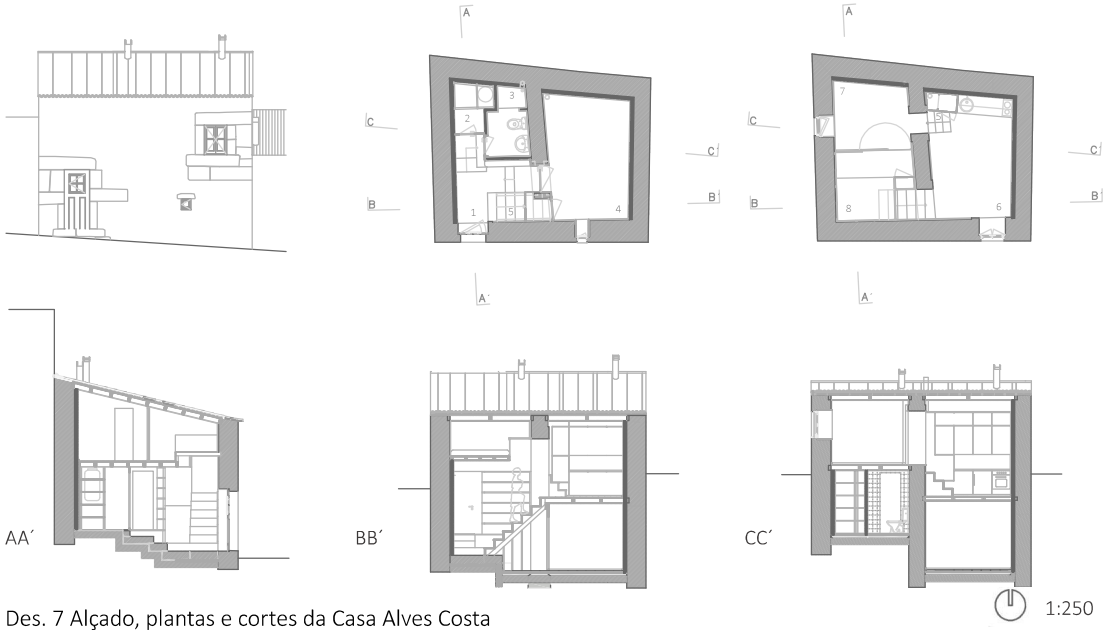


Fig. 49 Interior da Igreja Matriz após a intervenção



Des. 7 Alçado, plantas e cortes da Casa Alves Costa

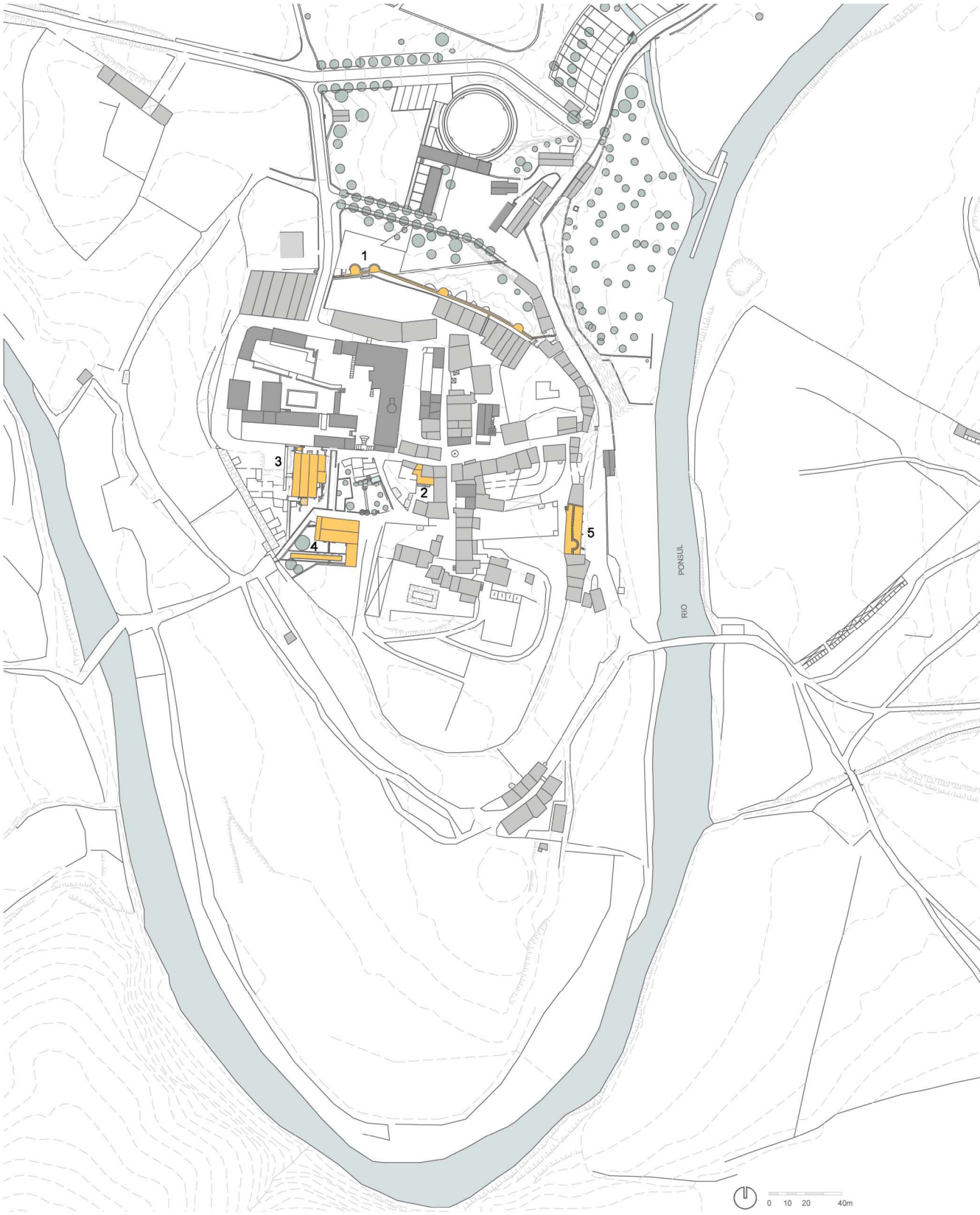
paradoxal, mas conceitualmente poética[129]. Em claro contraste com o seu exterior, que mantém o seu aspeto rústico – característico do restante conjunto urbano de Idanha-a-Velha –, o interior recebeu, "além do restauro e reposição de rebocos e cantarias"[130], uma nova cobertura, um teto falso em abóbada de meia-cana "que se transforma em meia cúpula sobre a capela-mor"[131] (fig. 49). O novo telhado, igualmente de duas águas e em telha canudo, mas suportado por uma nova estrutura metálica, permitiu a ampliação do espaço interior da Igreja, bem como uma iluminação zenital rasante, proveniente de uma abertura junto à parede norte da capela-mor.

As reabilitações são visíveis – além das realizadas na Sé e nos Palheiros de São Dâmaso – nas pequenas habitações, reutilizadas enquanto novos postos médico e de turismo; e a Casa Alves Costa, composta por quatro níveis distintos, como forma de aproveitar ao máximo a pequena área da casa, ao mesmo tempo que cria diferentes tipos de privacidade e uma complexa, mas elementar, riqueza formal (des. 7). De facto, não parece haver nenhum canto que não esteja devidamente pensado, fazendo lembrar, por um momento, os princípios da habitação mínima. Estas intervenções evidenciam a vontade de uma nova composição interior, permitindo a condição arquitetónica de habitar, com a utilização de novos materiais, mas em constante harmonia com a memória do lugar no seu exterior.

129 Salienta-se, ainda, que, segundo o arqueólogo José Cristóvão, "o edifício foi harmoniosamente *remodelado*", afirmando, logo em seguida, que "o interior foi feito de novo". José Cristóvão, "A Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma viagem", 2002, p. 12. (Itálicos de minha autoria).

130 Alexandre Alves Costa, "La Arquitectura como Arte de Transformar. Reflexiones sobre Idanha-a-Velha", op. cit., p. 122.

131 Ibidem.



Des. 8 Mapa de intervenções selecionadas: 1 Porta Norte e muralha romana 2 Posto de Turismo
3 Sé-Catedral 4 Lagar de Varas e Arquivo Epigráfico 5 Palheiros de São Dâmaso

As impressões do tempo continuam nas pedras, os furos feitos pelos romanos, as peças reutilizadas na fachada. Mas com uma nova alma e como parte de um novo projeto. Não há uma dissonância entre o antigo e o novo, mas sim uma espécie de atitude complementar e uma riqueza de conteúdo ímpar.

Do conjunto de intervenções, as novas construções ditadas pelo "Plano de Reordenamento da Praça do Espírito Santo e de uma Zona de Expansão Habitacional", permitem, não só o desenvolvimento de Idanha-a-Velha, mas também reordenar os espaços exteriores à muralha. No Largo do Espírito Santo, foram demolidos alguns equipamentos existentes, por manifesta falta de qualidade, e substituídos por outros, aproximadamente com as mesmas funções – comércio, restaurante, bancada superior da Praça de Touros e palco, entre outros – mantendo-se, evidentemente, a Capela do Espírito Santo. Para a zona habitacional, não concretizada, propõe-se a construção de uma banda de trinta fogos que se implantará na face interior de um caminho público existente. Se para o largo se tentou uma certa racionalidade compositiva, para a citada banda propõe-se um desenho mais orgânico, de acordo com a topografia, com os percursos antigos e que acompanhe a arborização existente.

Sem saudosismo ou a apreensão de uma nostalgia literal, o respeito pelo silêncio da ruína, funde-se, aqui, com as políticas de revitalização e dinamização funcional e económica do povoado muralhado, conciliando o olhar do passado com as espectativas de um futuro, numa narração eloquente.

Neste âmbito, destacamos, dentre os inúmeros projetos realizados pelo Atelier 15 em Idanha-a-Velha, cinco intervenções que consideramos fundamentais para proceder à análise das *intervenções sobre a ruína* (des. 8): a intervenção na Porta Norte e muralha tardia; o Posto de Turismo; o projeto integrado de intervenção na Sé-Catedral e áreas limítrofes; o Lagar de Varas e Arquivo Epigráfico; e, finalmente,



Fig. 50 Muralha romana

os Palheiros de São Dâmaso, seguindo, assim, uma ordem de percurso, do corpo em viagem.

Esta seleção é resultado do simples facto de estarem, estas intervenções, diretamente relacionadas com a ruína, seja fazendo parte da nova construção, ou exposta como artefacto museológico. Cada caso trará uma nova perspetiva sobre [re]construir em contexto arqueológico e, por tal razão, será a chave para compreender a multiplicidade de atitudes projetuais levadas a cabo pelo Atelier 15 em Idanha-a-Velha; fazendo uma ligação às teorias, cartas e terminologias decorridas nesta dissertação, quase que subconscientemente.

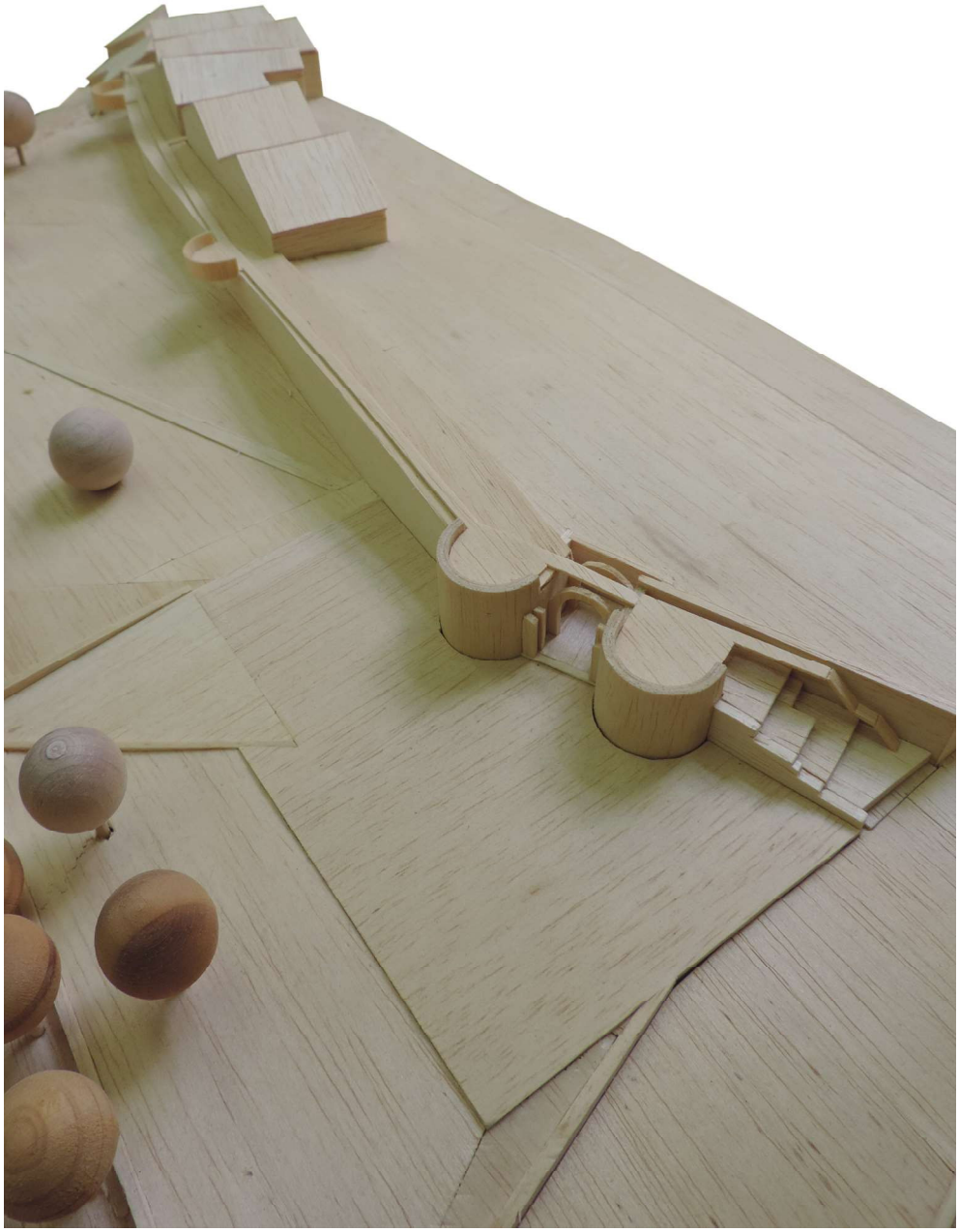


Fig. 51 Maqueta da intervenção na Porta Norte e muralha

Porta Norte e arranjos exteriores da muralha romana

Ficha técnica

Localização: Idanha-a-Velha

Promotor/Cliente: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova/IPPAR

Arquitetura e arranjos exteriores:

Arquitetos Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez, José Luis Gomes

Colaborador: Arquiteto José Capela

Projeto/Obra: 1995- 1997

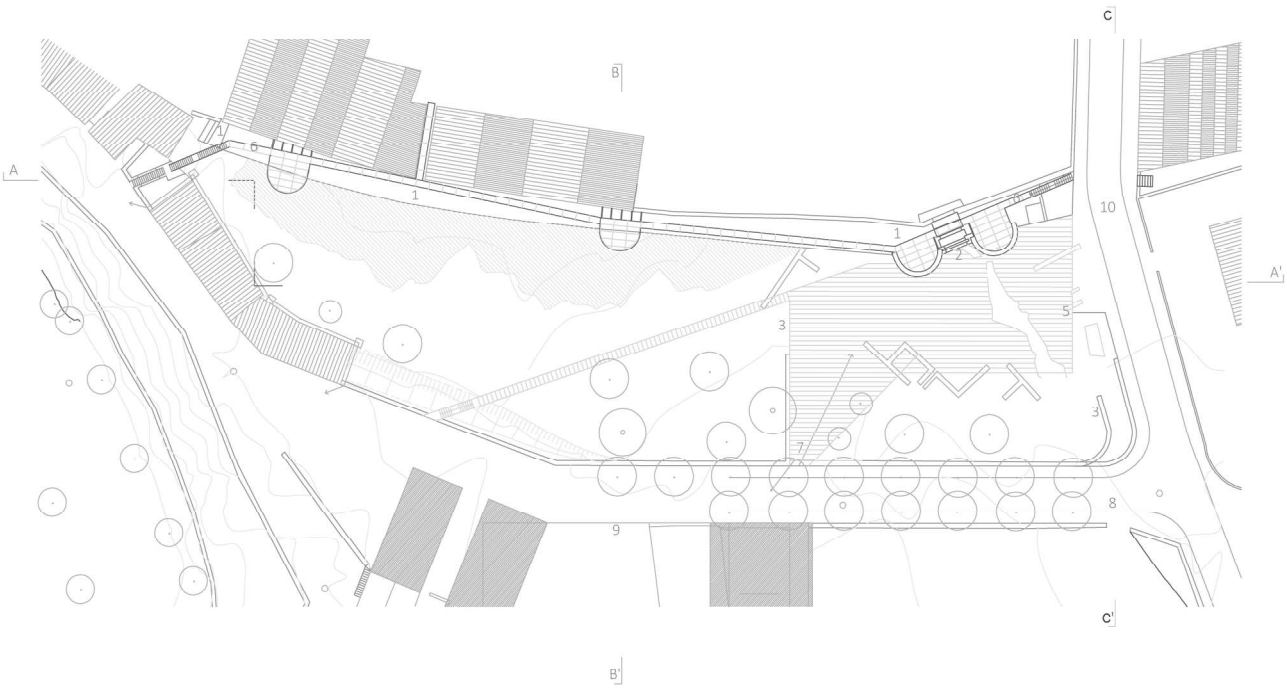
Arqueologia: Artur Corte-Real, José Gil Cristóvão

Projeto de Fundações e Estruturas: ENCIL, Projectos e Estudos de Engenharia Civil, lda.

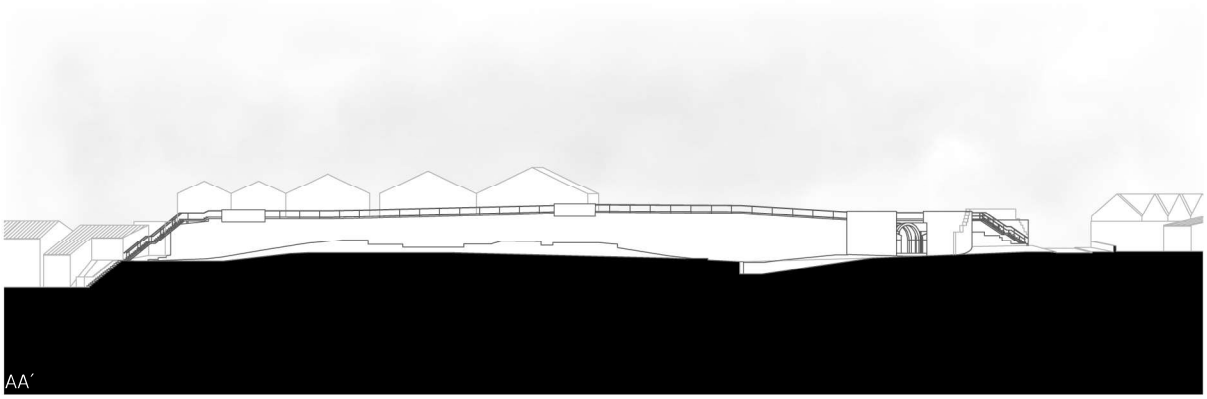
Projeto de Instalações e Equipamentos de Águas e Esgotos: Vítor Abrantes – Consultoria e Projectos de Engenharia, lda.

Projeto de Instalações e Equipamentos Elétricos e Infraestruturas de Telecomunicações: Gatengel – Projectos de Engenharia, lda.

Construtora: EDICON – Construções Civis e Obras Públicas, lda.



1 Muralha romana 2 Porta Norte 3 Área de proteção à muralha 4 Torreão reconstruído 5 Plataforma 6 Percurso superior da muralha
7 Percurso peatonal 8 Alameda 9 "Praça" do Espírito Santo 10 Acesso ao interior da aldeia







Des. 9 Planta e cortes da intervenção na Porta Norte e muralha

1:1000

A intervenção na Porta Norte e arranjos exteriores da muralha romana, iniciados em 1995, constituiu a primeira de um conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da valorização de Idanha-a-Velha, da responsabilidade do IPPAR, tendo sido concluída dois anos depois. Desde o início, esta intervenção foi considerada fundamental para o plano de Idanha, por tratar-se de uma forte presença histórica e simbólica do lugar.

Sem a possibilidade de assumir a sua antiga função de acesso à aldeia, por se encontrar obstruída, e dentro de uma lógica de intervenção que, além da valorização do monumento em si, pretende torná-lo inteligível, apreensível e visitável, o objetivo principal seria, desde o início, *monumentalizar* e *dignificar* a Porta Norte, transformando-a, novamente, num dos pontos de referência e de identidade de Idanha.

Recorrendo aos recursos e estudos arqueológicos rigorosos, até então existentes, optou-se por realizar a reconstrução da Porta, a qual apresentava sinais de ruína e abandono, e dois torreões semidestruídos; e, parcialmente, da muralha, de acordo com os limites de segurança fixados[132], aproveitando a silharia romana que se encontrava dispersa pelo terreno adjacente.

Neste caso, trata-se não só de uma reconstrução num sentido mais vago, mas de uma reconstituição parcial: *Foi um projeto muito complicado. Não tanto complicado fazer, mas complicado do ponto de vista teórico. Uma reposição era*

132 A muralha, segundo Alexandre Alves Costa, deveria ser mais alta. Ainda sobre o assunto, Félix Alves Pereira refere que "um recinto de muralhas façanhudas, com os restos das suas tôrres cilíndricas, a circunda ainda, mas decerto já consideràvelmente deminuídas em muitos sítios da sua primitiva altura". Félix Alves Pereira, "Vestígios do passado em Idanha-a-Velha IV. Ruínas de ruínas ou estudos igeditanos", 1916. In "O Archeologo Português", Série 1, Vol. XXX, 1938 – ed. 1956, p. 188. Publicação acedida através do site http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_30/vestigios_passado.pdf, no dia 22 de maio de 2016.



Fig. 52 Porta Norte e muralha tardia em ruínas



Fig. 53 Torreão reconstituído da Porta Norte

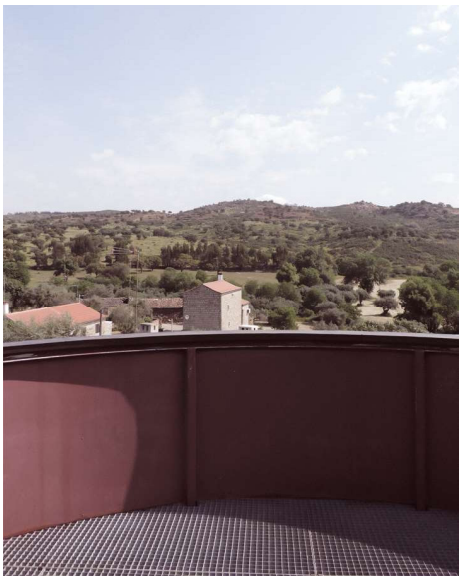


Fig. 54 Evocação dos antigos cubelos

o que faziam os movimentos nacionais. Quando não existia fazia-se. Sabíamos que tinha existido. Um destes cubelos estava praticamente no sítio, as pedras do outro cubelo estavam espalhadas pelo chão. Não era muito difícil pôr as pedras no sítio e fazer o cubelo como ele era. Porque havia uma certa vontade de criar aqui uma espécie de imagem icónica, a entrada da cidade. E, de facto, esta entrada era monumental. [...] É um pouco discutível fazer uma reposição, ainda para mais, estávamos e estamos um pouco marcados pela política dos monumentos nacionais. Fizeram uma quantidade de reposições com as quais hoje não concordamos. Isto teve sempre apoio arqueológico e posso garantir que o que está aqui construído, é, seguramente, uma parte daquilo que esteve construído no período romano[133].

A utilização do termo reposição por Alves Costa, no entanto, poderia apontar para uma terminologia ainda mais precisa, frente à Porta Norte: a anastilose, visto que se utilizam pedras originais dos torreões que a ladeiam, demonstrando, eventualmente, uma opção de projeto que pretende conservar e perpetuar o monumento, assumindo uma vontade de mostrar e repor a sua forma (fig. 52).

Aliás, se apreendermos, essencialmente, a analogia formal conferida à estrutura contemporânea e ao desenho dos outros dois cubelos, cujas fundações foram descobertas, enquanto evocação e imagem inteligível do conjunto original, encontramos não só uma correspondência com os preceitos da Carta de Veneza, ao distinguir, através dos novos materias, as novas intervenções; mas, de certa forma, uma aproximação à intervenção analógica de Capitel e Solá-Morales (fig. 53 e 54).

A opção de *repor* as pedras romanas e *reconstituir* a Porta, foi, no entanto, muito discutida e alvo de intensos debates. As pedras tiveram de ser talhadas,

133 Alexandre Alves Costa, em entrevista para o programa "Visita Guiada", 2015.

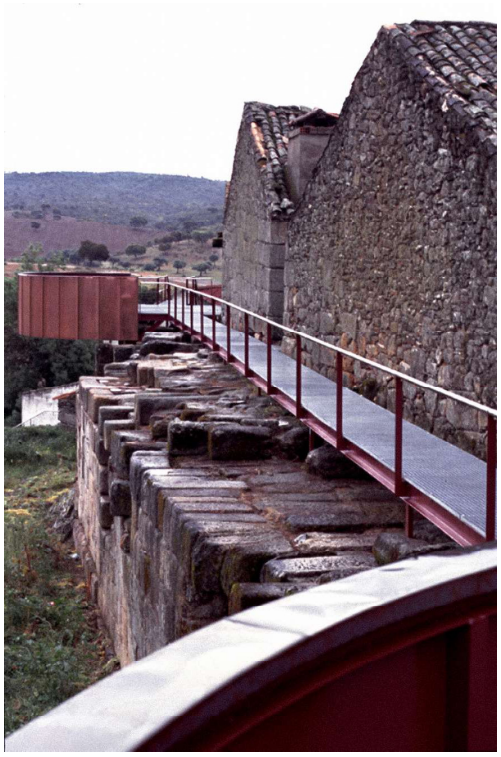


Fig. 55 Passeio metálico e varandas evocativas

em consequência da nova ordem empregue, optando pela irreversibilidade da intervenção: uma decisão política para fazer a Porta, ainda que parcialmente, como tal fora um dia. Apesar de ser controversa, a posição adotada pelo atelier consiste em devolver a identidade de Idanha-a-velha, através da sua simbologia.

Esta atitude, no entanto, ficou reservada somente à Porta. Talvez uma reconstituição integral da antiga muralha fosse desnecessária e exagerada. Como referimos, a solução para os outros dois cubelos procura, assim, materializar, por evocação, a volumetria destes em projeção, com uma linguagem contemporânea e identificada, conferindo-lhes unidade, com o intuito de estabelecer uma harmonia analógica com a muralha tardia. Esta nova estrutura em consola, revestida a cobre, contribui para a unificação cromática entre a nova intervenção e a preexistência, em constante diálogo com a pedra; e transforma-se em varanda, atribuindo uma certa leveza à intervenção, ao mesmo tempo que expõe, em sua totalidade, o pano defensivo da antiga *civitas*, destacando, em *continuum*, a rusticidade da muralha e a textura xistosa da rocha de assentamento[134] (fig. 55).

Relembrando o antigo caminho de ronda e devolvendo a função de passagem, criou-se um percurso lúdico sobre a própria muralha que, tendo início numa escada no extremo poente, atravessa sobre a Porta e dá acesso ao interior da aldeia, finalizando o trajeto ao lado oposto, depois de percorrido por completo o tramo do que ainda resta da muralha romana. Este passeio, ligeiramente elevado da velha superfície defensiva, composto por grelhas metálicas e sustentado por uma estrutura de ferro, não só faz desta parte da intervenção reversível, como aproxima

134 A qual gostariam de deixar à vista. Tal hipótese foi contestada e descartada pelos arqueólogos responsáveis pelas escavações, pois colocaria em risco a estrutura, que ficaria exposta às intempéries. Exemplo, este, da importância do auxílio entre arquitetos e arqueólogos nas intervenções arquitetónicas em contexto arqueológico.



Fig. 56 Reconstrução da Porta Norte e pavimento exterior

o contato do visitante com os vestígios arqueológicos da própria muralha, sem, no entanto, tocá-la. Além da transparência atribuída pela grelha, optou-se por um caminho mais estreito que a largura total da muralha, e guarda-corpos metálicos de simples desenho, de modo a fazer sobressair a magnitude do aparelho construtivo romano, assegurando uma intervenção mínima.

Torna-se possível, assim, recriar a imagem formal do monumento original – a imagem da cidade romana fortificada de outrora –, recuperando, mesmo que distorcida, a função de entrada; bem como proporcionar um olhar sereno sobre a paisagem circundante e sobre o próprio passar do tempo revelado no monumento em si.

O arranjo do terreno adjacente contou com a criação de percursos pedonais e um pavimento de lajetas de granito, em frente à Porta Norte, "que redesenha, em forma e textura, algumas estruturas romanas descobertas"[135], deixando a restante área intocada. A evocação da ruína no pavimento, parece ser, também, uma forma de trabalhar com a memória e o passado de Idanha, como uma antevisão do que se encontrará ao passar para o interior da muralha. Algo que se esventra pelo novo pavimento lajeado e se mistura com o novo desenho do traçado urbano (fig. 56).

135 Alexandre Alves Costa, "La Arquitectura como Arte de Transformar. Reflexiones sobre Idanha-a-Velha", op. cit., p. 119.



Fig. 57 Maqueta da intervenção no Posto de Turismo

Posto de Turismo

Ficha Técnica

Localização: Idanha-a-Velha

Promotor/Cliente: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova/ IPPAR

Arquitetura e arranjos exteriores:

Arquitetos Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez, José Luis Gomes

Projeto/Obra: 1995- 1998

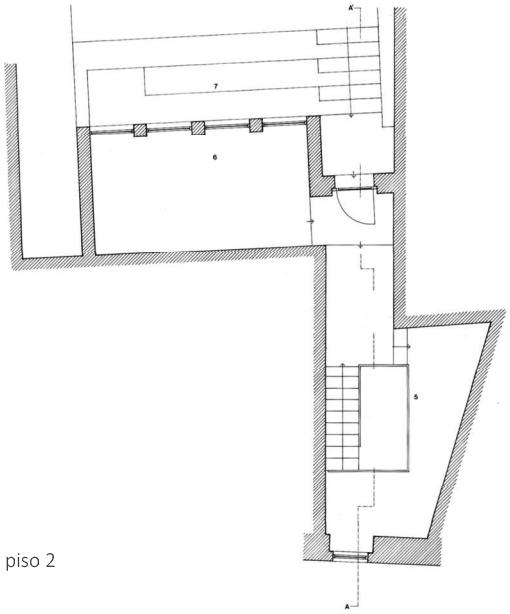
Arqueologia: Artur Corte-Real, José Gil Cristóvão

Projeto de Fundações e Estruturas: ENCIL, Projectos e Estudos de Engenharia Civil, lda.

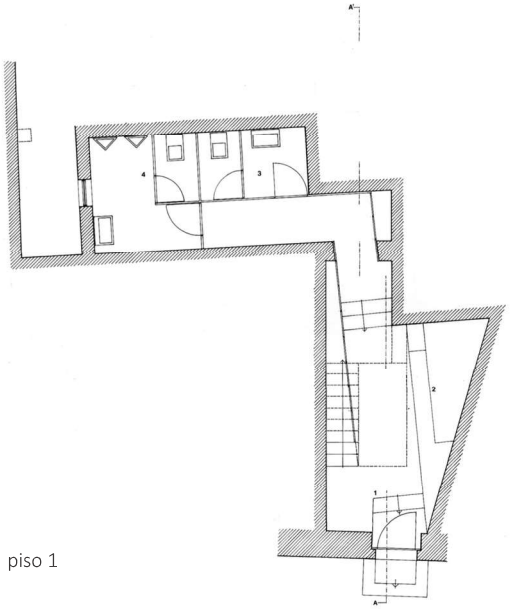
Projeto de Instalações e Equipamentos de Águas e Esgotos: Vítor Abrantes – Consultoria e Projectos de Engenharia, lda.

Projeto de Instalações e Equipamentos Elétricos e Infraestruturas de Telecomunicações: Gatengel – Projectos de Engenharia, lda.

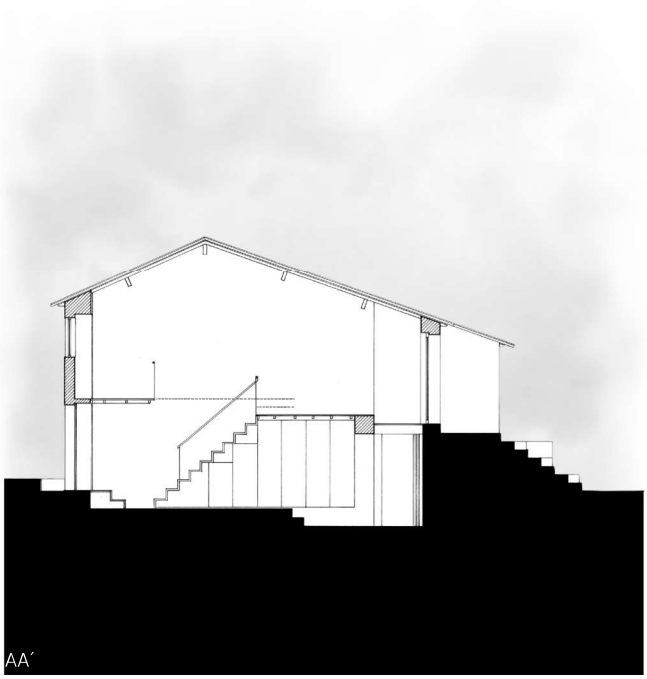
Construtora: Sr. Pio



piso 2



piso 1



AA´

Des. 10 Plantas e corte da intervenção no Posto de Turismo

1:200

A proposta do projeto possuiu a particularidade de partir, inicialmente, da escolha da localização do Posto de Turismo. Por ser um importante instrumento capaz de promover a valorização e vitalização de Idanha, seria essencial que se encontrasse no interior da muralha, recorrendo, portanto, para estes fins, à *reabilitação* de uma pequena casa de habitação preexistente, na Rua da Sé, junto à chamada "casa manuelina", possuindo dois acessos, de diferentes cotas[136].

Como ponto fundamental da intervenção, manteve-se inalterada a fachada Norte, de maneira a conservar o caráter rudimentar, em sintonia com a envolvente; distintamente, porém, da posição adotada na fachada Sul, frente à necessidade de um programa que albergasse convenientemente um balcão de atendimento, uma pequena galeria ou zona de estar e instalações sanitárias, obrigando a seguir a uma pequena ampliação.

Localizado no piso de entrada da fachada a Norte, o balcão de receção posiciona-se estrategicamente de modo a facilitar as perceções e apreensões da organização do espaço e das restantes áreas do edifício, convidando o visitante a usufruí-lo. A nova fachada Sul, correspondente à sala/galeria supracitada, prolonga o espaço em direção ao pátio contíguo, onde se encontra um pequeno anfiteatro ao ar livre. Este espaço, em particular, pensado como parte do percurso de visita, permite um ponto de paragem, para que seja feita uma breve explicação, ou introdução, da história de Idanha, de forma a inteirar o visitante sobre o que poderá encontrar dos sucessivos momentos civilizacionais da antiga *civitas*.

136 Um principal, pela rua que se dirige à Sé, e outro alternativo para o logradouro do lado oposto.



Fig. 58 Ruínas da antiga casa do século I d.C.

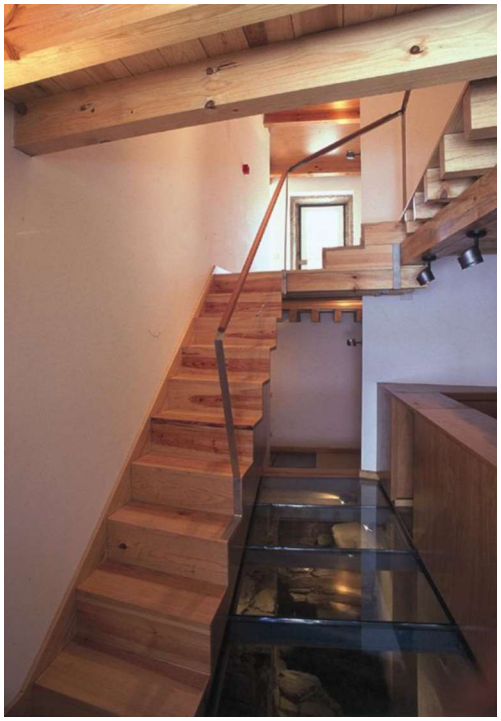


Fig. 59 Interior do Posto de Turismo após a intervenção e pavimento em vidro

No entanto, assim como qualquer projeto está suscetível a alterações durante a sua execução, e principalmente, tratando-se de Idanha, a descoberta de vestígios significativos de construções romanas, no subsolo, refletiu uma série de alterações formais, no sentido de permitir a sua visibilidade: "com um pavimento de cristal e a iluminação das ruínas, o visitante entra num espaço mágico como que sobrevoando o que resta da antiga cidade, ganhando, talvez, consciência da riqueza da história que, daí em diante, vai pisar, espera-se que nunca mais indiferente"[137] (fig. 58 e 59).

De facto, ao estarem localizadas, precisamente, junto à receção, as ruínas da antiga casa do século I d. C. conduzirão, desde logo, a um salto temporal, a um modo de olhar, de recordar, um modo de despertar a história de Idanha. A história, então, não como mera disciplina da ciência, mas como ato de rememoração, sobressalto poético para uma relação do presente com o passado – dois mundos completamente distintos, aqui, sobrepostos. A ruína, como vimos, inspirou sempre sentimentos contraditórios, entre os que, no limite, reconheciam inevitavelmente a sua morte e os que admitiam a sua recuperação total[138]. Neste caso, os fragmentos encontram-se num limiar em que nem a sua morte ou recuperação fazem parte do propósito de intervenção; antes, sim, a sua cristalização. Uma vitrine do passado.

Trata-se, pois, de mais um exemplo onde o contemporâneo, enquanto forma e conteúdo, se confronta gentilmente com as ruínas, mesmo que, agora, estagnadas no tempo, mas como parte fundamental da vivência e fruição da nova intervenção[139].

137 Alexandre Alves Costa, "Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha", op. cit., p. 177.

138 Ver Pedro Alarcão, "Construir na ruína. A propósito da cidade romanizada de Conimbriga", op. cit., p. 20.

139 O Posto de Turismo encontra-se, hoje, em desuso. A atual instalação está situada no Lagar de Varas.

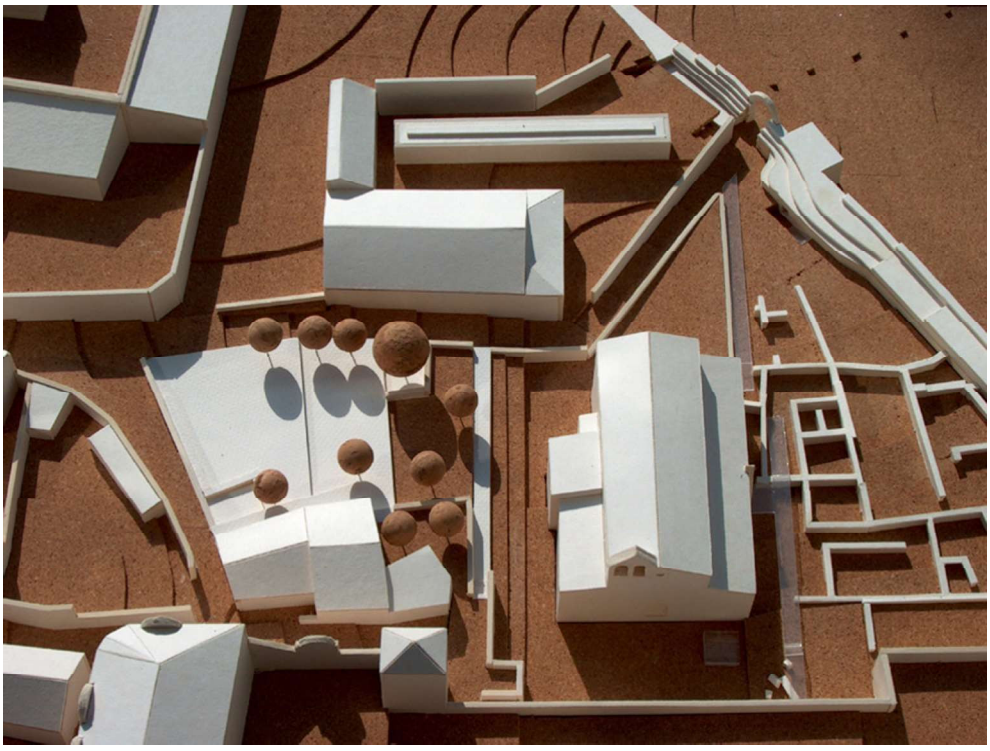


Fig. 60 Maqueta da intervenção na Sé e áreas limítrofes

Sé-Catedral e áreas limítrofes

Ficha Técnica

Localização: Idanha-a-Velha

Promotor/Cliente: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova/ IPPAR

Arquitetura e arranjos exteriores:

Arquitetos Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez, José Luis Gomes

Projeto/Obra: 1997- 2006

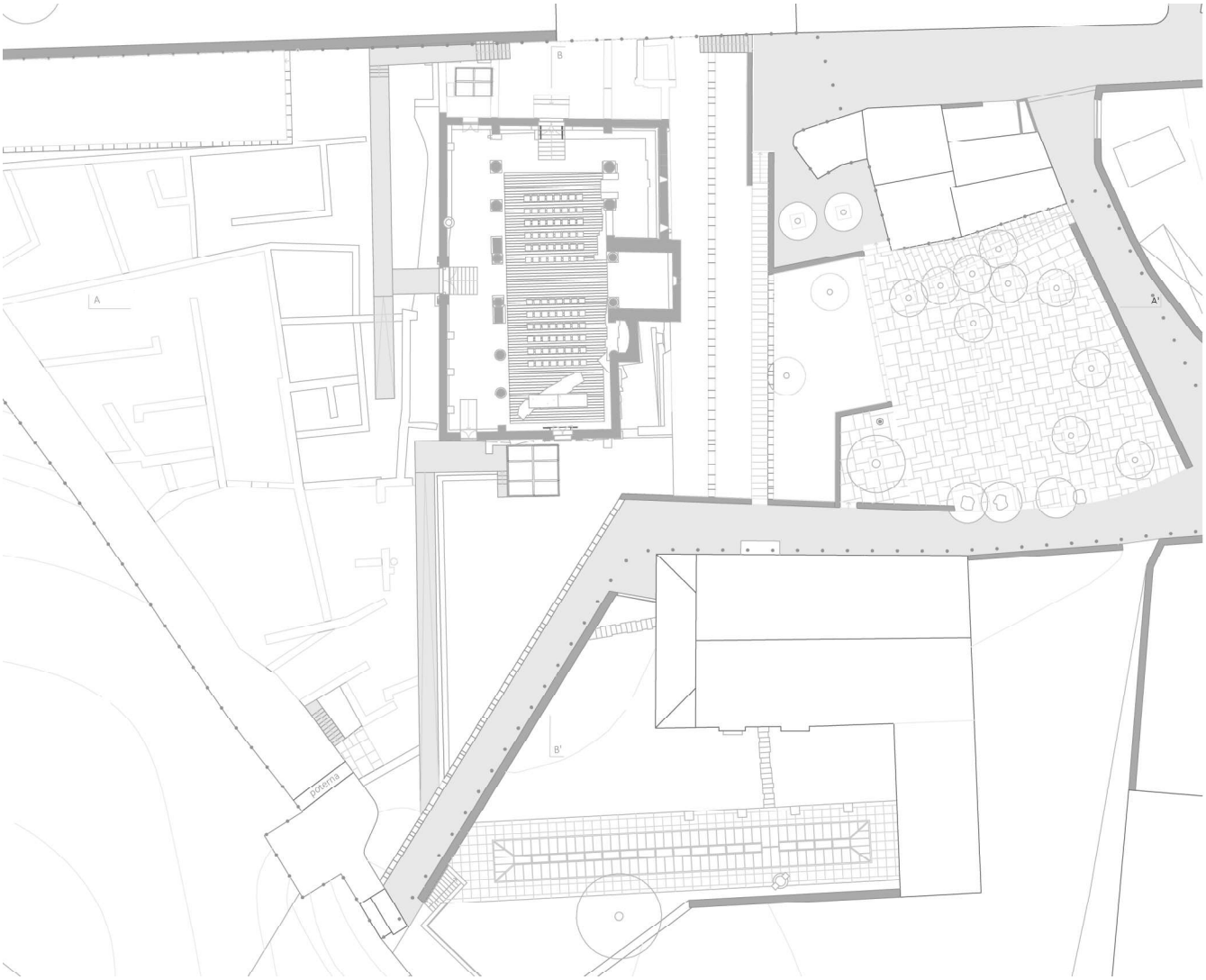
Arqueologia: Artur Corte-Real, José Gil Cristóvão

Projeto de Fundações e Estruturas: ENCIL, Projectos e Estudos de Engenharia Civil, lda.

Projeto de Instalações e Equipamentos de Águas e Esgotos: Vítor Abrantes – Consultoria e Projectos de Engenharia, lda.

Projeto de Instalações e Equipamentos Elétricos e Infraestruturas de Telecomunicações: Gatengel – Projectos de Engenharia, lda.

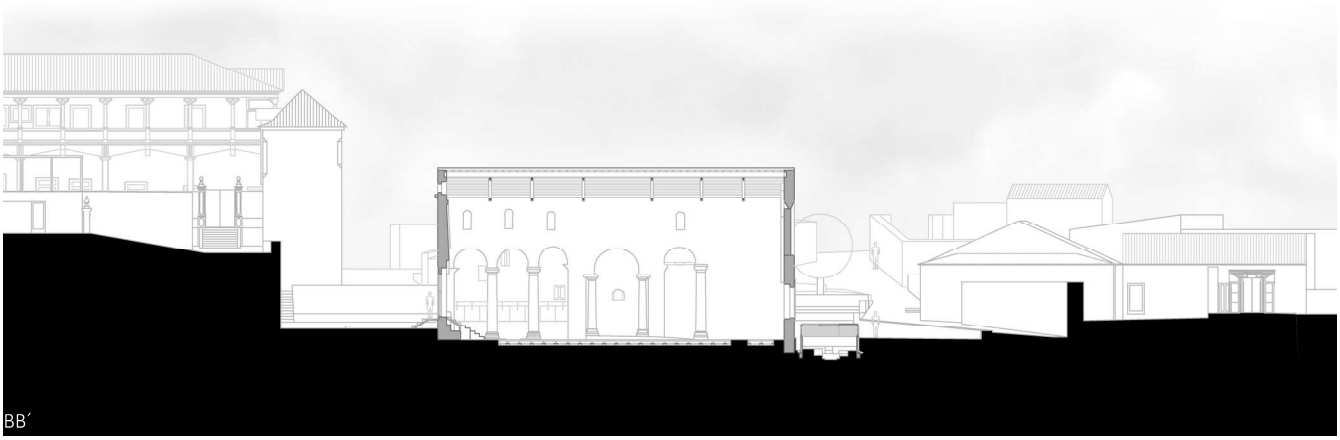
Construtora: A. Santos & Santos





Des. 11 Planta e cortes da intervenção na Sé-Catedral

1:500



Os vestígios dos diversos sedimentos sobrepostos, consequência das sucessivas reocupações e épocas, fazem da Igreja de Santa Maria uma espécie de síntese da densa história de Idanha-a-Velha.

No entanto, diante da falta de dados concretos sobre a sua configuração espacial e evolução histórica, a proposta de intervenção passou por compreender o monumento como tema de estudo em aberto, descartando a materialização de uma leitura científica. Não se trata, pois, de um edifício unitário, estilisticamente homogéneo, mas sim um monumento que se foi construindo durante os séculos.

O projeto teve, portanto, como objetivos principais, restituir a legibilidade destes sedimentos temporais, bem como a dignidade e a escala do monumento – comprometidas pela diferença de cotas entre a Sé e o arruamento adjacente, que dava acesso aos terrenos agrícolas exteriores à muralha através da "Porta Sul" –; reordenar os distintos percursos, tanto para visitantes quanto para habitantes; qualificar o espaço público contíguo; e, por fim, tratar as coberturas dos batistérios (substituindo a existente do batistério a Sul e construindo uma nova para o descoberto a Norte), garantindo-lhes a sua proteção, tal como a sua visibilidade, sem uma solução formal muito afirmativa.

A estrutura da proposta passou pela eliminação do arruamento referido, atenuando as diferenças de nível; e a revitalização do terreno a Nascente, com a criação de uma praça. Limitado ao uso pedonal, este espaço lajeado foi pensado para acomodar, através de um banco corrido, o terreno íngreme, convidando ao repouso e à contemplação do monumento em si e da envolvente, sob as oliveiras preexistentes.



Fig. 61 Evento realizado na Sé-Catedral de Idanha-a-Velha

Procurou-se, essencialmente, "criar condições propícias para o usufruto do monumento – tanto como lugar de visita, quer como instalação para eventos – e proceder a operações de restaurações superficiais"[140]. Admitem-se, pois, dois conceitos terminológicos fundamentais: "de restauração e [principalmente] de reutilização"[141], compreendendo o segundo, portanto, como reabilitação. Restauro, por um lado, do reboco, tal e qual do século XVI[142]. Reabilitação, por outro, pois atribui-se uma nova função ao antigo edifício sacro, dividido entre uma certa musealização do espaço e a polivalência para comportar eventos diversos, constituindo um cenário sóbrio, mas capaz de despertar uma profunda sensibilidade em quem o contempla[143] (fig. 61).

Para tal, delimitou-se a área polivalente central, destinada a eventos culturais e exposições temporárias, substituindo o pavimento antigo de granito[144] por um de soalho de madeira, de forma a expor parte do pavimento original descoberto, bem como facilitar possíveis escavações e promover a continuação do estudo arqueológico. Este pavimento dignifica a nave central, tornando-a mais rica com o convergir dos distintos materiais e texturas; e, aliado ao novo sistema de iluminação, denuncia o propósito da reabilitação e a contemporaneidade da intervenção, sem,

140 Alexandre Alves Costa, "La Arquitectura como Arte de Transformar. Reflexiones sobre Idanha-a-Velha", op. cit., p. 120.

141 Ibidem.

142 Dado lecionado, pelo próprio Alves Costa, no decorrer da aula sobre as intervenções de Idanha-a-Velha, no âmbito da disciplina de Intervenção Arquitectónica em Contexto Arqueológico, realizada em 08/01/2016.

143 "Os equipamentos [...] poderão ser coordenados de forma variável, adaptando-se à especificidade de cada situação. Cabe a possibilidade de promover exposições de várias escalas, montar uma sala de reuniões ou uma assembleia com capacidade para cerca de 100 pessoas, além de admitir toda solução mista que se considere apropriada". Idem, p. 121.

144 Que, segundo a velha tradição de Idanha, foi reaproveitado no arranjo exterior.



Fig. 62 Interior da Sé após a intervenção

no entanto, destoar da antiga estrutura. Os pontos de luz, distribuídos por essa mesma nave, conferem uma iluminação direcionada, traduzindo, numa linguagem atual, a sobriedade reservada aos espaços religiosos, ao mesmo tempo que são, efetivamente, necessários para os eventos noturnos.

A espacialidade complexa do monumento, fruto da coexistência ambígua e contraditória de eixos litúrgicos vários[145] – correspondentes a diferentes épocas e usos do templo no decorrer de toda a sua história[146] – foi, também, reconhecida na intervenção, sendo, porém, de particular importância o tratamento axial da abside e da porta que leva o gablete manuelino. A este eixo transversal de caráter emblemático, atribuiu-se uma dimensão cenográfica que recorre e evidencia, de certa forma, a sacralidade do monumento e a sua natureza cristã.

Tentou-se, antes de mais, recriar este espírito original da Sé-Catedral através dos materiais e do controlo da iluminação, encerrando o janelão dúbio feito anteriormente por Fernando de Almeida, e recorrendo a estuques amarelados e à madeira reposta da cobertura (fig 62). Para o encerramento da referida janela, utilizou-se um painel de chumbo, o qual oculta um ecrã. A fachada, pelo contrário, passou pela "limpeza de todos os elementos não concordantes com a austeridade pretendida, tais como caleiras, tubos de queda e argamassas espúrias. Desta forma, o simbolismo dos templos da época invocada será respeitado: ao caos do exterior

145 "O edifício da Sé tem tido reparações e acrescentamentos e até disposições diferentes, porque a entrada actual olha a um lado diferente do que já foi". Félix Alves Pereira, "Vestígios do passado em Idanha-a-Velha IV. Ruínas de ruínas ou estudos igeditanos", op. cit., p. 188. Publicação acedida através do site http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_30/vestigios_passado.pdf, no dia 22 de maio de 2016.

146 "Dois deles, facilmente identificáveis, correspondem à habitual tipologia de três naves. O segundo, mais invulgar, mais impercetível e determinante na particularidade do edifício, é transversal e encontra-se orientado em direção a uma abside aparentemente insólita". Alexandre Alves Costa, "Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha". In Revista Estudos/Património n°2, 2002, p. 172.

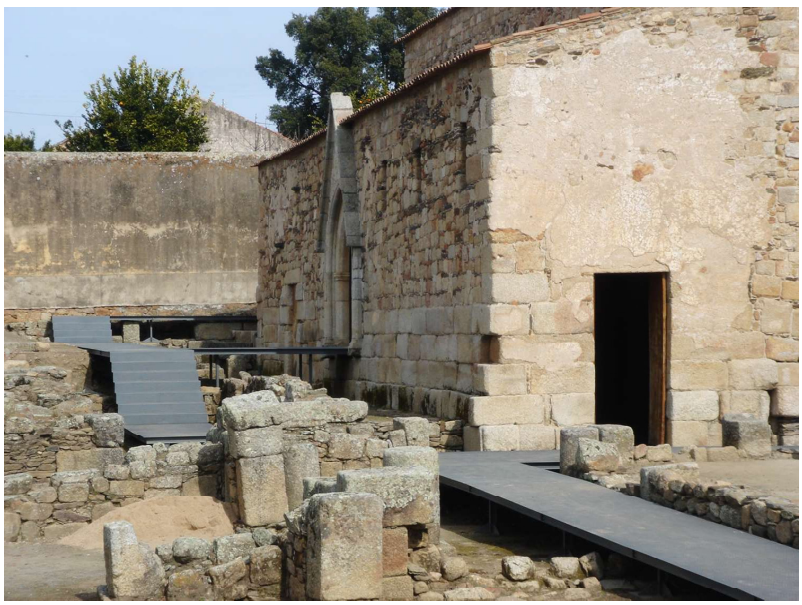


Fig. 63 Percurso à volta da Sé e ruínas do possível paço episcopal

opõe-se a alegoria arquitectónica do Paraíso"[147].

Coube, aqui, valorizar a inteligibilidade e a memória do espaço de culto, como, também, o que foi essencialmente Idanha-a-Velha, ao manter as ruínas arquitetónicas e epigráficas expostas na imediata envolvente, como fatores de contributo estético e simbólico do lugar. Razão pela qual, talvez, onde melhor o visitante se sinta transportado a um [novo] mundo – o passado, o qual já não conseguimos aceder senão através da contemplação do juízo estético. Neste sentido da ruína visitável – um lugar de passagem –, criou-se um percurso em chapa metálica, elevado, de forma a evitar que se pise no terreno arqueológico e que, ainda assim, aproxime o visitante aos achados (fig. 63). Este percurso culmina em dois momentos: nas portas do século XIII a Poente e a Norte, passando pelo batistério recentemente descoberto. Tanto o primeiro trajeto, quanto o segundo, fazem a ligação da cota exterior ao interior da Igreja por uma escada em mármore de simples desenho. O bloco maciço, de tom rosado, além de harmonizar com os tons quentes do estuque e da madeira, materializam uma solução semelhante, que tão belo resultado deu na intervenção de Souto Moura, no Mosteiro de Santa Maria do Bouro.

Em suma, a intervenção procurou minimizar o seu desenho e os seus efeitos, enquanto afirmação projetual. Deixa em aberto as diversas interpretações, a par da permanência dos materiais romanos reutilizados ao longo do tempo, como se tratasse do narrar, não linear, da sua construção. Sem distorcer a compreensão do monumento, a nova intervenção procura necessariamente facilitá-la, integrando num diálogo coerente os valores de contemporaneidade e de uso dos novos materiais com o valor de antiguidade e pátina presentes nas pedras, nos arcos e colunas preexistentes, sem a sobreposição de um ou de outro valor.

147 Alexandre Alves Costa, "Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha", op. cit., p. 173.



Fig. 64 Interior da Sé após a intervenção

Este diálogo, gerado pela diferente natureza dos materiais utilizados, é parte vital da ambiência criada, sendo de extrema relevância na fruição do espaço. Assim, a ruína conquistou, aqui e, como veremos, nas outras intervenções, um novo significado, desprendendo-se da sua habitual conotação de abandono, mas ao contrário, sendo parte integrante e indispensável de um todo dinâmico – um meio maleável e em aberto para a aquisição de uma nova identidade, através da inserção de novos materiais, formas e funções (fig. 64).

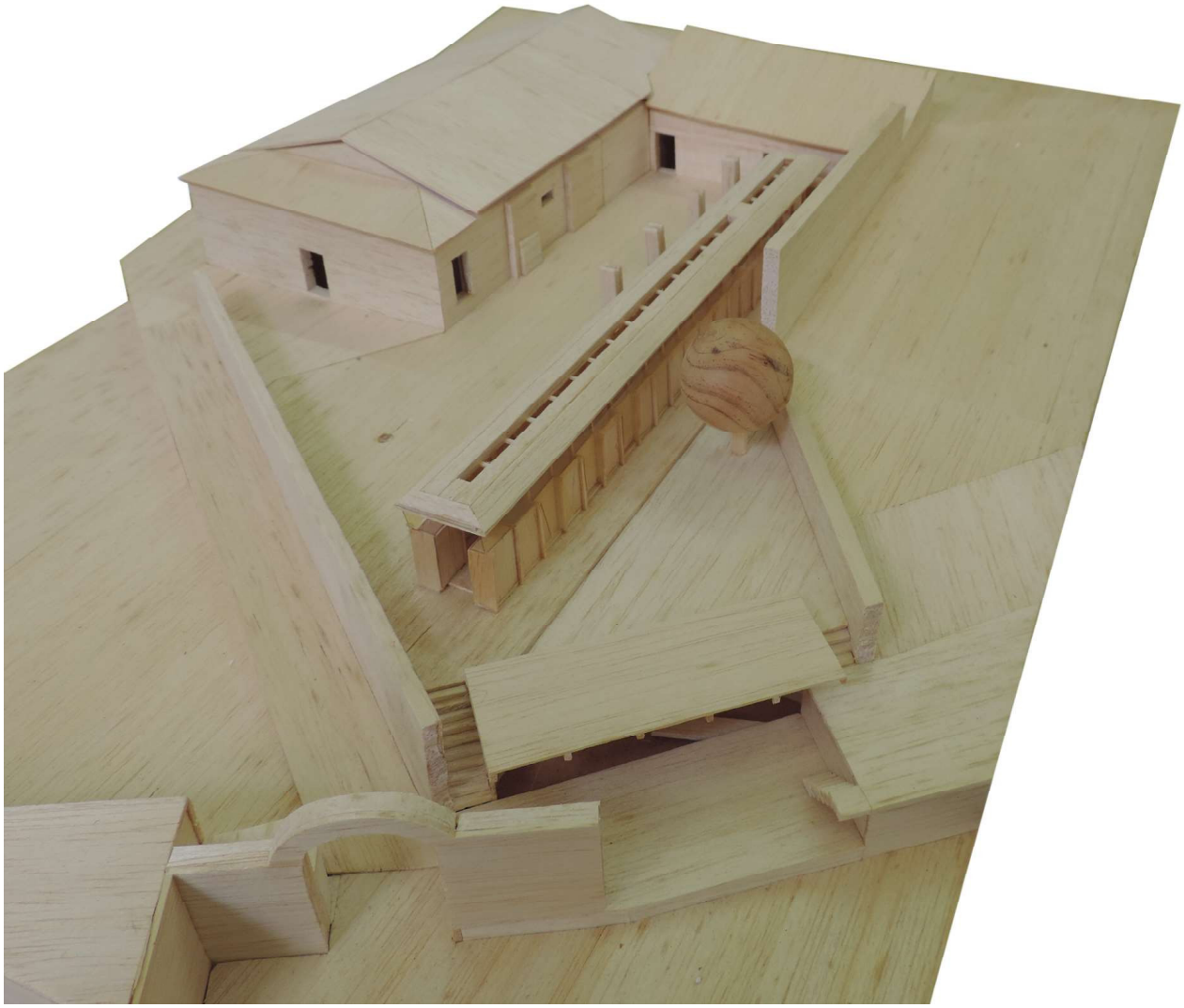


Fig. 65 Maqueta da intervenção no Lagar de Varas e Arquivo Epigráfico

Lagar de Varas e Arquivo Epigráfico

Ficha Técnica

Localização: Idanha-a-Velha

Promotor/Cliente: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova/ IPPAR

Arquitetura e arranjos exteriores:

Arquitetos Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez, José Luis Gomes

Colaboradores: Arquitetos Eduardo Ribeiro, João Soares, Paulo Ferreira

Projeto/Obra: 1995- 1999

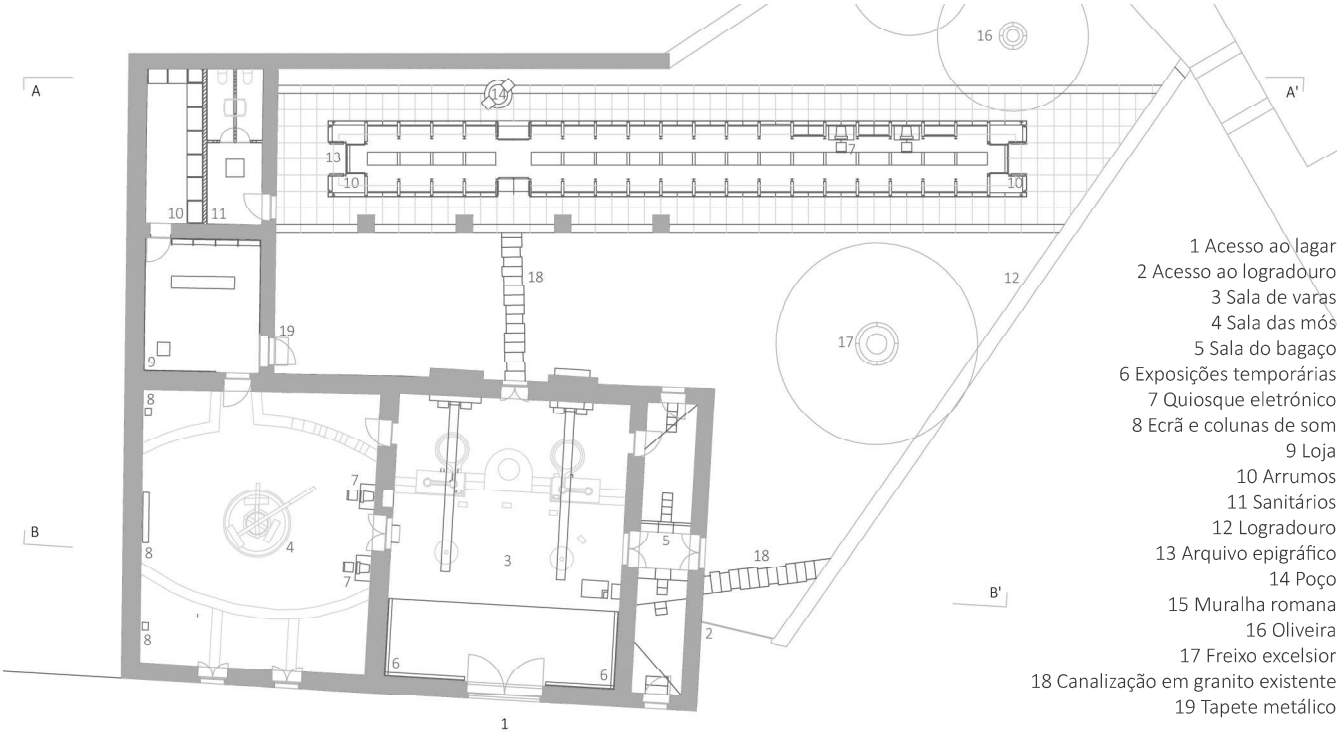
Arqueologia: Artur Corte-Real, José Gil Cristóvão

Projeto de Fundações e Estruturas: ENCIL, Projectos e Estudos de Engenharia Civil, lda.

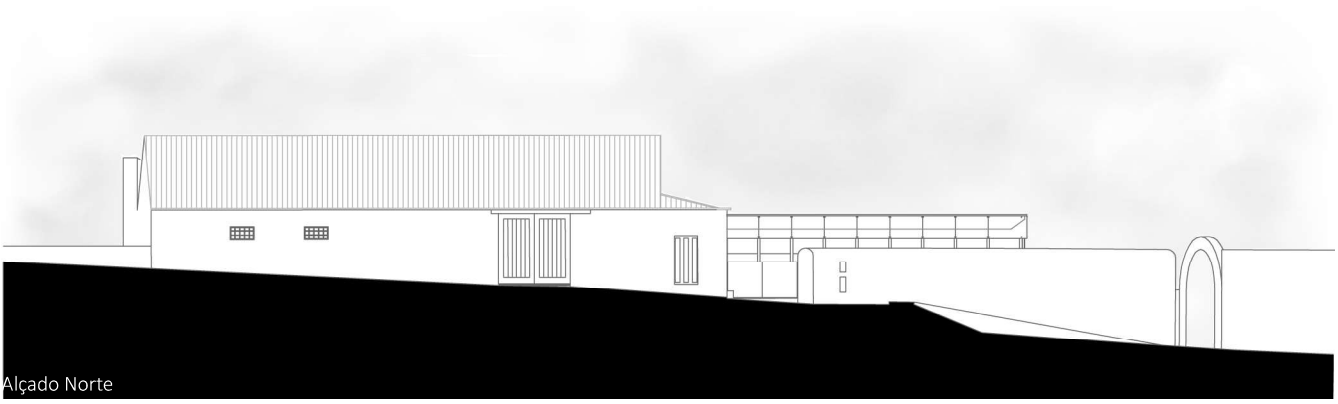
Projeto de Instalações e Equipamentos de Águas e Esgotos: Vítor Abrantes – Consultoria e Projectos de Engenharia, lda.

Projeto de Instalações e Equipamentos Elétricos e Infraestruturas de Telecomunicações: Gatengel – Projectos de Engenharia, lda.

Construtora: João Sousa Baltasar, lda.



1 Acesso ao lagar
2 Acesso ao logradouro
3 Sala de varas
4 Sala das mós
5 Sala do bagaço
6 Exposições temporárias
7 Quiosque eletrónico
8 Ecrã e colunas de som
9 Loja
10 Arrumos
11 Sanitários
12 Logradouro
13 Arquivo epigráfico
14 Poço
15 Muralha romana
16 Oliveira
17 Freixo excelsior
18 Canalização em granito existente
19 Tapete metálico

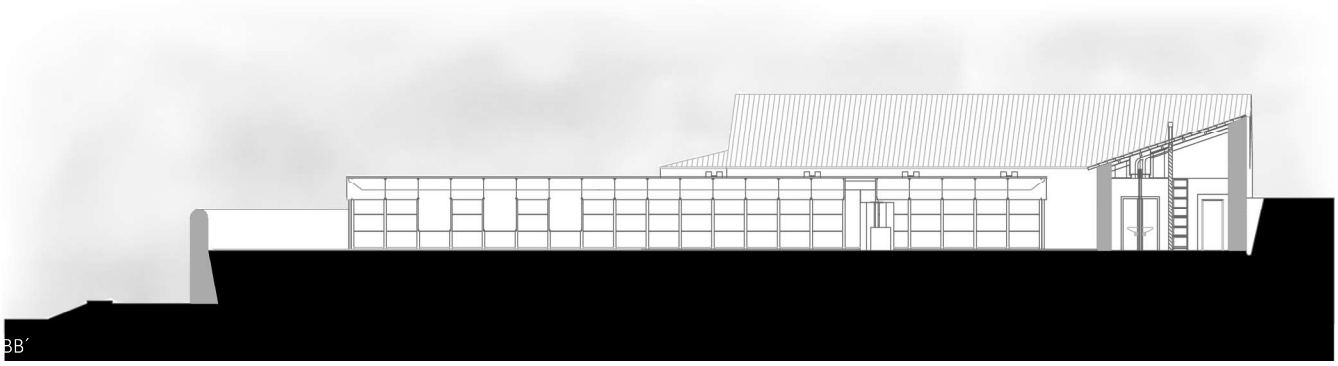


Alçado Norte



Des. 12 Planta e cortes da intervenção no Lagar de Varas

1:300



BB´

Importante representação da economia regional, principalmente, no século XIX, o Lagar de Varas era, e continua a ser, um exemplar considerável de arqueologia industrial que interessava preservar. Interessava, pois, por constituir uma conceção formal e construtiva tal e qual os romanos faziam. Era crucial restituir a sua presença, até então em estado gravosamente degradado, enquanto elemento significativo da cultura popular e de identidade do conjunto monumental de Idanha.

O espaço deveria ser recuperado e dedicado à temática do fabrico e uso do azeite, dignificando os valores antropológicos e etnográficos intrínsecos ao lugar; e o logradouro envolvente, utilizado para armazenar e salvaguardar a coleção epigráfica romana, descoberta no decorrer dos estudos arqueológicos, num período de tempo alargado.

Ao contrário do intenso debate transcorrido sobre a reconstituição da Porta Norte, aqui, parece ter havido uma unanimidade em relação à reconstituição do espaço industrial tal como existia. Neste caso, o trabalho de intervenção sobre a ruína do Lagar, que, desde o início, dispôs do acompanhamento permanente dos estudos arqueológicos e de Benjamim Pereira[148], além de recorrer a peças tradicionais, contou, também, com técnicas construtivas tradicionais, sem renunciar, entretanto, o uso comedido de tecnologias modernas e atuais para a consolidação ou reconstrução do existente. Porém, e propositadamente, não há uma distinção evidente entre o novo e o antigo.

148 A quem se deve a ideia de utilizar a tecnologia antiga na reconstrução do Lagar: "é o último lagar romano da história por isso vamos fazer como faziam os romanos". Benjamim Pereira *apud* Alexandre Alves Costa, em entrevista para o programa "Visita Guiada", 2015.



Fig. 66 Lagar de Varas antes da intervenção



Fig. 67 Lagar após a intervenção

A posição do Atelier 15, neste caso, consistiu, fundamentalmente, em restaurar integral e rigorosamente[149] o Lagar e apagar os sinais de uma arquitetura de autor, reconstruindo, "refazendo o irrecuperável, sem nenhum alindamento e no respeito total pelo seu valor documental: das paredes à cobertura, do pavimento ao desenho das esquadrias, à reposição dos elementos em falta"[150]:

Este lagar estava em ruínas, estava sem telhado, estava perdido. [...] É verdade que isto é extraordinariamente cenográfico. Mas a verdade é que era assim. Este lagar era exatamente isto. A nossa posição foi de restauro rigoroso do que cá estava. [...] Tivemos a sorte de encontrar ou reencontrar peças que se adaptassem a esta dimensão, a este lagar, e fomos buscá-las a outros lagares[151] (fig. 66).

Segundo o significado da palavra "restauro", precisamente definido na Carta de Cracóvia, enquanto intervenção direcionada à conservação da autenticidade, e a par do próprio Alves Costa, seria possível assim conceituar o Lagar de Varas pois, apresenta, de facto, o apagamento de uma arquitetura de autor, assim como utiliza técnicas construtivas tradicionais, como forma de conservar a autenticidade da intervenção (fig. 67). No entanto, admitem-se outros dois conceitos. Tratando-se de uma réplica formal conjetural o mais exata possível do desaparecido, parcialmente, uma vez que recorre à utilização de peças de outros lagares, a intervenção poderia ser considerada, eventualmente, como uma reconstituição; mas, também, como reabilitação.

149 "Desde o primeiro momento a ideia foi a de um restauro integral e rigoroso". Alexandre Alves Costa, "Restauro do Lagar de Varas e Reutilização do seu Logradouro para Arquivo e Musealização de Epígrafes, Idanha-a-Velha", Memória Descritiva, 1995.

150 Alexandre Alves Costa, "Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha", op. cit., p. 177.

151 Alexandre Alves Costa, em entrevista para o programa "Visita Guiada", 2015.



Fig. 68 Interior do Arquivo Epigráfico



Fig. 69 Arquivo Epigráfico

Reabilitação pois, não só se devolve a identidade ao lugar, como também se dá uma nova alma ao espaço industrial, agora museológico, afirmando uma certa contemporaneidade da intervenção e uma nova função. Neste caso, a ruína, enquanto fragmento do passado, volta a fazer parte da construção. O seu valor de antiguidade (*venustas*) conjuga-se, novamente, aos valores de novidade e de uso – *firmitas* e *utilitas*, respetivamente – restituindo, ao monumento, a condição arquitetónica de outrora.

Ao espaço do Lagar, cabe somente "o silêncio e uma leitura parecida com a de alguns espaços sagrados, cuja forma, luminosidade e significado, tornam redundante qualquer explicação. Redundante e, porventura, redutora"[152].

Em claro contraste com a estrutura do Lagar, localizado no espaço do logradouro contíguo, o Arquivo Epigráfico apresenta-se como um corpo estranho ao universo milenar de Idanha, "um objeto sem lugar"[153]. Trata-se da construção, de raiz, de uma estrutura metálica, iluminada zenitalmente, a qual serve como uma espécie de estante, de maneira a concentrar, salvaguardar e expor[154] as diversas epígrafes romanas que se encontravam, em parte, dispersas por Idanha-a-Velha e amontoadas no interior da Sé (fig. 68). As janelas, além de conferirem uma enorme leveza quando aliadas à estrutura metálica, como se a cobertura não tocasse efetivamente o plano das paredes, possuem um duplo efeito – por um lado, asseguram a entrada de luz natural, iluminando o seu interior; e, por outro, transformam, ao anoitecer, o arquivo em candeeiro, iluminando a envolvente (fig. 69).

152 Alexandre Alves Costa, "Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha", op. cit., p. 177.

153 Alexandre Alves Costa, "Atelier 15", op. cit., p. 62.

154 Tanto fisicamente, quanto digitalmente, através de painéis interativos, dispostos no interior do Arquivo Epigráfico.



Fig. 70 Arquivo Epigráfico

Apesar da marcada contemporaneidade assumida nesta intervenção, e sem seguir nenhuma regra ditada pelas preexistências, a relação direta com o passado da antiga *civitas* e Egitânia torna-se evidente, não somente por albergá-lo interior e exteriormente[155], mas, virtualmente, ao espelhar os monumentos envolventes nas suas janelas. Este artifício permite, ao considerar, refletir e replicar a envolvente, que o Arquivo Epigráfico – objeto sem lugar – passe a fazer, de certa forma, parte dela também (fig. 70).

155 Algumas epigráfes encontram-se do lado de fora, para que o visitante, assim que se aproxime da estrutura, consiga perceber o que encontrará no seu interior.

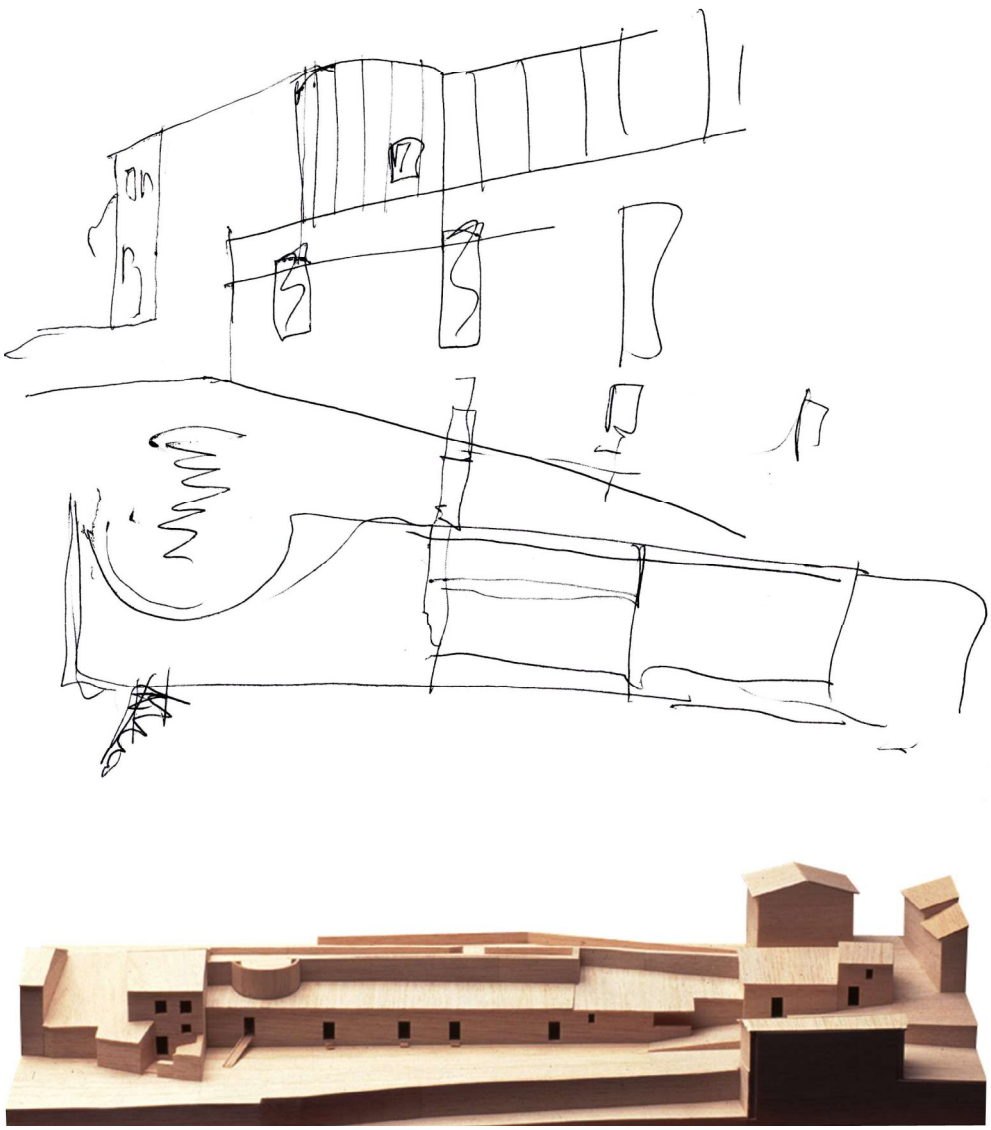


Fig. 71 Desenho e maqueta da intervenção nos Palheiros de São Dâmaso

Palheiros de São Dâmaso

Ficha Técnica

Localização: Idanha-a-Velha

Promotor/Cliente: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova/ IPPAR

Arquitetura e arranjos exteriores:

Arquitetos Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez, José Luis Gomes

Colaboradores: Arquitetos Eduardo Ribeiro, João Soares, Paulo Ferreira

Projeto/Obra: 1995- 1999

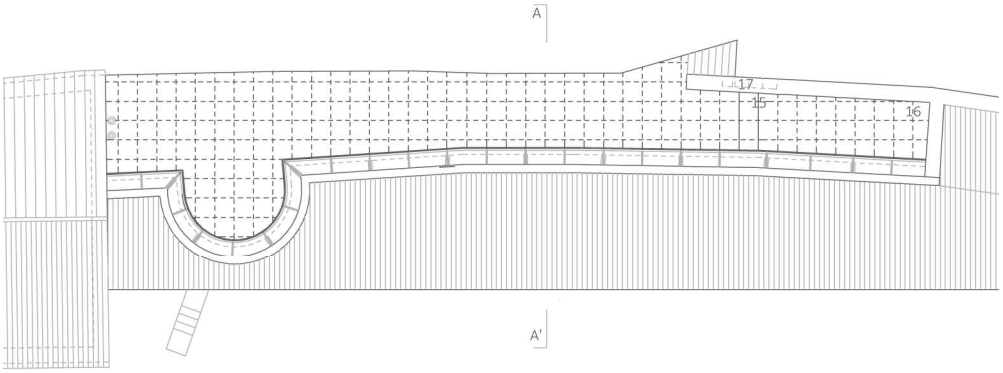
Arqueologia: Artur Corte-Real, José Gil Cristóvão

Projeto de Fundações e Estruturas: ENCIL, Projectos e Estudos de Engenharia Civil, lda.

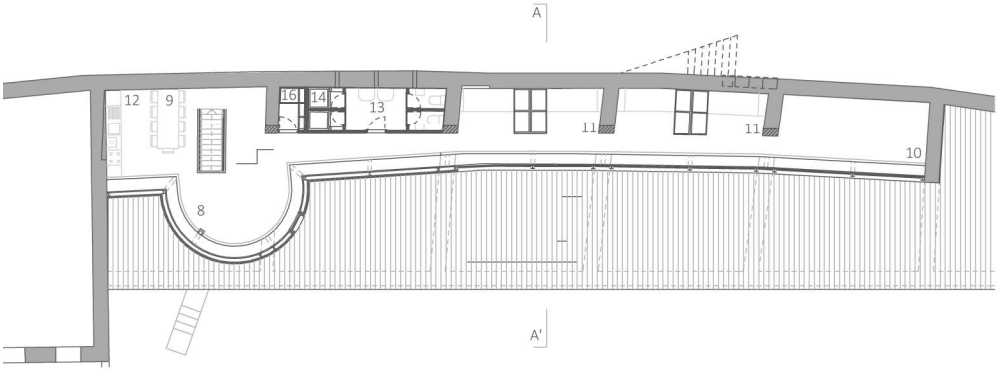
Projeto de Instalações e Equipamentos de Águas e Esgotos: Vítor Abrantes – Consultoria e Projectos de Engenharia, lda.

Projeto de Instalações e Equipamentos Elétricos e Infraestruturas de Telecomunicações: Gatengel – Projectos de Engenharia, lda.

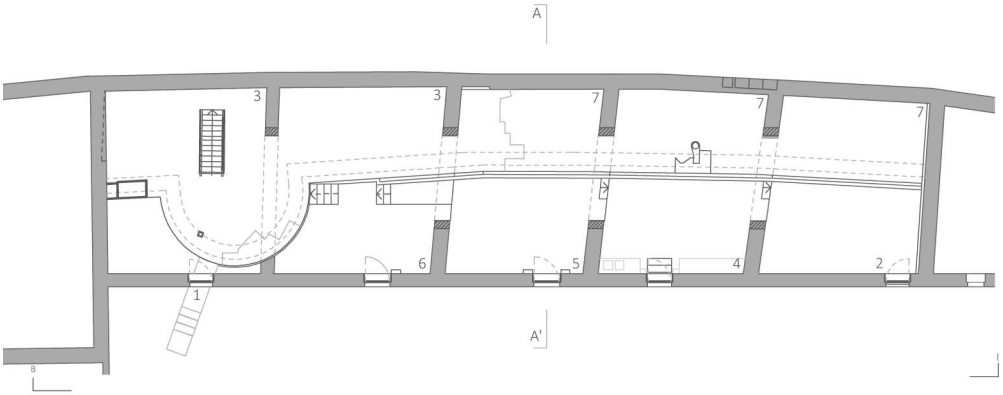
Construtora: A. D. Riscado



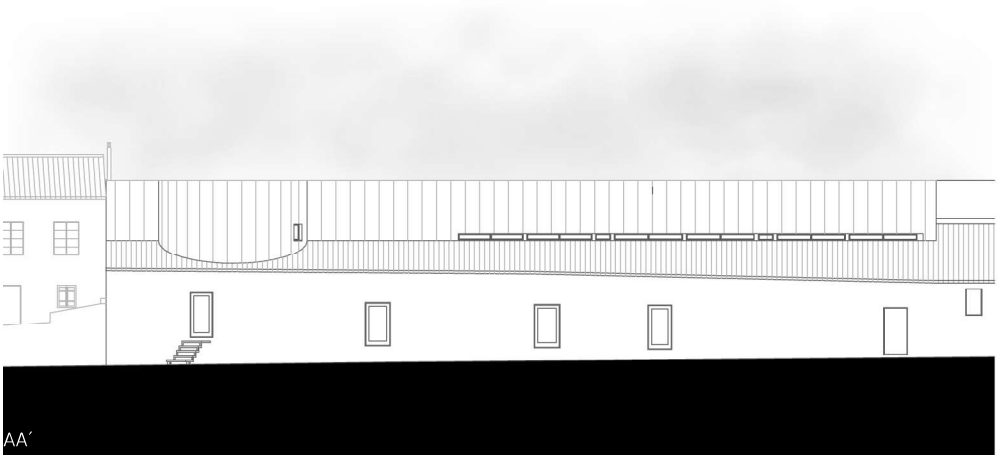
cobertura



piso 2



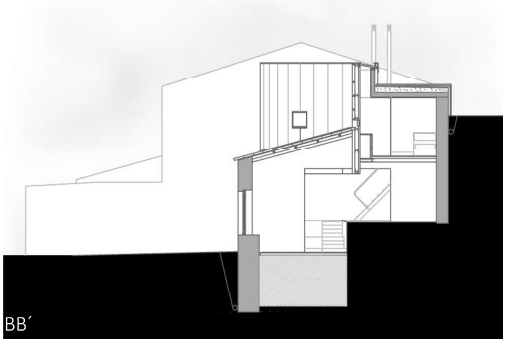
piso 1



1 Acesso principal
2 Auditório
3 Exposição
4 Laboratório/ lavagem
5 Gabinete de desenho
6 Sala de trabalho/ restauro
7 Armazenagem
8 Sala de estar
9 Refeições
10 Galeria
11 Dormitório
12 Cozinha
13 Sanitários
14 Chuveiros
15 Terraço
16 Arrumos
17 Armário gás

1:300

Des. 13 Plantas e cortes da intervenção nos Palheiros de São Dâmaso



O projeto dos Palheiros de São Dâmaso surgiu da necessidade de criar um espaço destinado ao apoio aos trabalhos arqueológicos, prevendo a reutilização de um antigo grupo de palheiros que, por possuir sinais de uma maior altura, seria adequado para albergar as diversas funções e satisfazer o projeto arquitetónico.

A intervenção contemplava, para além dos espaços reservados aos laboratórios, de uma parte destinada à habitação temporária, com dormitórios, uma cozinha, zonas de convivência e estar, e instalações sanitárias. No entanto, a resolução formal e de conteúdo inicial seria comprometida, durante os trabalhos de pesquisa arqueológica realizados no local. De facto, constatou-se o inesperado: a existência da base da muralha romana no interior dos palheiros que, até então, se julgavam exteriores a esta, juntamente de um torreão, e vestígios de outras construções[156]. Estes fatores seriam determinantes na reconsideração da situação de partida, tornando, entretanto, a intervenção muito mais complexa, mas, também, muito mais rica.

A partir de então, o projeto apoiou-se, essencialmente, no esforço de "formalizar duas intenções que, sem serem contraditórias, deveriam manter alguma autonomia. A primeira foi a de restaurar a imagem exterior dos palheiros, mantendo a sua modulação interna através das paredes transversais que os separam. A imagem global destes palheiros é uma imagem serena, com continuidade a Norte e a Sul, apenas com pequenas variações de escala, correspondente a um uso de

156 Dado, entretanto, já constatado em 1916. Citando Félix Alves Pereira, "em um palheiro próximo da ponte encontram-se interiormente restos de muralha. Em outro ou no mesmo vê-se o resto de uma porta ou passagem que atravessava a antiga muralha, na sua abertura para o interior da fortaleza; foi porém obstruída com entulhos, como por motivo de segurança; em uma das pedras, que constituïria a parede do corredor, vi um sinal de canteiro". Félix Alves Pereira, "Vestígios do passado em Idanha-a-Velha IV. Ruínas de ruínas ou estudos igeditanos", op. cit., p. 197-198. Publicação acedida através do site http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_30/vestigios_passado.pdf, no dia 22 de maio de 2016.



Fig. 72 Fachada dos palheiros e da muralha evocada



Fig. 73 Lugo

infraestrutura rural que manteve durante muitos anos e que, ainda, corresponde ao carácter dominante da aldeia. A segunda é, não só manter visível a base da muralha, como figurar no seu exterior o seu volume, a sua escala, o seu desenho"[157].

Deste modo, a posição adotada pelo atelier passa por evocar a muralha romana, prolongando-a até o limite previsível da sua altura[158], utilizando um material distinto da pedra, o cobre – tal como procede na intervenção da Porta Norte e arranjo da muralha, de forma a manter uma linguagem coesa entre as intervenções –, transformando-a em mais uma imagem icónica compositiva de Idanha-a-Velha, sem mimetizar a sua construção primitiva (fig. 72).

Apesar da semelhança formal e, também, material, visível entre os Palheiros e a muralha da Porta Norte, opta-se, aqui, por estender o plano metálico da muralha evocada até à cobertura, conferindo um exterior harmónico, extremamente potente e, até então, invulgar[159].

Existia, pois, por um lado, a ânsia de manter os palheiros e musealizar a muralha; e, por outro, de satisfazer o programa proposto pela Câmara. Ao manter a continuidade da base da muralha, deixando-a exposta, recorreu-se, portanto, à abertura de vãos nas paredes divisórias das antigas unidades dos palheiros, de maneira a permitir a comunicação interior e sem eliminar por completo a prévia modulação dos espaços; bem como tornou-se necessário comprimir ligeiramente o programa inicialmente proposto.

157 Alexandre Alves Costa, "Atelier 15", op. cit., p. 73-74.

158 Aplicando a mesma altura reservada à reconstrução da Porta Norte.

159 Veio a descobrir-se, mais tarde, a similaridade entre os alçados dos Palheiros de São Dâmaso e de um edifício em Lugo (fig. 73). "De certo que estas imagens já estavam no subconsciente". Alexandre Alves Costa, no decorrer da aula sobre as intervenções de Idanha-a-Velha, no âmbito da disciplina de Intervenção Arquitectónica em Contexto Arqueológico, realizada em 08/01/2016.



Fig. 74 Interior do primeiro piso durante a intervenção



Fig. 75 Interior do piso superior, destinado aos dormitórios e abertura zenital

Desta forma, as quatro divisões correspondentes à infraestrutura rural comportam, no rés-do-chão, os espaços destinados à investigação laboratorial (fig. 74). O piso superior, pensado para albergar o programa residencial, dispõe de uma área delimitada pela projeção da base da muralha e desenha, exteriormente, a sua volumetria. Esta analogia da antiga estrutura defensiva do povoado conforma uma cobertura visitável, parte do percurso pedonal, possuindo um rasgo, coincidindo com um existente no primeiro piso, com o intuito de iluminar, valorizar e musealizar as ruínas e o desenho da muralha original, garantindo um efeito que realce a sua forma e textura (fig. 75). A janela longitudinal, a qual rompe o plano metálico vertical, não só permite a entrada de iluminação natural, como se percebe, inclusive, o artífício de que a nova estrutura não pousa, em parte, sobre o telhado ou a parede.

Esta intervenção é, de facto, a confirmação da singularidade de cada caso, onde as suas características específicas ditam a metodologia a utilizar, sem apriorismos ou estipulações generalizadas. Desta perspetiva, podemos distinguir duas formas de intervir sobre a ruína. A primeira diz respeito ao volume propriamente dito dos antigos palheiros, conservando os materiais e a linguagem do edifício, enquanto construção e arquitetura popular tão característica de Idanha-a-Velha. Correspondente à muralha evocada, a segunda compete à inteligibilidade conferida ao que seria a estrutura romana original, produto de uma vontade de mostrar a riqueza do passado de Idanha, mas conciliando esta vontade com materiais e técnicas construtivas contemporâneas.

Podemos, assim, interpretar a intervenção como uma dupla *reconstituição*: dos palheiros, na forma de manter sua imagem exterior e modulação interior, como, também, na sua parte evocativa da muralha moderna. Uma intervenção analógica; mas não só. A análise torna-se bastante mais repleta, ao identificarmos o novo uso dado ao conjunto de palheiros preexistente, testemunhando a possibilidade de



Fig. 76 Interior dos palheiros após a intervenção

considerar a intervenção, também, como uma *reabilitação.*

Em conjugação com todo o conjunto de Idanha e, especialmente, o projeto da Porta Norte, a intervenção dos Palheiros de São Dâmaso, da perspetiva formal e de conteúdo, retrata um claro desejo de manter legível o valor antropológico e tradicional do lugar; e, simultaneamente, de forma coerente lê-se a transição para a contemporaneidade, onde as pedras marcam o ritmo do tempo, a par de novos materiais.

Essas mudanças de materiais e de aparência significam a possibilidade de uma leitura histórica autêntica do edifício e de sua vida no tempo, e estas podem e devem adicionar novos valores arquitetónicos e figurativos.

Apesar do antagonismo que possa suscitar, a intervenção parece encontrar o seu lugar no limiar entre o novo e o antigo, com os vários níveis de sedimentos físicos e temporais. Não só as novas funções se adaptam perfeitamente ao espaço, como as ruínas, devidamente salvaguardadas no seu interior, fazem parte da vivência atual, em contato permanente com os que as estudam (fig. 76).

Considerações finais

Esta dissertação teve, desde o início, o objetivo de analisar e abordar o tema da intervenção arquitetónica em contexto arqueológico – o projeto contemporâneo em contato com a ruína –, e a clarificação e compreensão dos conceitos utilizados para caracterizar a intervenção sobre o património, com base nos casos de estudo, tomados como referência, realizados pelo Atelier 15 em Idanha-a-Velha, verificando a posição adotada diante cada monumento e o estado final da ruína em si.

A passagem fundamental pelas teorias de conservação e restauro, seus principais autores e Cartas e Recomendações Internacionais mostrou-se relevante, enquanto construção de um raciocínio acerca da polémica que, ainda hoje, assola o campo disciplinar das intervenções patrimoniais. As divergências testemunhadas, tanto na teoria quanto na prática, suscitaram ardentes discussões desde o século XIX, alcançando, no entanto, uma constante evolução, não só legislativa, cada vez mais complexa, como dos princípios, orientações e atos perante ao monumento, a par do desenvolvimento progressivo de um sistema de elaboração de planos de salvaguarda sobre a defesa e a valorização dos bens patrimoniais e a consolidação do tema como matéria. Por esta razão, talvez, o debate contínuo e a pluralidade de abordagens sejam completamente necessários rumo a um juízo consciente no âmbito das intervenções, distante de filosofias globais e inflexíveis.

O papel do arquiteto não deveria, pois, mediar tão desgastada polémica, nem voltar a julgar a atitude intervencionista dos antigos, mas, precisamente, o contrário: deveria antes compreender as distintas doutrinas como parte da disciplina arquitetónica, considerando-as como análises alternativas e complementares para a formulação de um raciocínio singular.

Portanto, o reconhecimento da complexidade do projeto em contexto patrimonial e arqueológico, especialmente a apreensão do papel da história da arquitetura e da cidade na idealização das propostas de intervenção, manifestou-se como parte essencial do seguimento deste trabalho.

O aprofundamento do campo terminológico foi, também, pertinente na dedução de que não há, de facto, uma concordância absoluta de um termo ou de outro; possuindo, a mesma palavra, várias interpretações. Isto importa salientar, uma vez que a ambiguidade presente em alguns vocábulos trará consigo certos equívocos na classificação e nas próprias ações frente ao monumento, se utilizados aleatoriamente.

A escolha do conjunto de Idanha-a-Velha, portanto, veio tornar mais rica esta compreensão, visto tratar de um lugar singular com leituras e estratificações de civilizações e tempos diversos, além de estar classificado como monumento nacional, indicando a apropriação oficial de sua importância e, portanto, de sua imagem pública. O enquadramento do atual lugar de freguesia, a partir de uma investigação exaustiva, com base em documentos diversos sobre seu contexto, tornou-se essencial para o reconhecimento da história do lugar e para a constatação da sua antiga magnitude, enquanto *civitas* romana, situada na rota entre Mérida e Braga.

Esta riqueza histórico-cultural de Idanha, fruto dos povos que por ali deixaram as suas marcas, os seus traços, as suas raízes, num período superior a dois mil anos, compreende uma busca pela memória do espaço com o prazer de transformar, indissociável da esperança do que está por vir. Neste âmbito, o "Projecto de Recuperação Patrimonial e Valorização de Idanha-a-Velha" de 1995 acabou por trazer a animação socioeconómica necessária para evitar, gradativamente, a desertificação da povoação, não apenas com a promoção turística, mas com a revitalização do conjunto patrimonial como um todo, melhorando a qualidade de vida dos seus habitantes e salvaguardando suas tradições.

Nestes distintos casos de intervenção, o arquiteto exerce, então, o papel de organizador dos programas e espaços, assumindo, alguns, um maior significado pela sua simbologia que outros, mas que subsistem, simultaneamente, na vontade de valorizar os monumentos, os vestígios, o lugar e o fluir do tempo. O seu trabalho varia entre a intervenção focada no monumento em si, na qual desenvolve um desenho capaz de restituir o seu valor artístico e simbólico, mas, também, na escala do território, enquanto parte do projeto de revitalização e integração do conjunto patrimonial.

Trata-se de compreender a intervenção contemporânea como parte de um processo de valorização do contexto que, independentemente da metodologia encontrada – seja *conservação* ou *reconstrução* –, proponha a requalificação tanto dos conjuntos patrimoniais, a salvaguarda da sua cultura e identidade social, bem como o desenvolvimento e a dinamização local, no sentido de um turismo qualificado.

Portanto, sem refutar a contemporaneidade, o Atelier 15 consegue criar uma narrativa do passado e do que deste assimilaram. Observamos um significado expressivo. Mantendo esta relação com a história e sua simbologia, na intervenção

dos Palheiros de São Dâmaso, por exemplo, a morfologia do edifício remete não só aos antigos palheiros, como à própria analogia contemporânea da muralha romana.

Estas abordagens só seriam viáveis com a consciência da memória, enquanto processo relevante do projeto; transferindo, através da intervenção sobre a ruína, a narrativa histórico-cultural de Idanha-a-Velha em conjugação com a contemporaneidade. De um modo geral, as obras do Atelier 15 demonstram que o património deve ser valorizado e, sobretudo, vivido e utilizado.

Neste sentido, a riqueza e a complexidade de soluções encontradas pelo atelier resultou, por fim, na consideração de que, apesar de existir uma vontade coesa de transmitir a memória do lugar, a par de uma narrativa que a conte vinculada a uma nova função, aqui, cada caso é um caso e, por consequência, será a própria obra a indicar as circunstâncias metodológicas. Não há, efetivamente, uma regra de intervenção: há, antes de mais, um estudo rigoroso da preexistência e uma base científica, associados à representação de uma ideia, e essa ideia tem forma e, como tal, deve possuir uma concordância formal e construtiva. Pois não seria possível fazer uma arquitetura coerente e diretamente intrínseca ao lugar sem o conhecer; e conhecer o lugar é conhecer a história, seja da arquitetura em si ou das suas gentes. Não há uma teoria mais ou menos acertada. Existe, sim, um respeito pela natureza construtiva e histórica do lugar e seus vestígios, concordante com a noção de dinamizar e requalificar o espaço, na revisão de cada programa a cumprir. É essa clara consciência da singularidade que cada caso apresenta, que nos interessa discutir, enquanto arquitetos, ao invés de propor qualquer conjunto de princípios a ser aplicado com generalidade.

Assim sendo, cada caso está suscetível a uma interpretação, não somente interventiva, como terminológica. Ao longo desta reflexão, consultou-se o emprego

variado de terminologias na identificação das intervenções analisadas, discordando, por vezes, em publicações diversas, o mesmo projeto. A própria complexidade das intervenções que articulam, com novas funções, o desejo de tornar os monumentos novamente inteligíveis e apreciáveis, enquanto composição harmónica de um todo, causa, por conseguinte, a variedade de interpretações terminológicas, provocando algumas contradições e incertezas quanto às devidas aplicações dos termos ou conceitos. De forma a manter uma reflexão coesa, portanto, as interpretações feitas nesta dissertação partiram das definições apresentadas por Nunes Pereira e das Cartas e Recomendações Internacionais consultadas – pese, embora, se ter certificado da inexistência de uma carta efetivamente atual e válida –, legitimando, de certa maneira, a correlação de mais de um termo, numa mesma intervenção.

Do mesmo modo, verificamos a importância da colaboração entre arquitetos e arqueológos, crucial nas intervenções arquitetónicas sobre a ruína, como ferramenta necessária para aumentar os níveis de compreensão do monumento. O auxílio prestado, de forma muito intensa, pela arqueologia, revelou significados que seriam, desde o início, integrados nos projetos do Atelier 15 em Idanha. O diálogo interdisciplinar e a criatividade afirmam-se, assim, como meios fundamentais, principalmente no caso de Idanha-a-Velha, na hora de propor um futuro adequado ao passado, considerando que os fragmentos deste passado já fazem parte da vivência dos espaços e da paisagem que os envolve.

A ruína, por fim, salvaguardada ou exposta às intempéries, detém, assim, um valor fundamental nas intervenções analisadas: a evocação da memória local e do que foi Idanha-a-Velha em tempos remotos – seja no interior ou exterior –, enquanto contributo positivo para a valorização do lugar, não só do ponto de vista estético, mas, também, simbólico; fazendo parte do contexto social e quotidiano por meio das novas intervenções.

Glossário

Alveus

Canal de um rio/ reservatório de água.

Ammaia

Antiga cidade romana situada no atual Parque Natural da Serra de São Mamede, Portalegre, Portugal.

Atrium

Átrio de uma *domus*.

Bracara Augusta

Braga

Cardus

Eixo urbano Norte-Sul.

Cardus Maximus

Principal eixo urbano Norte-Sul.

Caurium

Cória

Civitas

Estatuto de cidadania romana/ cidade.

Civitates

Conjunto de civitas/ cidades.

Ciuitas Igaeditanorum

Idanha-a-Velha

Conimbriga

Condeixa-a-Velha

Decumanus

Eixo urbano Este-Oeste.

Decumanus maximus

Principal eixo urbano Este-Oeste.

Domus

Habitação urbana.

Ebora

Évora

Emerita Augusta

Mérida

Ex nihilo

Construção feita de raiz.

Firmitas

Que se refere à estabilidade, ao carácter construtivo da arquitetura.

Forum

Espaço aberto rodeado de edifícios públicos, que serviam de local de reunião.

Igaeditani

Habitantes de Idanha-a-Velha.

Impluvium

Cisterna quadrangular no centro do átrio.

Lancia

Antiga civitas da província Tarraconense.

Lancia Oppidum

Sede da civitas dos *Lancienses Oppidani,* um dos povos referidos na inscrição da Ponte de Alcântara; a sua localização permanece incerta.

Lucus Augusti

Lugo

Magistri

Em sentido lato denomina-se assim um grupo de pessoas que possuem uma posição de poder.

Municipium

Organização territorial particular, o município, com a sua administração própria: senado, comícios e magistrados, sob a alçada de um *praefectus,* funcionário estatal.

Norba Caesarina

Cáceres

Olisipo

Lisboa

Opus signinum

Argamassa feita de cal hidráulica, areia e tijolo moído, usada para construção de pavimentos e impermeabilização de tanques e paredes.

Orarium

Relógio de sol.

Podium

Base contínua de uma construção, geralmente elevada, onde assentam as colunas de um edifício, designamente de um templo.

Praefurnium

Fornalha dos balneários romanos. Sala destinada ao aquecimento da água, composta por um forno e duas caldeiras.

Provincia Lusitania

Território a Poente da península Ibérica onde viviam os povos lusitanos desde o Neolítico. Após a conquista romana passou a designar uma província romana da Hispânia, cuja capital era *Emerita Augusta*.

Suspensurae

Pavimento que assentava sobre pilares ou arcarias de sustentação que viabilizavam a circulação do ar quente das termas ou balneários.

Tegulae

Conjunto de telhas planas utilizadas quer no pavimento, quer nos telhados, formando a sua base, geralmente feita de argila cozida ao fogo.

Termini augustales

Marcos de termo entre os territórios de duas ou mais *ciuitates*.

Terra sigillata

Cerâmica (*terra*) fina, cujos vasos eram frequentemente marcados pelo selo (s*igillum*) do fabricante.

Territorium

Território ou termo de uma *ciuitas*.

Utilitas

Sentido de funcionalidade e utilidade.

Venustas

Associada à beleza e à apreciação estética.

Villa

Estrutura agrária romana ou casa de campo, o centro construído de uma grande propriedade agrícola.

Referências
Bibliográficas

Monografias

ALARCÃO, Pedro, "Intervenção arquitectónica em contexto arqueológico. Propostas de desafios para a cidade de Braga", Porto, 2014.

ALMEIDA, Fernando de, "As Ruínas Romanas e Visigóticas de Idanha-a-Velha". In Anais da Academia Portuguesa da História 24/2 (2ª série), 1976, p. 39-57.

ALMEIDA, Fernando de, "Civitas Igaeditanorum et Egitania. Municipium Romain - Ville Episcopale Wisigothique". In Thèmes de recherches sur les villes antiques d'Occident, CNRS, Paris, 1977a, p. 39-50.

ALMEIDA, Fernando de, "Egitânia, História e Arqueologia", Lisboa, 1956.

ALMEIDA, Fernando de, "Um «Palatium Episcopi» do sec. VI em Idanha-a-Velha (Portugal)". In IX Congresso Nacional de Arqueologia: Valladolid, Burgos, Palencia, Santander, 17-21 de outubro 1965, Zaragoza, 1966, p. 408-411.

ALMEIDA, Fernando de, "Ruínas de Idanha-a-Velha: Civitas Igaeditanorum Egitânia: Guia para o Visitante", Lisboa, 1977b.

BOITO, Camillo, "Conserver ou restaurer: les dilemmes du patrimoine". Trad. Jean-Marc Mandosio; Françoise Choay (apres.). Besançon: L'Imprimeur, 2000.

BRANDI, Cesare, “Teoría de la restauración”. Trad. María Ángeles Toajas Roger, Madrid, 1993.

BRANCO, Manuel Castelo, “A sé egitaniense na era quinhentista (subsídios para a sua história)”. In Estudos de Castelo Branco 2 (nova série), 1976, p. 46-54.

CAPITEL, Antón, “Metamorfosis de monumentos y teorias de la restauración”, Madrid, 1992.

CARVALHO, Pedro, “O forvm dos Igaeditani e os Primeiros Tempos da Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal)”. In Archivo Español de Arqueología 82, 2009, p. 115-131.

CARVALHO, Pedro, “A Caminho do Douro na época romana. Da capital da Ciuitas Igaeditanorum aos Territoria dos Lancienses, Araui, Meidubrigenses e Cobelci”. In Arqueología, Patrimonio, Prehistoria e Historia Antigua de los Pueblos «Sin Pasado». Ecos de la Lusitania en Arribes del Duero, Salamanca, 2012, p. 125-138.

CHOAY, Françoise, “A alegoria do património”. Trad. Teresa Castro, Lisboa, 2000.

CÔRTE-REAL, Artur, “Idanha-a-Velha. Memórias em imagens”, Idanha-a-Nova, 2000.

COSTA, Alexandre Alves e FERNANDEZ, Sérgio, “Atelier 15”, Lisboa, 2014.

COSTA, A.lexandre Alves, “Idanha-a-Velha: recolha de textos”, Porto, 1997.

CRISTÓVÃO, José, “A Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma Visita”, Idanha-a-Nova, 2002.

FERREIRA, Seomara da Veiga e COSTA, Maria da Graça da, “Etnografia de Idanha-a-Velha (Egitânia)”, Castelo Branco, 1970.

GONZÁLEZ-VARAS IBÁÑEZ, Ignacio, “Conservación de bienes culturales: teoría, historia, principios y normas”, Madrid, 2005.

LANDEIRO, José Manuel, “Diocese da Guarda, Com Sede em Idanha-a-Vélha, Penamacôr e Guarda, O Arciprestado de Penamacôr”, Vila Nova de Famalicão, 1940.

LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito, "Património Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções", Lisboa, 2004.

MANTAS, Vasco Gil, "*Ammaia* e *Civitas Igaeditanorum*. Dois Espaços Forenses Lusitanos". In Stvdia Lusitana n°4, Mérida, 2009, p. 167-188.

NEVES, Vítor Pereira, "As Aldeias Históricas de Monsanto, Idanha-a-Velha e Castelo Novo", Lisboa, 1996.

RAMOS, Isabel e PABLOS, Jorge de, "Idanha-a-Velha. Portugal, Paço dos Bispos de Idanha-a-Velha (Campanha de Escavação 2014)", Idanha-a-Nova, 2015.

REAL, Manuel Luís, "Inovação e Resistência: Dados Recentes Sobre a Antiguidade Cristã no Ocidente Peninsular". In Actas de la IV Reunión de Arqueología Cristiana Hispánica, Barcelona, 1995, p. 17-68.

RIEGL, Aloïs, "El culto moderno de los monumentos: caracteres y origen". Trad. Ana Pérez López, Madrid, 1987.

RUSKIN, John, "Las Siete Lámparas de la Arquitectura". Trad. Carmen de Burgos, Buenos Aires, 1956.

SALVADO, Pedro, "As muralhas e a Torre de Idanha-a-Velha", Idanha-a-Nova, 1983.

SALVADO, Pedro, "Idanha-a-Velha: das «ruínas de ruínas» a que futuro?". In O estudo da História 2 (2ª série), 1986-87, p. 93-96.

SALVADO, Pedro, "Elementos para a Cronologia e para a Bibliografia de Idanha-a-Velha", Idanha-a-Velha, 1988.

SETTE, Maria Piera, "Il Restauro in Architettura: Quadro Storico", Turin, 2001.

TORRES, Cláudio, "A Sé–catedral da Idanha. In Arqueologia medieval 1, 1992, p. 169-178.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène, "Restauration". In Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle. Tome VIII, Paris, 1866, p. 14-34.

Dissertações

ALARCÃO, Pedro, "Construir na ruína. A propósito da cidade romanizada de Conimbriga". Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (policopiada), Porto, 2009.

LINS, Édulo, "Termos abstractos e significados concretos: a autenticidade, o pitoresco e a ambiência em Piranhas e Idanha-a-Velha". Dissertação de Mestrado em Arquitectura: Universidade do Porto, Porto, 2009.

MARTINS, Pedro Vasco, "A persistência das formas urbanas: leitura das pré-existências romanas na morfologia da cidade portuguesa". Dissertação de Mestrado em Arquitectura: Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2013.

SILVA, José Miguel, "O monumento e o lugar. Relação entre o espaço público e o monumento na intervenção patrimonial contemporânea". Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e núcleos urbanos: Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

Artigos

ALMEIDA, Fernando de e FERREIRA, Octávio da Veiga, "Um poço lusitano-romano encontrado em Idanha-a-Velha". In O Archeologo Português, Série 3, Vol. 1, 1967, p. 57-63.

AZEVEDO, Pedro de, "Extractos archeologicos das «Memorias parochiaes de 1758»". In O Archeologo Português, Série 1, Vol. IV, 1898, p. 315-329.

COSTA, Alexandre Alves, "La arquitectura como arte de transformar. Reflexiones sobre Idanha-a-Velha". In Renovación, Restauración Arquitectónica y Urbana en Portugal, Granada, 2003, p. 113-142.

COSTA, Alexandre Alves, "Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha". In Revista Estudos/Património n°2, Lisboa, 2002, p. 164-181.

COSTA, Alexandre Alves, "Património entre a aposta arriscada e a confidência nascida da intimidade". In Jornal Arquitectos n°213, Lisboa, 2003, p. 7-13.

ENCARNAÇÃO, José da, "Dos monumentos epigráficos da *Civitas Igaeditanorum*". In Revista Cultural da Cidade da Guarda n°26, Guarda, 2009, p.163-171.

FERNANDES, Paulo Almeida, "A propósito de uma nota inédita de Fernando de Almeida. O primeiro restauro da Mesquita-Catedral de Idanha-a-Velha". In Revista Raia n°20, Castelo Branco, 2000, p. 42-47.

FERNANDES, Paulo Almeida, "Antes e depois da Arqueologia da Arquitectura: um novo ciclo na investigação da mesquita-catedral de Idanha-a-Velha". In Revista ARTIS n°5, Lisboa, 2006, p 49-72.

PEREIRA, António Nunes, "Para uma terminologia da disciplina de protecção do património construído". In Jornal Arquitectos n°213, Lisboa, 2003, p. 27-32.

PEREIRA, Félix Alves, "Vestígios do passado em Idanha-a-Velha IV. Ruínas de ruínas ou estudos igeditanos", 1916. In O Archeologo Português, Série 1, Vol. XXX, 1938 – ed. 1956, p. 186-204.

PEREIRA, Paulo, "Lugares de passagem e o resgate do tempo". In Revista Estudos/Património n°1, Lisboa, 2001, p. 6-16.

VILAÇA, Raquel; SANTOS, André; PORFÍRIO, Eduardo; MARQUES, João e CANAS, Nuno, "Lugares e caminhos no mundo pré-romano da Beira Interior". In Cadernos de Geografia n°17, Coimbra, 1998, p. 35-42.

Sites consultados

http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/pt/idanha-a-velha

http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/rbdfs/alvescostaidanha2006.pdf

http://www.monumentos.pt/

http://www.patrimoniocultural.pt/

http://www.viasromanas.pt/

https://www.youtube.com/watch?v=lA3hel5OkDY (Programa “Visita Guiada”, 2015)

Iconográficas

Figuras

Fig. 1 As ruínas romanas de Piranesi (p.30)

Disponível no site http://www.ideofact.com/archives/000826.html, consultado no dia 06 de julho de 2016.

Fig. 2 As doutrinas de Ruskin e Le-Duc (p. 34)

In *Cronocaos*, Bienal de Veneza de 2010. Disponível no site http://popupcity.net/monu-14-editing-urbanism/, consultado no dia 06 de dezembro de 2016.

Fig. 3 John Ruskin (1819-1900) (p. 36)

In *Life Magazine Photo Archive, Portraits of John Ruskin in the 1850s*. Disponível no site https://en.wikipedia.org/wiki/John_Ruskin, consultado no dia 06 de julho de 2016.

Fig. 4 Desenho de John Ruskin (p. 36)

Disponível no site http://blogs.artinfo.com/lacmonfire/2011/06/29/pre-raphaelite-drawings-at-the-huntington/, consultado no dia 16 de junho de 2016.

Fig. 5 Viollet-le-Duc (1814-1879) (p. 38)

Retrato de Eugène Viollet-le-Duc, por Félix Nadar (1820-1910). Disponível no site https://pt.wikipedia.org/wiki/Eug%C3%A8ne_Viollet-le-Duc, consultado no dia 06 de julho de 2016.

Fig. 6 Desenho de Viollet-le-Duc (p. 38)

Disponível no site http://architecture329mitchell.blogspot.pt/, consultado no dia 16 de junho de 2016.

Fig. 7 Camillo Boito (1836-1914) (p. 40)

Disponível no site https://upload.wikimedia.org/wikipedia/it/0/07/Camilloboito2.jpg, consultado no dia 06 de julho de 2016.

Fig. 8 Aloïs Riegl (1858-1905) (p. 44)

Disponível no site http://alchetron.com/Alois-Riegl-1200419-W#-, consultado no dia 06 de julho de 2016.

Fig. 9 Ospedale Maggiore após o bombardeio em Milão, agosto de 1943 (p. 48)

Disponível no site http://www.storiemilanesi.org/approfondimento/i-bombardamenti-ricostruzione/, consultado no dia 12 de outubro de 2016.

Fig. 10 Galleria Vittorino Emanuele, Milão, 1943 (p. 48)

Disponível no site http://www.gettyimages.pt/detail/fotografia-de-not%C3%ADcias/ruins-of-recco-town-center-after-the-heavy-fotografia-de-not%C3%ADcias/141561733#ruins-of-recco-town-center-after-the-heavy-aerial-bombing-by-allied-picture-id141561733, no dia 12 de outubro de 2016.

Fig. 11 Cesare Brandi (1906-1986) (p. 50)

Disponível no site https://pbs.twimg.com/media/CfgkZNGWEAAOZI2.jpg, consultado no dia 06 de julho de 2016.

Fig. 12 Antón Capitel (1947-) (p. 50)

Disponível no site http://www.arquitecturaviva.com/media/Images/visores/marzo_2014/anton_capitel_retrato_zoom_visor.JPG, consultado no dia 06 de julho de 2016.

Fig. 13 Ignasi Solà-Morales (1942-2001) (p. 52)

Disponível no site http://www.enciclopedia.cat/EC-GEC-0063321.xml, consultado no dia 06 de julho de 2016.

Fig. 14 Propileus de Atenas, ilustração de livro de Gustavo Giovannoni, 1932 (p. 60)

In *Bolletino d'Arte do Ministério da Educação Nacional, fascículo IX*. Disponível no site http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5531, consultado no dia 12 de outubro de 2016.

Fig. 15 Fragmento de uma mão em mármore, encontrada em Idanha-a-Velha (p. 66)

In MANTAS, Vasco Gil, "*Ammaia* e *Civitas Igaeditanorum*. Dois Espaços Forenses Lusitanos", 2009, p. 188.

Fig. 16 Mapa topográfico de Castelo Branco, 1874 (Idanha-a-Velho a vermelho) (p. 68)

Disponível no site http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/18_1874.jpg, consultado no dia 17 de maio de 2016.

Fig. 17 Caminhos de migrações pré-romanos e romanos da Beira Interior (p. 70)

In VILAÇA, Raquel; SANTOS, André; PORFÍRIO, Eduardo; MARQUES, João e CANAS, Nuno, "Lugares e caminhos no mundo pré-romano da Beira Interior", 1998, p. 41.

Fig. 18 Troço de alicerce do pórtico que rodeava o templo a Poente (p. 74)

Fotografia da autora desta dissertação.

Fig. 19 Inscrição que testemunha o ato oficial da doação do *orarium* (p. 74)

In MANTAS, Vasco Gil, "*Ammaia* e *Civitas Igaeditanorum*. Dois Espaços Forenses Lusitanos", 2009, p. 182.

Fig. 20 Porta Norte e muralha romana, 1994 (p. 76)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00009319, consultado no dia 10 de maio de 2016.

Fig. 21 Vestígios sob a torre, 1962 (p. 76)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00009319, consultado no dia 10 de maio de 2016.

Fig. 22 Vias e portos da Lusitânia (p. 78)

In MANTAS, Vasco Gil, "Vias e portos na Lusitânia romana", 2004, p. 430. Disponível no site http://imprompto.blogspot.pt/2006/05/mapas-das-vias-romanas-sul-de-portugal.html, consultado no dia 23 de maio de 2016.

Fig. 23 Uma das inúmeras reconstruções da ponte, 1970 (p. 78)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00009487, consultado no dia 10 de maio de 2016.

Fig. 24 Muros de contenção e nivelamento do terreno forense (p. 82)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00009319, consultado no dia 10 de maio de 2016.

Fig. 25 Cunhal de silharia do antigo *forum* (p. 82)

Fotografia da autora desta dissertação.

Fig. 26 Reutilização de elementos construtivos romanos na muralha (p. 90)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00009319, consultado no dia 10 de maio de 2016.

Fig. 27 Muralhas baixo-imperiais das cidades do Portugal romano segundo Jorge de Alarcão (p. 90)

In SALVADO, Pedro, "As muralhas e a Torre de Idanha-a-Velha", 1983, p. 19.

Fig. 28 Escavação do conjunto episcopal, 1961 (p. 92)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00005882, consultado no dia 20 de agosto de 2016.

Fig. 29 Escala monumental das colunas romanas reutilizadas, 1961 (p. 94)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00005882, consultado no dia 20 de agosto de 2016.

Fig. 30 Planta e cortes da Sé-Catedral, 1962 (p. 94)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00005882, consultado no dia 20 de agosto de 2016.

Fig. 31 Capela que interrompe a nave lateral a Nascente, 1961 (p. 96)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00005882, consultado no dia 20 de agosto de 2016.

Fig. 32 Lado oposto da capela supracitada- especial menção às estruturas adossadas às colunas, 1961 (p. 96)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00005882, consultado no dia 20 de agosto de 2016.

Fig. 33 Interior da Sé, 1959 (p. 98)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00005882, consultado no dia 20 de agosto de 2016.

Fig. 34 Campanário, 1959 (98)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00005882, consultado no dia 20 de agosto de 2016.

Fig. 35 Portas a Poente- visigótica (des. 4-c) e do século XIII, com gablete manuelino (des. 4-e), 1961 (p. 100)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00005882, consultado no dia 20 de agosto de 2016.

Fig. 36 Silharia do *podium*, 1975 (p. 102)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00009319, consultado no dia 10 de maio de 2016.

Fig. 37 Diferentes tipos de aparelho utilizados na Torre de Menagem, 1975 (p. 102)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00009319, consultado no dia 10 de maio de 2016.

Fig. 38 O Livro das Fortalezas de Duarte d´Armas, prancha 62 - à direita, Idanha-a-Velha e a Torre, 1509 (p. 104-105)

"Monsanto tirado naturall da banda do norte". In ARMAS, Duarte de, "Livro das Fortalezas", 1509, prancha n°62. Disponível no site http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=1901, consultado no dia 13 de julho de 2016.

Fig. 39 Pelourinho, em primeiro plano e, em segundo, a Igreja Matriz (p. 106)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00000565, consultado no dia 11 de maio de 2016.

Fig. 40 Capela de São Dâmaso e ponte, 1957 (p. 108)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00025120, consultado no dia 11 de maio de 2016.

Fig. 41 Palheiros de São Dâmaso (p. 110)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 42 Lagar de Varas (p. 110)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 43 Campanha de escavações de Fernando de Almeida, 1961 (p. 112)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00005882, consultado no dia 20 de agosto de 2016.

Fig. 44 Idanha-a-Velha, 1961 (p. 114)

Disponível no site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00005899, consultado no dia 10 de maio de 2016.

Fig. 45 Aldeias Históricas (p. 116)

Disponível no site http://aldeiashistoricasdeportugal.com/, consultado no dia 07 de dezembro de 2016.

Fig. 46 A (con)vivência das novas intervenções na velha Idanha (p. 118)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 47 Idanha-a-Velha em primeiro plano, Monsanto, em segundo (p. 120)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 48 Maqueta geral de Idanha-a-Velha (p. 122)

Fotografia da autora desta dissertação.

Fig. 49 Interior da Igreja Matriz após a intervenção (p. 126)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 50 Muralha romana (p. 130)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 51 Maqueta da intervenção na Porta Norte e muralha (p. 132)

Fotografia da autora desta dissertação.

Fig. 52 Porta Norte e muralha tardia em ruínas (p. 136)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 53 Torreão reconstituído da Porta Norte (p. 136)

Fotografia da autora desta dissertação.

Fig. 54 Evocação dos antigos cubelos (p. 136)

Fotografia da autora desta dissertação.

Fig. 55 Passeio metálico e varandas evocativas (p. 138)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 56 Reconstrução da Porta Norte e pavimento exterior (p. 140)

Fotografia da autora desta dissertação.

Fig. 57 Maqueta da intervenção no Posto de Turismo (p. 142)

Fotografia da autora desta dissertação.

Fig. 58 Ruínas da antiga casa do século I d.C. (p. 146)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 59 Interior do Posto de Turismo após a intervenção e pavimento em vidro (p. 146)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 60 Maqueta da intervenção na Sé e áreas limítrofes (p. 148)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 61 Evento realizado na Sé-Catedral de Idanha-a-Velha (p. 152)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 62 Interior da Sé após a intervenção (p. 154)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 63 Percurso à volta da Sé e ruínas do possível paço episcopal (p. 156)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 64 Interior da Sé após a intervenção (p. 158)

Fotografia da autora desta dissertação.

Fig. 65 Maqueta da intervenção no Lagar de Varas e Arquivo Epigráfico (p. 160)

Fotografia da autora desta dissertação.

Fig. 66 Lagar de Varas antes da intervenção (p. 164)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 67 Lagar após a intervenção (p. 164)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 68 Interior do Arquivo Epigráfico (p. 166)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 69 Arquivo Epigráfico (p. 166)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 70 Arquivo Epigráfico (p. 168)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 71 Desenho e maqueta da intervenção nos Palheiros de São Dâmaso (p. 170)

Desenho de Alexandre Alves Costa e fotografia gentilmente cedidos pelo Atelier 15.

Fig. 72 Fachada dos palheiros e da muralha evocada (p. 174)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 73 Lugo (p. 174)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 74 Interior do primeiro piso durante a intervenção (p. 176)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 75 Interior do piso superior, destinado aos dormitórios (p. 176)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Fig. 76 Interior dos palheiros após a intervenção (p. 178)

Fotografia gentilmente cedida pelo Atelier 15.

Desenhos

Des. 1 Planta de Idanha-a-Velha. Ponte, *cardus* e *decumanus maximus*, templo romano, complexo termal e necrópole, respetivamente, segundo Isabel Ramos e Jorge de Pablos (p. 80)

Planta gentilmente cedida pelo Atelier 15 e devidamente tratada pela autora desta dissertação.

Des. 2 Planta de Idanha-a-Velha. Poços, segundo Isabel Ramos e Jorge de Pablos (p. 84)

Planta gentilmente cedida pelo Atelier 15 e devidamente tratada pela autora desta dissertação.

Des. 3 Planta de Idanha-a-Velha. Estruturas habitacionais e *decumanus,* segundo Isabel Ramos e Jorge de Pablos (p. 86)

Planta gentilmente cedida pelo Atelier 15 e devidamente tratada pela autora desta dissertação.

Des. 4 Planta de Idanha-a-Velha. Porta Norte, Porta Sul e poterna (p. 88)

Planta gentilmente cedida pelo Atelier 15 e devidamente tratada pela autora desta dissertação.

Des. 5 Planta e portas da Sé-Catedral (p. 100)

Planta gentilmente cedida pelo Atelier 15 e devidamente tratada pela autora desta dissertação.

Des. 6 Planta de Idanha-a-Velha (p. 124)

Planta gentilmente cedida pelo Atelier 15 e devidamente tratada pela autora desta dissertação.

Des. 7 Alçado, plantas e cortes da Casa Alves Costa (p. 126)

Plantas e cortes gentilmente cedidos pelo Atelier 15 e devidamente tratados pela autora desta dissertação.

Des. 8 Mapa de intervenções selecionadas: 1 Porta Norte e muralha romana 2 Posto de Turismo 3 Sé-Catedral 4 Lagar de Varas e Arquivo Epigráfico 5 Palheiros de São Dâmaso (p. 128)

Planta gentilmente cedida pelo Atelier 15 e devidamente tratada pela autora desta dissertação.

Des. 9 Planta e cortes da intervenção na Porta Norte e muralha (p. 134)

Planta e cortes gentilmente cedidos pelo Atelier 15 e devidamente tratados pela autora desta dissertação.

Des. 10 Plantas e corte da intervenção no Posto de Turismo (p. 144)

Plantas e corte gentilmente cedidos pelo Atelier 15 e devidamente tratados pela autora desta dissertação.

Des. 11 Planta e cortes da intervenção na Sé-Catedral (p. 150)

Planta e cortes gentilmente cedidos pelo Atelier 15 e devidamente tratados pela autora desta dissertação.

Des. 12 Planta e cortes da intervenção no Lagar de Varas (p. 162)

Planta e cortes gentilmente cedidos pelo Atelier 15 e devidamente tratados pela autora desta dissertação.

Des. 13 Plantas e cortes da intervenção nos Palheiros de São Dâmaso (p. 172)

Plantas e cortes gentilmente cedidos pelo Atelier 15 e devidamente tratados pela autora desta dissertação.

Intervenção Arquitetónica em contexto arqueológico.
O Atelier 15 em Idanha-a-Velha.

Lara Rodrigues Hass

FACULDADE DE ARQUITETURA